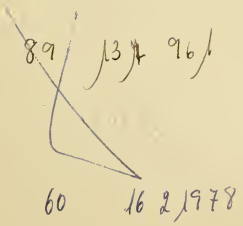
CENSO EXPERIMENTAL DE BRASÍLIA

POPULAÇÃO • HABITAÇÃO

17 de maio de 1959

1959


89 137 96
60 16 2 1978

CENSO EXPERIMENTAL DE BRASÍLIA

PLANEJADO E SUPERVISIONADO

pela

COMISSÃO CENSITÁRIA NACIONAL

PROF. JURANDYR PIRES FERREIRA
Presidente

HILDEBRANDO MARTINS
Secr.-Geral do C.N.E.

SPERIDIÃO FAISSOL
Secr.-Geral do C.N.G.

MEMBROS

Dr. ALBERTO MARTINS
Dr. ANTÔNIO FONSECA PIMENTEL
Dr. AUGUSTO DE BULHÕES
Tenente-Coronel CARLOS RAMOS DE ALENCAR
Dr. DOMINGOS SABÓIA DE ALBUQUERQUE FILHO
Cel.-Av. FAUSTO AMÉLIO DA SILVEIRA GERPE
Dr. NIRCEU DA CRUZ CÉSAR
Cônsul NÍSIO BAPTISTA MARTINS
Dr. PAULO DE JESUS MOURÃO RANGEL
Cap.-de-Mar-e-Guerra PAULO DE OLIVEIRA
Dr. RUBENS D'ALMADA HORTA PÔRTO
Dr. RUBENS GOUVÊA
Conselheiro WLADIMIR DO AMARAL MURTINHO

ANTÔNIO VIEIRA DE MELLO
Diretor do N.P.C.

Coordenação Geral — Newton Pires de Azevêdo
Sistematização e Apuração — Heitor da Câmara Vellozo
Operações Mecânicas — Elson dos Santos Mattos
Apreciação Analítica — Vinícius Fonseca
Tabelas Analíticas — Mauro Gonçalves de Andrade
Base Geográfica — Célio Fonseca
Amostragem — Amaro da Costa Monteiro
Coleta — Heitor da Câmara Vellozo e Célio Fonseca (Direção) — Edmundo Massadar, Hélio Hemetério dos Santos, Martiniano Barbosa Moreira, Clóvis Ferreira de Carvalho, Odilon Juvenal de Almeida Filho e Bady Abrahão Elias (Assistentes).

CORPO DE RECENSEADORES

Núcleo de Planejamento Censitário — Adhemar Carvalho Ornellas, Agostinho Alves Xavier Filho, Carlos Campos de Carvalho, Jorge Lima, Manoel Antônio Soares da Cunha, Mauro Gonçalves de Andrade, Moacyr Soares, Nelson Antônio Raphael, Sylvio Aguiar Nogueira, Walter Domingos de Souza.

Inspetoria Regional de Goiás — Acrísio da Costa Ferreira, Ailton Cândido Gomes, Ajax Santana Antunes, Arion Fleury de Passos, Argeny Washington de Oliveira, Arnoldo Rates Pereira, Augusto Olivio de Paiva Lenza, Benedito Ferreira de Campos Sobrinho, Birajara Trindade, Edgar Ribeiro, Edilio Póvoa Lemes, Eduardo Cirino Tavares, Eduardo Rossi, Epaminondas Lopes Trindade, Fortonzed Musse, Geraldo Santiago de Abreu, Gomes da Costa Ferreira, Hamilton Claudio Pereira, Heitor de Oliveira Lima, Jair Fernandes da Silveira, Jayro de Souza Ferreira, Joaquim Rodrigues da Silva, Joazil Maria Gardés, José Arantes, José Alvim Penha, José Benedito da Conceição, José do Nazaré Lopes Morena, José Onofre de Carvalho, José Ribeiro da Silva, José Teixeira de Andrade, José Ubaldo Teles, Jovino Pires da Silva, Juarez Rodrigues Martins, Miguel Martins da Silveira, Nagib de Carvalho, Newton Nunes Ribeiro, Odinar de Araújo Sousa, Onildo Gonçalves de Castro, Oswaldo de Assis Pimentel, Otacílio Primo Zago, Pedro Nunes Moreira, Romeu Scalon, Sebastião Antônio de Mendonça, Sebastião Ribeiro, Sérgio Moraes da Silva, Tabajara Gonçalves Pacheco, Waldevando Maciel, Walter Bueno da Fonseca, Washington de Souza Araújo.

Inspetoria Regional de Minas Gerais — Antônio Ferreira Gomes, Antônio José Fernandes de Azevedo, Armando Farnese, Clemente Ramanery, Divaldo Eurípedes Morais, Francisco Barra Júnior, Gabriel Hermínio Goulart, Guilherme Ribeiro, Herondes João de Andrade, Joaquim dos Santos, José Luís de Oliveira, José Nilton Rodrigues, José Paula de Oliveira, Liberato de Novaes, Luiz Antônio Cusinato, Luiz Martins Ferreira, Mário de Paula, Noraldino Borges de Andrade, Orlando Gonçalves de Brito, Paulo da Paixão Santos, Paulo Venuto, Rubens Faria, Ruy Barbosa Tôrres, Salim Nicolau Mina, Sebastião Francisco do Amaral.

Inspetoria Regional de São Paulo — Adalberto Martins Pereira, Albertino Santiago, Alcides Gonçalves de Oliveira Santos, Alcyr Nogueira, Ângelo Magrini Lisa, Antônio Paranhos Filho, Antônio Tanga, Athayde Abílio Ferreira, Benedicto de Souza, Enoch Borges Oliveira, Fernando Roberto Humaytá, Galileu Marques, Hélio Pedro Stephanini, Ivan da Cunha Pinto, Jayme Ferrari, José Baueb, José Rafael Reis, Juarez Rodrigues da Matta, Lino Silva, Pedro Segundo Gouveia Prado, Sérgio Domênico, Sérgio Roberto Cotta, Silvado de Melo, Vencesláu Odrovãoz dos Santos, Vilson Pasquotto.

ÍNDICE

APRECIAÇÃO ANALÍTICA

POPULAÇÃO

		Págs.
1.	População total	3
2.	Sexo	7
3.	Idade	9
4.	Estado conjugal	13
5.	Côr	19
6.	Religião	22
7.	Características educacionais	26
	Alfabetização	26
	Escolarização	29
	Nível de instrução	33
8.	Características migratórias	39
	Lugar de nascimento	39
	Procedência	45
	Tempo de residência	50
9.	Características econômicas	53
	Ocupação	55
	Ramo de atividade econômica	56
	Posição na ocupação	60
	Rendimento individual	63
10.	Características das famílias censitárias	67

HABITAÇÃO

11.	Características dos domicílios	70

QUADROS

POPULAÇÃO

Características Individuais

1.	População residente e população presente, por sexo	79
2.	Idade, por sexo	80
3.	Estado conjugal, por sexo	84
4.	Côr, por sexo	84
5.	Religião, por sexo	85
6.	Lugar de nascimento	
	a) Brasileiros natos	86
	b) Estrangeiros e brasileiros naturalizados	87
7.	Alfabetização, por sexo	87
8.	Escolarização, por idade	88
9.	Ramo de atividade, por sexo	88
10.	Escolarização, segundo a última série de ensino concluída e idade	90
11.	Nível de instrução, por idade	92
12.	Ramo de atividade, por posição na ocupação e sexo	93
13.	Ocupação, pelo ramo de atividade	94
14.	Lugar do domicílio anterior, pelo lugar de nascimento	96
15.	Lugar e situação do domicílio anterior, pelo tempo de residência	98
16.	Rendimento mensal, segundo ramo de atividade e posição na ocupação	100

Características das Famílias Censitárias

17.	Grupos familiares (número e componentes) e grupos conviventes (componentes), segundo as localidades	103
18.	Relação de parentesco dos componentes, segundo o tamanho dos grupos familiares	103

HABITAÇÃO

Características dos Domicílios Particulares

1.	Tipo da construção dos domicílios particulares (número e pessoas residentes), segundo as localidades	107
2.	Condição de ocupação e aluguel mensal dos domicílios particulares duráveis e rústicos (número e pessoas residentes), segundo as localidades	107
3.	Instalações e utilidades dos domicílios particulares duráveis e rústicos (número e pessoas residentes), segundo as localidades	108

INTRODUÇÃO

A presente publicação reúne resultados selecionados do Censo de Brasília realizado em 17 de maio de 1959, pelo Núcleo de Planejamento Censitário, órgão do Conselho Nacional de Estatística, encarregado dos trabalhos preparatórios do Recenseamento Geral do Brasil de 1960.

O Censo de Brasília é o segundo inquérito censitário de caráter experimental realizado pelo Núcleo de Planejamento Censitário, havendo o primeiro sido executado na Cidade de Ituiutaba, no Estado de Minas Gerais. O Senhor Presidente da República manifestara interêsse de conhecer, de forma mais ampla possível, a situação demográfica da área da Nova Capital. Assim, a escolha de Brasília para campo de experimentação dos futuros censos brasileiros de população e habitação atendeu, portanto, a duplo objetivo, fornecendo valiosos subsídios para as pesquisas do Núcleo de Planejamento Censitário — particularmente no que concerne a recomendações e sugestões da Comissão de Aperfeiçoamento das Estatísticas Nacionais (COINS), órgão do Instituto Interamericano de Estatística, e do Departamento de Estatística das Nações Unidas.

No Censo de Brasília foram testados os instrumentos de coleta, aprovados pela Comissão Censitária Nacional, para o Recenseamento Geral de 1960, utilizando-se, pela primeira vez, no País, o processo de amostragem para levantamento de diversos aspectos da população.

Para o bom êxito do Censo muito contribuíram a Companhia Urbanizadora da Nova Capital, as firmas construtoras, o Ministério da Aeronáutica e o Conselho Nacional de Geografia. Foi decisiva a colaboração da Inspetoria Regional de Estatística no Estado de Goiás, seguida da ajuda das Inspetorias de São Paulo e de Minas Gerais. Manifestou-se plena, por sua vez, a acolhida do povo e das autoridades da Nova Capital.

A Comissão Censitária Nacional, através da Resolução n.º 5, de 6 de maio de 1959, deu fundamento legal ao inquérito, fixando a data de sua realização, e autorizando as providências de natureza administrativa, indispensáveis à execução dos trabalhos censitários.

BASE GEOGRÁFICA

A área recenseada abrangeu todo o território do futuro Distrito Federal (paralelos 15º 30'S e 16º 30'S), situada entre os rios Descoberto e Prêto, e que atualmente pertence ao Município de Planaltina, no Estado de Goiás.

A base cartográfica fundamentou-se na carta "Novo Distrito Federal — 1958", editada pelo Conselho Nacional de Geografia, na escala de 1:100.000, complementada pelo levantamento aerofotogramétrico, executado pelo Ministério da Aeronáutica, da área central de obras e edificações, cobrindo um retângulo de 40 x 20 km, em escala aproximada de 1:18.000. Utilizou-se ainda uma planta do território na escala 1:20.000 preparada pela "Comissão de Cooperação para a Mudança da Capital", organizada pelo Govêrno Goiano, para efeito de desapropriação de terras do Futuro Distrito Federal. Essa planta divide o território em 105 glebas ou antigas fazendas.

As peculiaridades da área a ser confiada a cada recenseador (setor censitário), e a circunstância de grande parte do pessoal desconhecer a região, tornaram necessário cuidados especiais no preparo da base cartográfica a que obedeceu o levantamento.

Nas zonas centrais de grande concentração de obras, e também nas rurais, os setores não puderam atender ao critério convencional de equivalência quanto ao número de unidades recenseáveis. Na área central de obras, determinados núcleos, como os acampamentos das firmas construtoras, não poderiam ser subdivididos sem prejuízo do contrôle da coleta; na zona rural, a inexistência de indicações precisas sôbre a densidade demográfica, não permitiu a manutenção daquele critério.

Para cada setor censitário preparou-se um croqui do qual constavam os elementos indispensáveis ao trabalho de campo, identificados com legendas. A cada recenseador foi entregue o croqui do setor que lhes correspondeu, acompanhado da descrição dos seus limites. Forneceu-se também um exemplar da carta "Novo Distrito Federal — 1958" com a localização do setor correspondente.

Para fins censitários e, ainda, para facultar informações mais detalhadas à NOVACAP, o território foi dividido da forma seguinte:

a) Acampamentos:

Central da NOVACAP — *Formado pelo Escritório Central e o Grupo Escolar da NOVACAP, as residências de seus engenheiros e funcionários, instalações do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, Serviço de Alimentação da Previdência Social, do Departamento de Terras e Agricultura e a Agência Postal-telegráfica;*

Candangolândia — *Compreendendo o conjunto residencial construído pela NOVACAP para alojamento de seus operários;*

Praça dos Três Poderes — *Envolvendo os alojamentos situados nas áreas adjacentes às obras dos edifícios do Congresso, do Palácio do Planalto, do Palácio do Supremo Tribunal Federal, e à Esplanada dos Ministérios;*

Plano Pilôto — Zona Sul — *Abrangendo o conjunto residencial definitivo da Fundação da Casa Popular, já habitado, e os acampamentos provisórios dos empregados das firmas construtoras que ora se empenham na edificação dos núcleos residenciais dos Institutos de Aposentadoria e Pensões, e da Caixa Econômica Federal;*

Outros acampamentos — *Sob esta designação, reuniram-se os acampamentos localizados nas áreas de obras da Zona do Plano Pilôto ou em suas proximidades;*

b) Núcleos Provisórios:

Bananal — *Núcleo residencial provisório, também conhecido como "Vila Amauri", situado nas proximidades da Praça dos Três Poderes, em área do futuro lago artificial;*

Bandeirante — *Também conhecido como "Cidade Livre", é constituído pela área delimitada pela NOVACAP, para formação do centro comercial de Brasília durante a fase de edificação da nova Capital;*

c) Núcleos Estáveis:

Cidade de Planaltina — *Sede do Município do mesmo nome, cuja área foi incluída no território de Brasília;*

Povoado de Taguatinga — *Área destinada à formação de uma das futuras cidades-satélites de Brasília;*

Povoado de Braslândia — *Povoação situada às margens da antiga rodovia Goiânia-Planaltina; e*

d) Zona Rural — *Compreendendo tôda área fora das localidades anteriormente descritas, inclusive parte dos antigos "quadros rurais" dos Municípios de Planaltina, Formosa e Luziânia, formadores do território da Nova Capital.*

COLETA

Formulários

No Censo de Brasília foram empregados os seguintes instrumentos de coleta:

a) Boletim de Família *destinado ao recenseamento das características individuais da população e das referentes aos domicílios particulares;*

b) Lista de Domicílio Coletivo, *reservada ao contrôle, distribuição e movimento dos Boletins de Família preenchidos nos domicílios coletivos, e à determinação, nesses domicílios, dos grupos familiares e das pessoas isoladas a serem incluídas na amostra;*

c) Caderneta do Recenseador, *composta de* Capa *e* Fôlha de Coleta. *A Capa tinha por fim reunir as Fôlhas de Coleta e resumir o trabalho de cada setor censitário. As Fôlhas de Coleta destinavam-se ao contrôle do trabalho do recenseador e à determinação dos domicílios particulares a serem incluídos na amostra.*

Métodos

O preenchimento dos questionários foi feito pelo Recenseador, com base em entrevista com o declarante. A investigação teve, predominantemente, caráter universal. O emprêgo de amostragem ficou restrito aos seguintes quesitos:

"28 — Se além da ocupação habitual trabalha em Afazeres domésticos, no próprio lar, sem remuneração, ou é Estudante, indique qual sua atividade principal;

29 — Na última semana (11 a 16 de maio) estava exercendo a ocupação habitual (inclusive em gôzo de férias ou licença), *outra ocupação ou estava desempregado?*

30 — Quanto ganha em média por mês?"

Os tópicos pesquisados restringiram-se a uma amostra de, aproximadamente, 25 por cento da população.

Nos domicílios particulares, os quesitos de amostra foram preenchidos sòmente para as unidades domiciliárias registradas nas Linhas de Amostra da Fôlha de Coleta. De quatro em quatro linhas na Fôlha, havia, uma linha mais acentuada e uma observação na margem da página identificando-a como Linha de Amostra.

Para assegurar o caráter aleatório da amostra, foram empregados dois tipos de Fôlha de Coleta, diferindo apenas na colocação das Linhas de Amostra. Alternou-se o uso das mesmas, iniciando-se os lançamentos, nos setores de número ímpar pelo Modêlo C.D. 120-B e, nos de número par, pelo Modêlo C.D. 120-C.

Para os grupos familiares e os indivíduos isolados, recenseados em domicílios coletivos, fêz-se a indagação dos quesitos de amostra, de acôrdo com os registros constantes da Lista de Domicílio Coletivo. De quatro em quatro linhas, a Lista incluía linha mais acentuada identificada como Linha de Amostra. *Para manter a desejada aleatoriedade, a linha do primeiro lançamento, na Lista, variava e correspondia à unidade do número do setor onde estava localizado o domicílio coletivo.*

Pode-se afirmar que a aplicação de amostragem, no Censo de Brasília, foi satisfatória. As falhas verificadas, e examinadas, não positivaram tendência dos recenseadores quanto à interpretação das instruções ou de modificação da orientação estabelecida.

Pessoal

A coleta de informações foi executada pelo Grupo de Trabalho do Censo de Brasília, constituído de 117 servidores do Conselho Nacional de Estatística, sendo 13 do Núcleo de Planejamento Censitário, 52 da Inspetoria Regional de Estatística de Goiás, 25 da Inspetoria Regional de Estatística de Minas Gerais e 25 da Inspetoria Regional de Estatística de São Paulo, sob a direção do Chefe do Grupo Técnico do Censo Demográfico e do Inspetor Regional de Estatística de Goiás. A Equipe de Amostragem atuou nas diversas fases do levantamento. A quase totalidade dos recenseadores constituiu-se de Agentes Municipais de Estatística, responsáveis pela coleta nos respectivos Municípios, no futuro Censo nacional. Visou-se ao adestramento do pessoal, tendo em conta o Recenseamento Geral de 1960. A experiência de cada servidor foi traduzida em relatório, que facultou subsídios de valia para os trabalhos censitários.

DIVULGAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O plano de divulgação, que compreende 21 quadros, foi elaborado para atender às necessidades da NOVACAP, notadamente quanto aos campos educacional e domiciliário. Faculta informações precisas a respeito das atuais condições de vida na futura Capital do País, sob vários outros aspectos. Embora a investigação haja obedecido ao Programa de Profundidade dos Censos de População e Habitação do Recenseamento Geral de 1960, certos tópicos de limitado interêsse na situação atual de Brasília, não foram considerados. Algumas apurações efetuadas não constam dessa divulgação, dadas suas finalidades experimentais, principalmente no que relaciona ao emprêgo de amostragem nos levantamentos censitários.

A apresentação tabular compreende três partes: Características Individuais da População; Características das Famílias Censitárias e Características dos Domicílios Particulares.

A conceituação das características investigadas é explanada nos capítulos em que se faz a apreciação analítica dos resultados. Embora com a necessária ressalva no tocante à definição de localidades, *divulgam-se dados sinóticos referentes às mesmas, tendo em vista sua manifesta importância nos trabalhos de construção da NOVA CAPITAL.*

* * *

Cumpre registrar, finalmente, a colaboração eficiente da Rádio Nacional de Brasília na cobertura publicitária do Censo, e a do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, nas tarefas de apuração mecânica dos resultados censitários.

Rio, DF, novembro de 1959

APRECIAÇÃO ANALÍTICA

Crescimento demográfico até 1950 — O povoamento do território em que está localizado o futuro Distrito Federal processou-se lentamente, até o início da construção da Nova Capital. A partir de 1890, data do Segundo Recenseamento Geral do País, os três municípios formadores de Brasília (Planaltina, Formosa e Luziânia), que ocupavam mais de 30 mil quilômetros quadrados, experimentaram crescimento demográfico anual da ordem de 1,5% (taxa aritmética) no primeiro decênio intercensitário (1890-1900); de 2,5% no intervalo seguinte (1900-20); de 1,0% nos outros vinte anos (1920-40); finalmente, de 2,2% entre 1940 e 1950. Em sessenta anos, a população local multiplicou-se apenas duas vêzes e meia — ao passo que a população do País aumentou mais de cinco vêzes e a da região Centro-Oeste cresceu oito vêzes.

A comparação no plano nacional e no regional demonstra que o desenvolvimento demográfico da área em que será sediada a Nova Capital não acompanhou o ritmo brasileiro, distanciando-se mais ainda do observado na região Centro-Oeste. É lícito concluir que a marcha demográfica para o Centro-Oeste não beneficiava a área de Brasília. Convergiu para o sul e o sudoeste de Goiás, ou para o sul de Mato Grosso, onde as condições ecológicas se mostrariam mais favoráveis à expansão da agropecuária, móvel econômico da ocupação daqueles territórios.

O fraco crescimento populacional coexistia com uma densidade extremamente baixa, que apenas ultrapassou de 1 habitante por quilômetro quadrado a contar de 1920. Ainda em 1950, o povoamento do território revelava-se rarefeito; admitindo-se que a área abrangida tenha permanecido imutável desde 1890, pode-se acompanhá-lo mediante índices que sofreram a seguinte evolução (habitante por quilômetro quadrado):

DENSIDADE DEMOGRÁFICA
1890 — 1950

DATA	Hab./Km²
1890	0,6
1900	0,7
1920	1,1
1940	1,3
1950	1,6

Crescimento demográfico a partir de 1956 — Nos últimos meses de 1956, iniciaram-se as obras de construção da Nova Capital. A afluência humana foi imediata, e desde então tem-se avolumado em medida crescente. O local reservado para a edificação da cidade foi pràticamente desbravado pelos "pioneiros" imigrados, que já se contavam por mais de 6 milhares no comêço do segundo semestre de 1957. A contagem promovida pelo I.B.G.E., a 20 de julho daquele ano, atribuiu a todo o território destinado ao futuro Distrito Federal 12 283 habitantes, dos quais 6 000 (estimativa) radicados nas zonas "velhas" (Zona Rural e Cidade de Planaltina). Oito meses depois, novo inquérito censitário computou no território de Brasília o total de 28 804 pessoas, inclusive parcela estimada de 4 500 na Zona Rural. A 17 de maio de 1959, o novo levantamento demográfico-habitacional obteve, pela primeira vez, resultados exatos para todo o território da Nova Capital, onde foram recenseadas 64 314 pessoas residentes.

Os dados numéricos das três investigações censitárias devem ser comparados com reserva, visto que, nas duas primeiras, a contagem não cobriu tôda a extensão do território. Mesmo assim, põem em relêvo extraordinário afluxo migratório. Partindo-se do total estimado de 6 000 pessoas, na abertura dos trabalhos de construção da cidade, observa-se que a população teria decuplicado em menos de três anos. As cifras obtidas pelos censos indicam gradativo crescimento médio mensal que de 1 000 novos habitantes, no primeiro intervalo censitário, teria passado para 2 100 no segundo, e ascendido a mais de 2 500 no último.

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO
1956 — 1959

INTERVALO CENSITÁRIO	CRESCIMENTO MÉDIO MENSAL (habitantes)
XII/1956 a VII/1957	1 000
VII/1957 a III/1958	2 100
III/1958 a V/1959	2 500

O intensivo povoamento refletiu-se, como é óbvio, na densidade demográfica (o território destinado a Brasília cobre 5 850 km²), que experimen-

tou ascensão vertical desde fins de 1956. Em maio dêste ano, já ultrapassava largamente a média nacional, sendo mais de dez vêzes superior à média regional do Centro-Oeste: em dois anos e meio, a ocupação humana do território de Brasília (referida em habitante por quilômetro quadrado) passou de 1 para 11.

DENSIDADE DEMOGRÁFICA
1956 — 1959

DATA	Hab./Km²
XII/1956	1,0
VII/1957	2,1
III/1958	4,9
V/1959	11,0

Concentração do povoamento — O índice global da densidade encobre forte concentração na área de obras da Nova Capital e seus arredores próximos. Os novos núcleos de povoamento localizam-se dentro, ou em tôrno, do futuro perímetro urbano da metrópole em construção. Mas, no seu contôrno rural, já começa a processar-se a ocupação, que atingiu com menor intensidade o centro urbano de mais antiga formação no território — a Cidade de Planaltina.

Para fins censitários, êsses núcleos — *localidades* — foram delimitados tendo em vista sua função, de acôrdo com distinções vulgarizadas na região. Na área reservada à futura Cidade de Brasília, que obedecerá ao chamado Plano Pilôto (Projeto Lúcio Costa), localizam-se quase que exclusivamente acampamentos de obras (embora também se encontrem residências definitivas construídas pela Fundação da Casa Popular — quase tôdas habitadas — e pela Caixa Econômica Federal ou por Institutos de Previdência, ainda sem ocupantes na data do levantamento censitário). O Núcleo Provisório de Bananal (também conhecido como *Vila Amauri*) está encravado nessa área. Fora do futuro perímetro urbano, nasceu e cresceu o Núcleo Bandeirante, que se converterá em área rural quando estiver terminada a construção da cidade. O restante do território é ocupado, de modo geral, por população esparsa (Zona Rural), além de dois núcleos de antiga formação, a Cidade de Planaltina e o Povoado de Brasilândia, e do novo Povoado de Taguatinga (cidade satélite).

Com base nessa distribuição topográfica, pode-se localizar o desenvolvimento da população de Brasília, a partir do início das atividades da NOVACAP. Nos primeiros meses, como era de esperar, as massas imigradas afluíram para a área adjacente às obras de construção, radicando-se em acampamentos como os da NOVACAP (Central e Candangolândia), ou no Núcleo Bandeirante. Na área do Plano Pilôto, a população quase quadruplicou nos oito meses que mediaram entre o primeiro e o segundo levantamento censitário de Brasília, período em que a população do Núcleo Bandeirante aumentou mais de três vêzes.

Só ùltimamente, a imigração ter-se-ia expandido na Zona Rural, sob a influência de atividades ligadas à extração de materiais de construção (areais, pedreiras, caieiras), ou à indústria de transformação correlata (olarias, britamento de pedras, etc.). No período intercensitário (13/III/1958 a 17/V/1959), a Zona Rural apresentou maior índice de crescimento em todo o território. Nesse intervalo, continuaram a crescer os quadros populacionais das áreas adjacentes às obras, embora com menor impulso. No Núcleo Bandeirante, o crescimento foi, todavia, três vêzes inferior, em números relativos, ao verificado nos primeiros meses de fundação. A expansão do Núcleo Bandeirante está sendo intencionalmente contida pela administração da NOVACAP, que não permite novas construções na área da denominada "Cidade-Livre".

CRESCIMENTO DEMOGRÁFICO
VII/1957 — V/1959

GRANDES ÁREAS	CENSO DE 20-VII-1957	CENSO DE 13-III-1958	CENSO DE 17-V-1959	INCREMENTO (%) 20-VII-57/ 13-III-58	INCREMENTO (%) 13-III-58/ 17-V-59
TOTAL	12 283	28 804	64 314	134,5	123,3
Plano Pilôto(1)	4 071	15 042	34 214	269,5	127,5
Núcleo Bandeirante	2 212	7 033	11 565	217,9	64,4
Outras áreas (2)	6 000	4 864	16 288	12,2	234,9
Planaltina		1 865	2 247		20,5

(1) Compreendendo os Acampamentos e os Núcleo de Bananal (surgido posteriormente ao Censo de março de 1958). — (2) Compreendendo o quadro rural e os núcleos estáveis, Brasilândia e Taguatinga (fundado posteriormente ao Censo de 1958).

População residente e população presente — Os resultados do Censo de 17 de maio de 1959 foram tabulados com referência à *população residente* no território do futuro Distrito Federal, com exceção do Quadro 1, em que também aparece a população presente. Tradicionalmente, os censos brasileiros de população têm-se referido à *população presente*. No caso de Brasília, houve intenção de apresentar as características das pessoas efetiva-

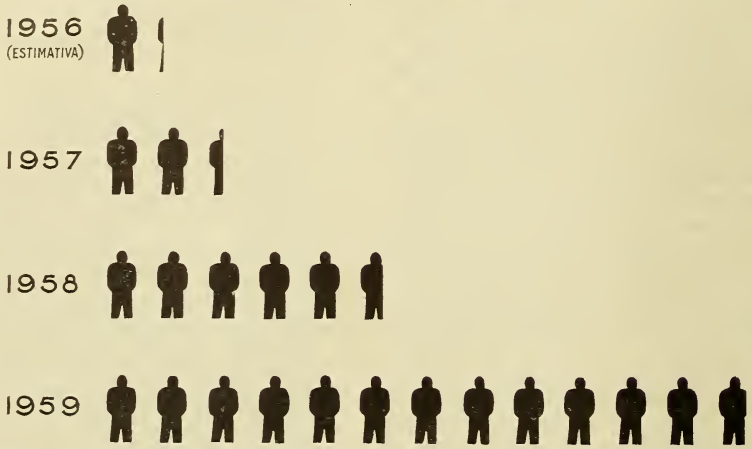
mente radicadas em seu território, evitando-se as possíveis distorções que poderiam acarretar a inclusão das pessoas em trânsito (não moradores presentes na data do Censo), as quais, supunha-se, constituiriam parcela representativa. Os resultados do levantamento demonstraram carecer de base essa impressão: as cifras relativas à população residente e à presente pràticamente se equivalem.

Para fins de enquadramento na população *residente* ou *presente*, as pessoas recenseadas foram classificadas, segundo o caso, como *morador presente, morador ausente* ou *não morador presente*. Constituem a *população residente* todos os *moradores* presentes e ausentes; formam a população presente os *moradores* presentes e os *não-moradores* presentes. Considerou-se *morador* todo indivíduo domiciliado em território de Brasília. A noção de *domicílio censitário* — local de moradia de família ou de pessoa isolada — não pôde ser observada com rigor, em virtude das peculiaridades da população recenseada. Foi freqüente a ocorrência de casos de dupla moradia, a exemplo de pessoas que, embora vivendo sós, tinham família domiciliada fora do território recenseado. Em casos dessa natureza, tornou-se necessário estabelecer critério ligado à atividade para definir a pessoa como *moradora* ou *não moradora*: no primeiro caso, figuram tôdas aquelas cuja atividade era normalmente exercida no território de Brasília.

O Quadro 1, que apresenta a *população residente* e a *população presente* a 17 de maio de 1959, acusa para a primeira o total de 64 314 habitantes, e para a segunda, 64 261 pessoas, o que permite verificar, tanto para os moradores ausentes como para os não moradores presentes, sua reduzida participação no conjunto da população.

Discriminada por sexo e por *localidade*, a margem "flutuante" da população adquire, eventualmente, proporções mais significativas. É de notar, por exemplo, a proporção de mulheres (4,4%) da população feminina local, registradas como *moradores ausentes* nos acampamentos da Zona Sul do Plano Pilôto; da mesma forma, cumpre atentar para a quota de homens (5,0% da população masculina local), recenseados como *moradores ausentes* na cidade de Planaltina, a mais elevada em todo o território de Brasília. Nos casos citados, as informações individuais poderiam ter influenciado os resultados numéricos. Assim, na Zona Sul do Plano Pilôto, moradores masculinos do conjunto da Casa Popular, ainda não instalados com a respectiva família, seriam inclinados a declarar suas espôsas como *moradores ausentes*, elevando dessa forma o número de mulheres nessa condição. Em Planaltina, é provável o registro como *moradores ausentes*, de membros masculinos da família que, trabalhando nas obras do Plano Pilôto, estivessem temporàriamente domiciliados nos respectivos locais de trabalho.

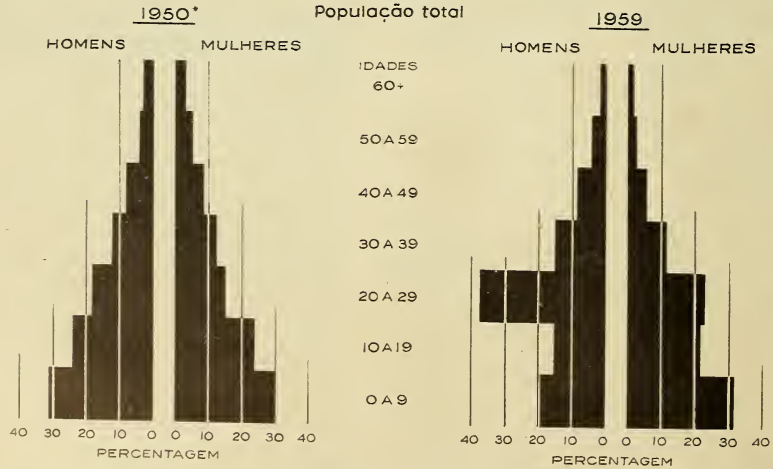
POPULAÇÃO TOTAL: CRESCIMENTO



Cada símbolo representa 5 000 habitantes.

IDADE

População total



* Situação nos municípios formadores do atual território.

CELSO G. BASTOS - DES.

2. SEXO

Na maior parte das tabulações apresentadas, inclui-se o *sexo* como elemento básico de distribuição. A omissão dessa característica em alguns quadros decorre da desejada simplificação das apurações.

Em outras partes desta publicação, será examinada a importância da distribuição por sexo no estudo de vários atributos da população. A apreciação particularizada do fenômeno, neste capítulo, visa fundamentalmente às relações numéricas de conjunto entre a população masculina e a feminina do futuro Distrito Federal e de cada uma de suas localidades.

Distribuição por sexo na população total — A 17 de maio de 1959, a população de Brasília constituía-se de 42 332 pessoas do sexo masculino e 21 982 do sexo feminino. A proporção extremamente elevada de quase 2 homens para 1 mulher, acentua, de imediato, a natureza das correntes migratórias que estão povoando o território, nas quais prepondera o elemento masculino, dadas as características do mercado de trabalho aliada à compreensível dificuldade de alojamento para famílias, nas atuais condições da futura Capital Federal.

Distribuição por sexo nas localidades — O pronunciado deficit feminino, na população total, mantém-se constante em tôdas as localidades, com uma exceção: a Cidade de Planaltina, ainda pouco influenciada pelo afluxo migratório. Em Planaltina, a relação de 1 078 mulheres por 1 000 homens (Tabela I) é representativa de situação comum à população urbana.

Os excedentes masculinos diferem de uma para outra localidade, na medida da freqüência de grupos familiares (v. Capítulo 10), nas respectivas populações. É ilustrativa a situação dos acampamentos do Plano Pilôto (Praça dos Três Podêres, Zona Sul, "Outros") habitados por trabalhadores de obras em grande maioria, e nos quais o deficit feminino chega a cifrar-se na relação de 179 mulheres por 1 000 homens. No Acampamento Central da NOVACAP, na Candagolândia e, sobretudo, em Bananal, habitados em grande parte por grupos familiares, ascendem os coeficientes de mulheres, até situação próxima do equilíbrio, verificada nesta última localidade (884 mulheres por 1 000 homens).

Nos grandes núcleos autônomos (Taguatinga e Bandeirante) a diferença entre os dois grupos demográficos tende, também, a reduzir-se, a ponto de a relação de mulheres por 1 000 homens alcançar, na futura cidade-satélite de Taguatinga, a cifra de 930. Tanto em uma como na outra localidade, a contribuição de grupos familiares é preponderante.

Já na zona rural, por influência dos numerosos acampamentos ùltimamente instalados (sobretudo para alojamento de trabalhadores das indústrias de extração mineral), o número relativo de mulheres decai, como indica a quota de 667 por 1 000.

Distribuição por sexo e idade — A diferença entre o número de mulheres e o de homens varia grandemente em função da idade, como também se evidencia da Tabela I. Examinando-se a relação entre a população masculina e a feminina, para cada grupo decenal de idades (as pessoas de 70 anos e mais formam um grupo residual) obtêm-se resultados que indicam gradativo distanciamento em favor dos homens, desde 958 mulheres por 1 000, nas idades infantis, até o mínimo de 326 mulheres, no grupo de 20 a 29 anos, com progressiva recomposição do contingente feminino na medida que se avança na escala de idades.

De modo geral, o equilíbrio numérico entre os dois sexos nos grupos infantis e senis mostrou-se constante em tôdas as localidades, assim como a deficiência relativa de mulheres nos grupos adultos. Algumas discrepàncias, como os casos de Planaltina e de Braslândia (ambas com excedentes femininos nas idades adultas), seriam explicadas pelo fato de contribuírem essas localidades "velhas" por sua vez, com mão-de-obra masculina migrante para as obras da NOVACAP, o que foi confirmado por outros dados do Censo Experimental.

Evolução da distribuição por sexo — Ao contrário do que hoje ocorre, na antiga população de Brasília a relação numérica entre a população masculina e a feminina mostrou-se quase sempre favorável às mulheres. Tomando por modêlo a evolução demográfica dos municípios de Planaltina, Formosa e Luziânia, pode-se presumir que, desde o último decênio do século passado, se verificam excedentes

femininos no território, embora se venham reduzindo a cada levantamento censitário.

COMPOSIÇÃO DA POPULAÇÃO, POR SEXO

(Mulheres por 1 000 homens)

Censo de 1890	1 046
Censo de 1900	1 028
Censo de 1920	980
Censo de 1940	1 024
Censo de 1950	1 003

A deficiência de elementos masculinos condiz com o ritmo de crescimento da população territorial até 1950, que admite a influência, mesmo que ligeira, de deslocamentos emigratórios de homens válidos. Na verdade, a proporção entre mulheres e homens verificada pelo Censo de 1950 indicava sintomática redução dos efetivos masculinos justamente nas idades mais propícias à emigração (20 a 29 anos).

I — MULHERES POR 1 000 HOMENS, SEGUNDO A IDADE E AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	IDADE								
	Total*	0 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos e mais
BRASÍLIA	**519**	**958**	**673**	**326**	**379**	**393**	**458**	**703**	**1 113**
Acampamentos									
Central da NOVACAP	516	1 150	786	320	340	630	375	1 250	1 000
Candangolândia	659	989	704	437	545	475	731	615	4 000
Praça dos Três Podêres	179	1 069	208	90	133	97	117	1 000	1 250
Plano Piloto — Zona Sul	190	963	287	98	145	139	192	222	3 000
Outros	367	941	538	219	205	241	324	323	500
Núcleos provisórios									
Bandeirante	785	887	1 008	783	646	517	481	589	888
Bananal	884	986	1 043	953	630	588	686	724	2 000
Núcleos estáveis									
Cidade de Planaltina	1 078	937	1 165	1 289	1 100	929	1 098	925	1 454
Povoado de Taguatinga	930	1 026	1 012	1 077	710	657	730	541	1 400
Povoado de Brasilândia	898	750	895	1 045	1 235	1 000	636	1 333	1 500
Zona rural	**667**	**947**	**734**	**460**	**533**	**562**	**632**	**939**	**780**

* Inclusive idade ignorada.

3. IDADE

Da necessidade de simplificar as tabulações do Censo Experimental, resultou apresentação reduzida dos dados referentes à idade, sem prejuízo de sua apreciação específica.

A distribuição por idades (ano a ano), objeto do Quadro 2, fundamentou a elaboração da Tabela I que resume, em decênios, a composição etária da população de Brasília. Em três outros quadros ("Escolarização — por localidades, e pela última série concluída", e "Nível de Instrução"), a idade figura como elemento discriminativo. Nas informações sôbre estado conjugal, alfabetização, ocupação e ramo de atividade, rendimento individual, adotaram-se também critérios limitativos de idade.

Registrou-se a idade em anos completos na data do último aniversário da pessoa recenseada (*data de nascimento* ou *idade presumida*). Os Censos de População de 1940 e 1950 obtiveram, em separado, os dados relativos às duas formas de declaração de idade. Visando à simplificação do futuro inquérito censitário do País, decidiu a Comissão Censitária Nacional reduzir a indagação de idade a um só quesito, critério seguido pelo Censo Experimental de Brasília.

Os dados do quadro acusam sensíveis distorsões na curva de idades da população de Brasília, o que em parte não deve corresponder à realidade. Determinadas discrepâncias, como por exemplo, a sistemática inferioridade das cifras correspondentes às idades terminadas em 1, relativamente às terminadas em 2, ou ainda, das terminadas em 9, com relação às terminadas em 8, podem ser motivadas por erros de declaração resultantes da fôrça "atrativa" ou "repulsiva" de determinados números. Também em relação ao conjunto da população brasileira, êsses erros de declaração de idade são freqüentes, dado o baixo nível de instrução da média dos habitantes, de que decorre o pêso numérico das declarações de idade presumida.

Distribuição por idade na população total — Os números da Tabela I dão medida da contribuição de cada grupo decenal de idade na composição da população de Brasília e na de suas localidades. Põem em destaque, ao primeiro exame, a participação elevada de pessoas adultas, em detrimento de crianças e adolescentes e de pessoas idosas. Em 1 000 habitantes, 575 contavam entre 20 e 59 anos de idade, 410 tinham menos de 20 anos, e apenas 11 haviam alcançado ou ultrapassado os 60 anos (as pessoas de idade não declarada foram classificadas à parte).

Tal distribuição é absolutamente anormal nas condições brasileiras, na qual a elevada natalidade combinada a um baixo índice de vida média, reforçam grandemente a posição relativa dos grupos de idades infantis e adolescentes, com recíproca diminuição dos grupos de idades maduras e senis. A situação demográfica de Brasília teria, pois, maior aproximação com a de países de população envelhecida, em que predominam as idades maduras. Na Suécia, por exemplo, as pessoas entre 20 e 59 anos representam mais de 560 em 1 000 habitantes; a mesma relação atinge a 541 na França e 577 na Suíça. Sabe-se, contudo, que em Brasília o fenômeno decorre de fatôres ligados à imigração, ao contrário do que acontece com a população daqueles países, cuja estrutura reflete condições naturais de desenvolvimento ligadas à baixa natalidade e vida média elevada.

A acentuada migração de trabalhadores responde, de fato, pela divergente distribuição por idades da população territorial relativamente à brasileira. Por isso, a curva distributiva, fortemente ascensional entre os 20 e 39 anos, sofre progressiva inflexão depois dos 40 anos, o que reduz a proporções também anormais o coeficiente das idades maduras e senis. No decênio de 40-49 anos, a quota pouco superior a 70 por 1 000 verificada em Brasília, já é menor do que a relativa ao conjunto da população brasileira (situação de 1950); entre 50-59 anos, alarga-se ainda mais a diferença entre os coeficientes territorial e nacional (2,9%, contra 5,1%); finalmente, as pessoas de 60 anos e mais representavam em Brasília apenas 1,1% do total, ao passo que, no conjunto do Brasil, ultrapassavam de 4%.

Distribuição por idade e idade média — A carência numérica dos grupos de idades infantis tenderia a elevar acima do esperado, nas condições brasileiras, a idade média da população de Brasília, não fôsse a influência de sentido oposto, decorrente da grande escassez de pessoas em idades

I — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR IDADE E SEXO, SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	IDADE															
	Total*		0 a 9 anos		10 a 19 anos		20 a 29 anos		30 a 39 anos		40 a 49 anos		50 a 59 anos		60 a 69 anos		70 anos e mais	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
BRASÍLIA	**100,0**	**100,0**	**17,7**	**32,6**	**16,6**	**21,5**	**36,3**	**22,8**	**17,1**	**12,5**	**8,1**	**6,1**	**3,0**	**2,7**	**0,7**	**1,0**	**0,2**	**0,5**
Acampamentos																		
Central da NOVACAP	100,0	100,0	13,0	29,0	13,5	20,5	47,8	29,6	16,6	10,9	5,3	6,5	2,8	2,6	0,4	1,1	0,2	0,4
Candangolândia	100,0	100,0	26,4	39,6	18,4	19,6	30,3	20,1	13,4	11,1	8,2	5,9	2,4	2,5	0,7	0,7	0,0	0,3
Praça dos Três Poderes	100,0	100,0	6,3	37,2	14,2	16,5	51,8	26,0	18,3	13,6	6,7	3,6	2,2	1,5	0,1	0,8	0,1	0,4
Plano Piloto — Zona Sul	100,0	100,0	5,6	28,4	13,9	21,0	48,8	25,1	19,6	15,1	8,4	6,2	2,7	2,7	0,4	0,4	0,0	0,5
Outros	100,0	100,0	13,8	35,4	14,2	20,8	43,8	26,1	18,1	10,1	6,5	4,3	2,7	2,4	0,5	0,7	0,1	0,1
Núcleos provisórios																		
Bandeirante	100,0	100,0	23,1	26,1	18,2	23,3	26,6	26,5	16,8	13,8	9,7	6,4	4,2	2,6	0,9	0,6	0,2	0,3
Bananal	100,0	100,0	32,4	36,1	16,2	19,1	21,8	23,5	17,1	12,2	8,8	5,8	2,5	2,0	0,9	0,7	0,2	0,4
Núcleos estáveis																		
Cidade de Planaltina	100,0	100,0	31,1	27,0	26,9	29,0	14,1	16,8	10,2	10,4	9,2	7,9	4,7	4,8	2,5	2,1	1,0	1,4
Povoado de Taguatinga	100,0	100,0	35,3	39,0	17,3	18,9	17,0	19,7	17,1	13,0	8,0	5,6	3,3	2,6	1,2	0,7	0,3	0,4
Povoado de Brasländia	100,0	100,0	36,4	30,4	25,7	25,6	11,8	13,7	9,1	12,5	8,5	9,5	5,9	4,2	1,6	2,4	1,1	1,7
Zona rural	**100,0**	**100,0**	**24,4**	**34,6**	**20,2**	**22,2**	**27,5**	**19,0**	**14,6**	**11,7**	**8,1**	**6,8**	**3,3**	**3,1**	**1,1**	**1,6**	**0,5**	**0,6**

* Inclusive idade ignorada.

II — IDADE MÉDIA, POR SEXO, SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	SEXO		LOCALIDADES	SEXO	
	Homens	Mulheres		Homens	Mulheres
BRASÍLIA	**23,7**	**19,7**	**Núcleos provisórios**		
			Bandeirante	23,1	20,5
Acampamentos			Bananal	20,7	19,4
			Núcleos estáveis		
Central da NOVACAP	23,5	19,9	Cidade de Planaltina	21,0	22,8
Candangolândia	21,1	17,8	Povoado de Taguatinga	20,6	18,6
Praça dos Três Poderes	25,5	18,1	Povoado de Brasländia	19,9	21,6
Plano Piloto — Zona Sul	26,6	20,0			
Outros	24,1	18,0	**Zona rural**	**22,1**	**19,3**

III — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR IDADE, SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	IDADE								
	Total*	0 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos	60 a 69 anos	70 anos e mais
BRASÍLIA	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Acampamentos									
Central da NOVACAP	2,0	1,7	1,8	2,7	1,8	1,6	1,7	1,7	1,9
Candangolândia	4,5	6,2	4,6	3,7	3,6	4,4	3,8	4,1	2,4
Praça dos Três Poderes	11,0	5,3	8,8	16,6	12,5	9,2	8,1	3,5	5,4
Plano Piloto — Zona Sul	17,1	7,0	14,1	24,3	20,9	18,7	15,9	8,5	5,9
Outros	9,0	7,7	7,8	11,0	9,2	7,1	8,0	6,2	2,9
Núcleos provisórios									
Bandeirante	18,0	19,3	20,1	15,1	18,0	20,0	21,5	17,2	16,6
Bananal	9,6	14,4	9,2	6,9	9,2	9,6	7,5	9,7	8,8
Núcleos estáveis									
Cidade de Planaltina	3,5	4,4	5,3	1,7	2,3	4,0	5,7	10,0	13,2
Povoado de Taguatinga	5,7	9,3	5,6	3,3	5,6	5,3	5,8	7,1	5,9
Povoado de Brasländia	0,5	0,8	0,8	0,2	0,4	0,7	1,0	1,3	2,4
Zona rural	**19,1**	**23,9**	**21,9**	**14,5**	**16,5**	**19,4**	**21,0**	**30,7**	**35,6**

* Inclusive idade ignorada.

maduras e senis. Assim contrabalançada, a idade média da população territorial — 22,2 anos — equivale pràticamente à da população brasileira (situação de 1950), que era da ordem de 22,6 anos.

Modifica-se a média territorial quando se examina, separadamente, a população masculina e a feminina. Na Tabela II, os cálculos referentes à população total do território mostram que a idade média se eleva, entre os homens, a 23,7 anos, ao passo que se reduz, entre as mulheres, a 19,7 anos.

A forte imigração de homens em idades válidas, ocorrida em virtude do caráter típico do povoamento, altera em Brasília a tendência universal de vida média mais elevada entre as mulheres.

A maior grandeza média da idade dos homens mantém-se constante entre as *localidades* de formação recente, em que a população imigrada constitui maioria: os acampamentos, os Núcleos Bandeirante e Bananal, Taguatinga, e a Zona Rural. Nos centros de formação antiga, prevalecem os coeficientes femininos (vejam-se as médias de Planaltina, equivalentes a 21 anos entre os homens e a 22,8 anos entre as mulheres, e de Braslândia, da ordem de 19,9 entre os homens e de 21,6 entre as mulheres).

Distribuição por idade nas localidades — As variações da idade média refletem, ao mesmo tempo, a participação dos grupos familiares em cada localidade: quanto mais alta, menor o coeficiente médio de idade, em virtude do maior pêso dos grupos infantis. Em localidades como as de Candangolândia, Bananal, Taguatinga, Planaltina, cuja população se constitui em grande maioria de grupos familiares, os níveis de idade média mostravam-se inferiores à média territorial; em todos êles, a participação proporcional de crianças (0 a 9 anos de idade) era superior às respectivas quotas sôbre a população total do território (Tabela III).

Com a Tabela III visou-se à obtenção de subsídios para a mais clara interpretação da Tabela I. Pode-se ver, do exame conjunto das duas tabelas, a forte concentração das pessoas em idades adultas (20 a 49 anos) nos acampamentos do Plano Pilôto (exclusive a Candangolândia, ocupada quase sòmente por famílias); a maior freqüência de crianças nos núcleos recentes, ocupados predominantemente por famílias (Candangolândia, Bananal, Taguatinga), e de pessoas idosas nos núcleos de formação antiga (Planaltina, Braslândia, Zona Rural).

A têrça parte das pessoas de 70 anos e mais, moradoras em Brasília, residiam na Zona Rural, cuja participação no conjunto da população territorial não alcançava à sua quinta parte. Os menores de 10 anos, por seu turno, atingiam em Bananal mais de 14% do total territorial, apesar de ser inferior a 10% a contribuição da localidade para a população de Brasília; em Taguatinga, cuja quota demográfica cifrava-se em 5,7%, os menores de 10 anos representavam mais de 9% do total; também na Zona Rural, a população infantil mostrava-se relativamente mais numerosa, atingindo 24% do total de Brasília.

Evolução da distribuição por idade — As mudanças demográficas operadas no território do futuro Distrito Federal, com o advento das obras de Brasília, teriam na diversidade da distribuição etária uma síntese bastante esclarecedora. Antes da construção de Brasília, é muito provável que a população territorial acusasse composição semelhante à dos três municípios de origem — Planaltina, Formosa e Luziânia — nos quais a distribuição da população por grupos de idade (Censo de 1950) é comparada na Tabela IV, com a da atual população de Brasília.

IV — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR SEXO E IDADE — 1950-1959

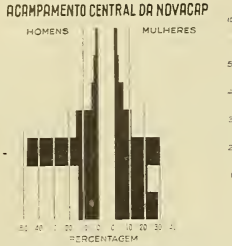
GRUPOS DE IDADE	SITUAÇÃO EM 1950			SITUAÇÃO EM 1959		
	População total*	Homens	Mulheres	População total*	Homens	Mulheres
TOTAIS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
0 a 9 anos	30,6	30,8	30,4	22,8	17,7	32,6
10 a 19 anos	24,4	24,6	24,3	18,3	16,6	21,5
20 a 29 anos	17,1	17,2	16,9	31,7	36,3	22,8
30 a 39 anos	12,2	12,2	12,2	15,5	17,1	12,5
40 a 49 anos	7,8	7,8	7,7	7,4	8,1	6,1
50 a 59 anos	4,4	4,3	4,6	2,9	3,0	2,7
60 a 69 anos	2,1	1,9	2,2	0,8	0,7	1,0
70 anos e mais	1,0	0,8	1,2	0,3	0,2	0,5

* Inclusive idade ignorada.

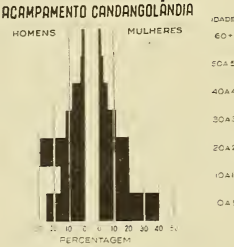
As conseqüências de uma imigração de pessoas válidas do sexo masculino ficam evidenciadas com nitidez através do incremento extraordinário dos coeficientes masculinos nos grupos de 20 a 49 anos. A imigração de mulheres, pelo contrário, beneficiou tanto as idades adultas quanto as infantis. Para ambos os sexos, deve ter sido desprezível a imigração de pessoas em idades maduras e senis, cuja representação proporcional declinou consideràvelmente.

IDADE
Localidades

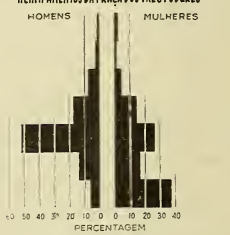
ACAMPAMENTO CENTRAL DA NOVACAP



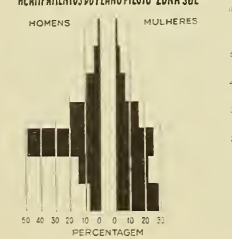
ACAMPAMENTO CANDANGOLÂNDIA



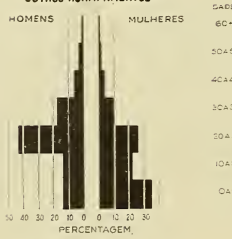
ACAMPAMENTOS DA PRAÇA DOS TRÊS PODERES



ACAMPAMENTOS DO PLANO PILÔTO-ZONA SUL

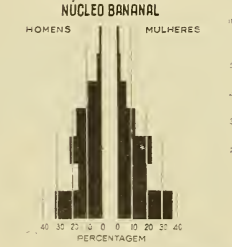


OUTROS ACAMPAMENTOS

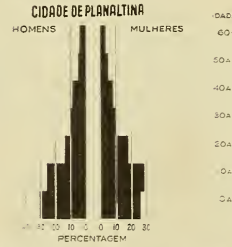


NÚCLEO BANDEIRANTE

NÚCLEO BANANAL

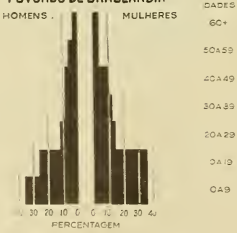


CIDADE DE PLANALTINA

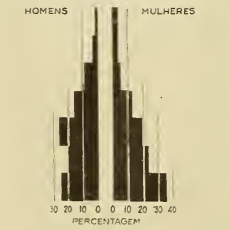


POVOADO DE TAGUATINGA

POVOADO DE BRASLÂNDIA



ZONA RURAL



CELSO C BASTOS - DES

4. ESTADO CONJUGAL

Na investigação do *estado conjugal*, teve-se em conta a condição das pessoas em relação ao casamento, abrangendo também as situações de fato na data do levantamento. A noção de *estado conjugal* não corresponde rigorosamente à de estado civil, considerado como a condição jurídica das pessoas em relação ao matrimônio; elas se equiparam na grande maioria dos casos. Na tabulação dos resultados obtêm-se simultâneamente elementos necessários ao estudo do estado civil.

Os dados numéricos sôbre o estado conjugal foram classificados em seis categorias genéricas, enumeradas a seguir:

Solteiros — pessoas que não houvessem contraído casamento civil ou religioso, ou não vivessem em união consensual estável, bem como as que tivessem casamento anulado;

Casados — pessoas que houvessem contraído matrimônio civil e/ou religioso, e vivessem em companhia do cônjuge, assim como pessoas que vivessem em união consensual estável (isto é, constituíssem família com o cônjuge em cuja companhia viviam);

Separados — pessoas casadas (matrimônio civil e/ou religioso) que se tivessem separado sem desquite ou divórcio;

Desquitados — pessoas que tivessem êsse estado civil homologado;

Divorciados — pessoas que, havendo casado segundo lei estrangeira, tivessem êsse estado civil homologado;

Viúvos — pessoas das quais tivesse morrido o cônjuge, e que não houvessem contraído novo casamento nem vivessem em união consensual estável.

O grupo das pessoas *casadas* foi desdobrado de conformidade com a natureza da união, o que assegurou o conhecimento, em separado, tanto dos casados civil e/ou religiosamente quanto das pessoas que viviam em união consensual estável. Como ficou esclarecido, a existência de união consensual estável definiu-se pelo fato de viverem os cônjuges no mesmo domicílio, constituindo família. A dissolução da união consensual, por separação dos cônjuges ou morte de um dêles, não foi levada em conta, prevalecendo no caso o estado civil (situação legal) da pessoa recenseada. É possível, entretanto, que êsse critério não tenha sido observado por alguns informantes: em vista do caráter da pesquisa, sua comprovação na coleta é tanto mais difícil quanto desaconselhável.

Distribuição pelo estado conjugal na população total — O Quadro 3 fornece a distribuição, pelo estado conjugal, das pessoas de 15 anos e mais de idade residentes em Brasília a 17 de maio de 1959. O limite mínimo de 15 anos para o cômputo da população em idades matrimoniais, embora baixo (particularmente no que respeita às pessoas do sexo masculino), tem aceitação no campo estatístico internacional.

Mostram as apurações censitárias que no total de 45 043 pessoas em idades núbeis, 22 043 eram casadas, 21 054 solteiras, 1 171 viúvas, e 660 separadas, desquitadas ou divorciadas (as pessoas de estado conjugal ignorado somaram 115). Em números relativos (Tabela I), as pessoas casadas perfaziam 48,9%, cabendo às solteiras 46,8% (contra, respectivamente, 54,1% e 38,9%, índice nacional em 1950); na parcela restante, as pessoas viúvas entravam com 2,6%, e as separadas, desquitadas ou divorciadas, apenas com 1,4% (contra 6,6% e 0,1% índice nacional em 1950; nesse Censo, entretanto, as pessoas separadas foram incluídas como casadas nas apurações censitárias).

A quase equivalência entre o número de pessoas casadas e o de solteiras é uma peculiaridade de Brasília, em virtude do pêso extraordinário de idades mais jovens (15 a 29 anos) no conjunto da população, por influência migratória. Como é fácil de perceber, entre adolescentes e jovens na casa dos vinte a trinta anos, a quota de indivíduos casados tende a mostrar-se inferior à correspondente aos grupos de idades mais velhas; por outro lado, as pessoas solteiras são mais suscetíveis à atração migratória. A influência das migrações, e conseqüentemente, da distribuição de idades, explicaria ao mesmo tempo a reduzida percentagem das pessoas viúvas.

As proporções correspondentes aos dois sexos são merecedoras de atenção. Como indicam os da-

dos da Tabela I, verificava-se generalizada disparidade entre a situação conjugal da população masculina e da feminina.

Em 1 000 homens de 15 anos e mais, contavam-se 552 solteiros, 426 casados, 11 viúvos e 8 desquitados, separados ou divorciados; em 1 000 mulheres das mesmas idades, a quota das casadas elevava-se a 651, restringindo-se a 248 a contribuição das solteiras, mas elevando-se a 64 a proporção das viúvas, e a 31 a das desquitadas, separadas ou divorciadas. Dêsse desequilíbrio entre o estado conjugal nos dois sexos dão melhor medida as informações da Tabela II; o exame conjugado das duas tabelas proporciona algumas conclusões de interêsse:

a) na população em idades núbeis o contingente feminino mostrava-se proporcionalmente mais baixo do que na população total, dada a maior freqüência relativa de crianças entre as mulheres;

b) a população adulta feminina constituía-se majoritàriamente de pessoas casadas, ao contrário do que ocorria com a população masculina; a anomalia resultava em pronunciada desproporção entre as pessoas solteiras dos dois sexos (17 mulheres para 100 homens);

c) em contrapartida, nos efetivos correspondentes às pessoas viúvas e separadas verificava-se maior freqüência de mulheres (226 viúvas para 100 viúvos, e 155 "separadas" para 100 homens da mesma situação).

Em área de imigração, como o futuro Distrito Federal, podia-se esperar que a freqüência relativa de pessoas casadas fôsse superior na população masculina, dado o presumível afluxo de homens casados desacompanhados das respectivas famílias. De sentido opôsto situam-se as informações obtidas pelo Censo, confirmando outros elementos da estatística censitária indicadores do caráter peculiar de que se reveste o processo emigratório para Brasília: a afluência de homens solteiros tem sido intencionalmente estimulada dadas as facilidades de alojamento nos grandes acampamentos de obras.

A maior ocorrência de mulheres viúvas, em relação aos homens de idêntico estado conjugal, é fenômeno de observação universal. Justifica-se principalmente pela conjugação de dois fatôres: maior mortalidade masculina e menor tendência entre as mulheres viúvas para contraírem novas núpcias.

Distribuição pelo estado conjugal nas localidades — Os dados das Tabelas I e II fornecem elementos para o exame, por localidades, do estado conjugal da população de 15 anos e mais residentes em Brasília na data do Censo. De modo geral, as tendências observadas no conjunto da população em idades núbeis são válidas para as localidades, com exceção da Cidade de Planaltina e do Povoado de Braslândia, que apresentavam relações menos irregulares, compatíveis com suas demais características demográficas. A quota de 48% de pessoas casadas contra 41% de solteiras e cêrca de 7% de viúvas, em Planaltina, condizia com a estrutura etária de sua população, muito mais regular do que nas localidades de formação imigratória. Naquela cidade o coeficiente das pessoas viúvas atingiu o mais alto nível em todo o território de Brasília, como era de esperar. Em Braslândia, a posição relativa de cada estado conjugal aproximava-se ainda mais da média brasileira.

De modo geral, nas localidades habitadas por grupos familiares evidenciou-se maior ajuste numérico entre as pessoas casadas dos dois sexos — 94 mulheres para 100 homens em Taguatinga, 92 em Bananal, 83 no Núcleo Bandeirante, 81 na Candangolândia. A preponderância de pessoas do sexo masculino integrantes de "grupos conviventes" (Capítulo 10) nos acampamentos de obras (Central da NOVACAP, Praça dos Três Podêres, Zona Sul) responde, ao contrário, pelo acentuado deficit de mulheres entre as pessoas casadas nêles residentes. É interessante observar que, apesar dessa disparidade, a maioria das mulheres de 15 anos e mais de idade moradoras nos acampamentos do Plano Pilôto eram casadas (750 em 1 000 na Praça dos Três Podêres, 727 em 1 000 nos "Outros" acampamentos, 656 em 1 000 na Zona Sul); na Candangolândia, em Bananal e em Taguatinga, núcleos constituídos predominantemente por grupos familiares, também assumia níveis elevados a participação de mulheres casadas no conjunto da população feminina em idades matrimoniais.

A concentração numérica das diferentes categorias do estado conjugal, nas localidades, é dada pela Tabela III. Relativamente à contribuição de cada localidade no conjunto da população territorial em idades núbeis, nota-se maior proporção de homens solteiros nos acampamentos (Praça dos Três Podêres, Zona Sul, "Outros"), e de mulheres soltei-

ras no Núcleo Bandeirante, na Cidade de Planaltina e na Zona Sul do Plano Pilôto. As pessoas casadas, em ambos os sexos, residiam de preferência na Candangolândia, no Bananal e em Taguatinga. Já a quota de viúvos, relativamente à de pessoas de 15 anos e mais, ganhava amplitude nas localidades numèricamente influenciadas pelos antigos contingentes demográficos: a Zona Rural, a Cidade de Planaltina e o Povoado de Braslândia.

Os dados da Tabela III indicam, ainda, que cêrca de metade das mulheres "separadas" moravam no Núcleo Bandeirante, onde a população feminina em idades nupciais equivalia à quarta parte do total recenseado em Brasília. Entre a população masculina, a ocorrência dessa situação matrimonial apareceu elevada no Núcleo Bandeirante e na Zona Sul do Plano Pilôto, localidades que concentravam mais de 50% dos homens "separados", embora contribuíssem com 40% da população masculina de 15 anos e mais de Brasília.

As declarações relativas à situação de desquitado ou divorciado foram raras em todo o território, observando-se a respeito análoga tendência para concentrarem-se nas duas localidades antes mencionadas — Zona Sul do Plano Pilôto e Núcleo Bandeirante — onde reside a maioria das pessoas de mais elevada posição social.

Distribuição das pessoas casadas segundo a natureza da união — O desdobramento das pessoas casadas segundo a natureza da união, apresentado na Tabela III, proporciona elementos de interêsse informativo quanto à formação da família, tanto mais que resultam de uma primeira investigação direta sôbre o assunto em território brasileiro. Subsídios numéricos para aferição dos casamentos segundo o rito legal e o rito religioso foram obtidos através do Recenseamento Geral de 1950; é inédita, entretanto, a pesquisa concernente às uniões consensuais, no campo censitário.

Informações indiretas, no último Recenseamento Geral, induziram à presunção de que a freqüência dessas uniões conjugais não era desprezível no Brasil. A importância do fato levou a Comissão Censitária Nacional a determinar-lhe a investigação estatística através do próximo Recenseamento Geral, no que aliás, ficou concorde com orientação internacionalmente recomendada.

Os resultados do Censo de Brasília parecem corroborar os dados da operação censitária de 1950. É apreciável o contingente dos que viviam em união consensual no território recenseado — da ordem de 5% do total das pessoas casadas nêle residentes. Note-se que a exatidão das cifras censitárias deve estar afetada pela apreciável participação de homens migrantes, desacompanhados das respectivas famílias, na população do futuro Distrito Federal. É viável que, em tais condições, tenha a pessoa declarado de preferência a sua situação legal em relação ao matrimônio, carecendo o recenseador de meios para comprovar a veracidade da informação (a presença de cônjuge e filhos, e a vida em comum, constituiriam indicações esclarecedoras, no caso de pessoas acompanhadas de família).

A ocorrência de uniões consensuais estáveis mostrou-se mais freqüente nas antigas localidades (Braslândia, Planaltina) e nos núcleos provisórios (Bandeirante, Bananal) do que nos acampamentos. Isto pode ser atribuído tanto à maior concentração de famílias de situação social mais elevada quanto à forte contribuição de homens desacompanhados da família, nos acampamentos.

A proporção de pessoas unidas exclusivamente pelo rito religioso, da ordem de 23% do total das que se declararam casadas, coincide com a observada, para o conjunto da população brasileira, no Recenseamento Geral de 1950. Manifestar-se-ia, pois, a permanência de uma atitude típica das populações do interior do País, notadamente nos quadros rurais, que se traduz pela importância social do vínculo religioso (entre as populações metropolitanas, ou mesmo, entre as populações urbanas de um modo geral, é menos acentuada essa tendência). Em Brasília, justamente nas localidades rurais (Zona Rural e povoado de Braslândia), registraram-se os mais elevados coeficientes de pessoas casadas exclusivamente no religioso.

Evolução da distribuição pelo estado conjugal — Nos antigos quadros demográficos do território de Brasília, a composição segundo o estado conjugal devia ajustar-se, com grande probabilidade, aos níveis proporcionais válidos para a população conjunta dos três municípios de origem — Planaltina, Formosa e Lusiânia. Com fundamento nos resultados do último Recenseamento Geral, obtiveram-se as taxas relativas a cada situação conjugal, para as pessoas de 15 anos e mais nêles presentes a 1.º de julho de

I – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR ESTADO CONJUGAL E SEXO, SEGUNDO AS LOCALIDADES

(Pessoas de 15 anos e mais)

LOCALIDADES	ESTADO CONJUGAL																	
	Totais*			Solteiros			Casados			Viúvos			Desquitados e divorciados			Separados		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
BRASÍLIA	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**46,8**	**55,2**	**24,8**	**48,9**	**42,7**	**65,2**	**2,6**	**1,1**	**6,5**	**0,1**	**0,1**	**0,2**	**1,3**	**0,7**	**2,9**
Acampamentos																		
Central da NOVACAP	100,0	100,0	100,0	61,3	67,5	45,4	35,2	30,9	46,4	2,5	0,8	6,8	0,7	0,7	0,7	0,3	0,1	0,7
Candangolândia	100,0	100,0	100,0	42,0	54,0	17,8	53,8	44,4	72,8	3,0	1,2	6,5	0,1	—	0,4	1,0	0,3	2,3
Praça dos Três Podêres	100,0	100,0	100,0	61,0	65,6	18,9	37,4	33,3	75,1	1,0	0,7	4,0	0,0	0,0	—	0,3	0,2	1,2
Plano Pilôto — Zona Sul	100,0	100,0	100,0	58,6	62,5	27,9	39,2	35,9	65,6	1,2	0,8	4,4	0,2	0,1	0,7	0,7	0,6	1,2
Outros	100,0	100,0	100,0	52,0	59,7	20,4	45,2	38,3	72,8	1,5	0,8	4,3	0,0	0,0	—	0,6	0,5	1,0
Núcleos provisórios																		
Bandeirante	100,0	100,0	100,0	38,6	45,0	30,0	54,8	51,8	58,8	3,0	1,3	5,4	0,2	0,2	0,2	3,1	1,5	5,4
Bananal	100,0	100,0	100,0	23,2	30,5	14,3	71,2	67,4	75,8	3,6	1,1	6,7	0,0	—	0,1	1,9	0,9	3,0
Núcleos estáveis																		
Cidade de Planaltina	100,0	100,0	100,0	41,0	42,3	39,9	48,0	53,1	43,7	6,9	2,3	10,9	0,3	0,2	0,4	3,4	1,9	4,6
Povoado de Taguatinga	100,0	100,0	100,0	22,8	28,6	16,0	71,1	68,2	74,4	4,0	1,4	7,2	0,0	—	0,1	1,8	1,5	2,1
Povoado de Brasília	100,0	100,0	100,0	33,0	42,7	22,1	58,8	55,3	62,8	6,0	1,0	11,6	—	—	—	2,2	1,0	3,5
Zona rural	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**42,8**	**52,5**	**24,9**	**51,6**	**44,6**	**64,6**	**4,1**	**1,9**	**8,3**	**0,0**	**0,0**	**0,0**	**1,1**	**0,7**	**1,7**

* Inclusive sem declaração.

II – MULHERES POR 100 HOMENS, SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL E AS LOCALIDADES

(Pessoas de 15 anos e mais)

LOCALIDADES	ESTADO CONJUGAL						
	Total	Solteiras	Casadas	Desquitadas e divorciadas	Separadas	Viúvas	Sem declaração
BRASÍLIA	**39**	**17**	**59**	**79**	**155**	**226**	**69**
Acampamentos							
Central da NOVACAP	39	26	58	40	200	317	—
Candangolândia	50	16	81	...	325	264	100
Praça dos Três Podêres	11	3	25	...	70	62	42
Plano Pilôto — Zona Sul	13	6	23	67	24	68	100
Outros	25	8	47	...	50	137	59
Núcleos provisórios							
Bandeirante	73	49	83	70	267	300	50
Bananal	82	38	92	...	272	482	100
Núcleos estáveis							
Cidade de Planaltina	117	111	96	300	282	562	300
Povoado de Taguatinga	86	48	94	...	119	457	67
Povoado de Brasília	90	46	102	—	300	1 000	—
Zona rural	**54**	**26**	**78**	**100**	**122**	**234**	**100**

III – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR ESTADO CONJUGAL, SEGUNDO AS LOCALIDADES

(Pessoas de 15 anos e mais)

LOCALIDADES	ESTADO CONJUGAL														
	Totais			Solteiros		Casados		Desquitados e divorciados		Separados		Viúvos		Sem declaração	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
BRASÍLIA	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Acampamentos															
Central da NOVACAP	2,2	2,2	2,2	2,7	4,1	1,6	1,6	15,2	7,7	0,4	0,5	1,7	2,3	—	—
Candangolândia	3,8	3,5	4,5	3,4	3,2	3,7	5,0	—	7,7	1,7	3,6	3,9	4,6	1,5	2,1
Praça dos Três Podêres	13,6	17,0	4,8	20,2	3,7	13,3	5,5	9,1	—	4,3	1,9	10,9	3,0	17,6	10,6
Plano Pilôto — Zona Sul	21,4	26,3	8,7	30,1	9,8	22,1	8,8	36,4	30,9	23,0	3,6	19,7	5,9	2,9	4,3
Outros	9,7	10,8	6,8	11,6	5,6	9,7	7,6	3,0	—	7,7	2,5	7,5	4,6	32,4	27,7
Núcleos provisórios															
Bandeirante	17,1	13,7	26,0	11,1	31,2	16,6	23,4	30,3	26,9	28,0	48,0	16,2	21,4	17,6	12,8
Bananal	7,8	6,0	12,7	3,3	7,3	9,4	14,7	—	7,7	7,7	13,4	6,1	13,1	1,5	2,1
Núcleos estáveis															
Cidade de Planaltina	2,8	1,8	5,3	1,3	8,6	2,2	3,6	3,0	11,5	4,7	8,5	3,6	9,0	1,5	6,4
Povoado de Taguatinga	4,3	3,2	7,1	1,7	4,6	5,1	8,1	—	3,8	6,8	5,2	3,9	7,9	4,4	4,3
Povoado de Braslândia	0,4	0,3	0,7	0,2	0,6	0,4	0,7	—	—	0,4	0,8	0,3	1,2	—	—
Zona Rural	**16,9**	**15,2**	**21,2**	**14,4**	**21,3**	**15,9**	**21,0**	**3,0**	**3,8**	**15,3**	**12,0**	**26,2**	**27,0**	**20,6**	**29,7**

IV – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CASADOS, PELA NATUREZA DA UNIÃO, SEGUNDO AS LOCALIDADES

(Pessoas de 15 anos e mais)

LOCALIDADES	NATUREZA DA UNIÃO											
	Totais			Casamento civil*			Casamento religioso			Vivendo em união consensual		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
BRASILIA	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**72,2**	**72,8**	**71,2**	**22,8**	**22,9**	**22,6**	**5,0**	**4,3**	**6,2**
Acampamentos												
Central da NOVACAP	100,0	100,0	100,0	87,2	88,4	85,4	9,1	8,5	10,0	3,7	3,1	4,6
Candangolândia	100,0	100,0	100,0	71,0	71,8	70,0	25,4	24,5	26,6	3,6	3,7	3,4
Praça dos Três Podêres	100,0	100,0	100,0	77,7	76,2	84,3	19,9	21,7	12,4	2,4	2,1	3,3
Plano Pilôto — Zona Sul	100,0	100,0	100,0	77,0	74,1	89,8	20,7	23,8	7,3	2,3	2,1	2,9
Outros	100,0	100,0	100,0	74,8	76,7	70,9	22,1	20,8	24,8	3,1	2,5	4,3
Núcleos provisórios												
Bandeirante	100,0	100,0	100,0	77,4	78,7	75,8	14,6	14,0	15,4	8,0	7,3	8,8
Bananal	100,0	100,0	100,0	61,6	62,1	61,0	31,6	31,2	32,1	6,8	6,7	6,9
Núcleos estáveis												
Cidade de Planaltina	100,0	100,0	100,0	77,2	77,6	76,8	15,9	15,8	16,0	6,9	6,6	7,2
Povoado de Taguatinga	100,0	100,0	100,0	73,5	74,1	72,9	20,7	20,4	21,1	5,8	5,5	6,0
Povoado de Braslândia	100,0	100,0	100,0	53,3	52,9	53,7	38,3	39,6	37,0	8,4	7,5	9,3
Zona Rural	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**62,4**	**64,2**	**60,2**	**31,9**	**30,5**	**33,6**	**5,7**	**5,3**	**6,2**

* Inclusive civil e religioso.

1950, percentagens essas que são apresentadas na Tabela V, em confronto com as calculadas para a população residente em Brasília a 17 de maio de 1959:

V – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, SEGUNDO O ESTADO CONJUGAL – 1950 E 1959

(*Pessoas de 15 anos e mais*)

ESTADO CONJUGAL	1950			1959		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Solteiros	45,5	49,5	41,5	46,8	55,2	24,8
Casados*	46,8	46,8	46,9	50,2	43,4	68,1
Desquitados e divorciados	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1	0,2
Viúvos	7,3	3,3	11,1	2,6	1,1	6,5

* Inclusive "separados".

Em resumo, as alterações de maior vulto, no tocante aos dois sexos em conjunto, situam-se em:

a) substancial diminuição da quota dos viúvos;

b) registro, em medida não desprezível, de declarações relativas à situação de desquitado e divorciado;

c) expressivo aumento do grupo dos casados, e em menor escala, do grupo dos solteiros.

As modificações entre a situação antiga e a atual alcançam maior profundidade quando se compara a distribuição pelo estado conjugal na população masculina e na feminina, isoladamente. Ao anterior equilíbrio proporcional dos casados, entre os dois sexos, antepõe-se em 1959 acentuado desnivelamento desfavorável aos homens, o que acentua grandemente as desproporções nas outras categorias. Assim, a quota de mulheres solteiras reduz-se à metade, enquanto que a dos homens solteiros ganha substância; paralelamente, caem de quase 50% as proporções concernentes às mulheres viúvas, e para menos de metade as correspondentes aos homens viúvos.

5. CÔR

Liberta de preconceitos que em outros países dificultam as mesclas raciais, a população brasileira apresenta forte miscigenação, não se ajustando a restritas classificações étnicas adotadas em outras partes do mundo. Não cabem no Brasil critérios rígidos de diferenciação racial, por falta de fundamento na realidade demográfica. Esta situação, se, de um lado, fortalece os princípios de sadia convivência entre raças, peculiar à civilização brasileira, cria, por outro lado, compreensíveis obstáculos às estatísticas de distribuição étnica da população do país.

Na impossibilidade de proceder ao levantamento de características étnicas pròpriamente ditas, os recenseamentos nacionais têm pesquisado um de seus elementos: a *côr*. Procedeu-se à investigação nos dois primeiros inquéritos censitários de âmbito nacional (1872 e 1890), e nos dois últimos (1940 e 1950). Por decisão da Comissão Censitária Nacional, a pesquisa constará do programa para o próximo Recenseamento Geral, tendo sido, por conseguinte, incluída no Censo Experimental de Brasília.

Ao decidir-se pela inclusão da *côr* no programa do Censo Demográfico de 1940, a Comissão Censitária Nacional "quis manter-se fiel à tradição honrosa da moderna civilização brasileira, a da igualdade das raças", e, assim, evitou qualquer especificação de critérios para a determinação das diferentes qualificações da côr. "Deixou-se a discriminação ao uso local, que, òbviamente, não é, nem pode ser, rigorosamente uniforme nas diversas partes de um país tão vasto e tão variado pelas origens étnicas das suas populações".

Princípios equivalentes prevaleceram no Recenseamento de 1950, e foram seguidos no Censo Experimental de Brasília. As instruções de coleta limitaram as declarações aos grupos dos "brancos", "pretos", "amarelos" e "pardos", devendo êste último abranger todos os casos que não se enquadrassem nas anteriores discriminações específicas.

Qualificações de côr na população total — A distribuição, segundo a côr, da população de Brasília (Quadro 4), aponta nítida preponderância numérica das pessoas *brancas*, imediatamente seguidas pelas *pardas*, e finalmente, pelas *pretas*. As pessoas de côr *amarela* formavam minoria relativamente insignificante. A proporção de *brancos* ascendia a mais de metade (55%) da população total; aos *pardos* cabiam 35%; aos *pretos*, cêrca de 9%; os *amarelos* não perfaziam 1% do total de habitantes.

Aos dados relativos globais correspondiam cifras bastante aproximadas na discriminação por sexo. Anote-se, contudo, mais forte proporção de pessoas *brancas* na população feminina do que na mascu-

I — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR CÔR E SEXO, SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	CÔR														
	Totais*			Branca			Preta			Amarela			Parda		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulhere
BRASÍLIA	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**55,0**	**54,3**	**56,4**	**8,6**	**9,5**	**6,9**	**0,9**	**0,8**	**1,0**	**34,9**	**34,7**	**35,4**
Acampamentos															
Central da NOVACAP	100,0	100,0	100,0	76,1	75,7	76,8	7,0	7,7	5,6	—	—	—	16,9	16,6	17,6
Candangolândia	100,0	100,0	100,0	53,8	52,6	55,6	8,0	8,7	7,0	0,2	0,2	0,1	37,9	38,3	37,3
Praça dos Três Podêres	100,0	100,0	100,0	52,6	51,0	61,8	10,9	11,7	6,3	0,4	0,4	—	34,9	35,6	30,8
Plano Piloto — Zona Sul	100,0	100,0	100,0	55,9	53,1	69,0	11,0	12,1	5,3	0,3	0,3	0,4	32,3	33,7	24,9
Outros	100,0	100,0	100,0	60,1	58,9	63,5	7,2	8,0	5,0	0,5	0,6	0,3	31,0	31,1	30,8
Núcleos provisórios															
Bandeirante	100,0	100,0	100,0	65,5	67,0	63,6	4,7	4,0	5,7	2,0	2,0	1,9	27,4	26,5	28,6
Bananal	100,0	100,0	100,0	41,2	40,8	41,7	11,8	12,4	11,1	0,4	0,4	0,3	46,5	46,3	46,8
Núcleos estáveis															
Cidade de Planaltina	100,0	100,0	100,0	50,0	51,6	48,5	5,0	4,6	5,3	0,1	0,1	0,2	44,9	43,6	46,0
Povoado de Taguatinga	100,0	100,0	100,0	58,1	57,9	58,3	9,7	9,5	9,8	0,5	0,6	0,5	31,2	31,3	31,0
Povoado de Brasilândia	100,0	100,0	100,0	68,1	67,4	69,6	1,7	2,1	1,2	—	—	—	29,9	30,5	29,2
Zona rural	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**48,0**	**47,5**	**48,8**	**8,7**	**10,1**	**6,6**	**1,6**	**1,5**	**1,8**	**41,2**	**40,4**	**42,4**

* Inclusive sem declaração de côr.

lina (56 contra 54 por cento), o que se refletiu, principalmente, em apreciável desequilíbrio na distribuição dos pretos, cujo contingente era inferior a 7%, entre as mulheres, e superior a 9% entre os homens. As declarações de côr parda resultaram equivalentes, em números relativos, para os dois sexos.

Pode talvez explicar-se o fenômeno pela maior freqüência de famílias *brancas* radicadas em Brasília. As facilidades proporcionadas a técnicos de nível médio e superior (entre os quais devem ser mais numerosas as declarações de côr branca), para se instalarem com as respectivas famílias, estimulariam o maior afluxo relativo de mulheres classificadas nessa côr, em detrimento das demais qualificações.

Confirma esta suposição a apreciável diferença entre homens e mulheres de côr branca nos acampamentos do Plano Pilôto, onde residem quase todos os técnicos e especialistas com atividade nas obras de construção da cidade (lembre-se que aí também se localizavam as únicas residências definitivas existentes em Brasília, tôdas elas habitadas por famílias de posição social mais elevada e, pois, mais fàcilmente registradas como brancas). O desnível mencionado elevou, nos acampamentos da Zona Sul do Plano Pilôto, a 69% a quota de mulheres brancas sôbre a população feminina local, contra apenas 53% de homens da mesma côr sôbre a correspondente população masculina. Nos acampamentos da Praça dos Três Podêres, a população feminina era constituída por 62% de mulheres brancas, ao passo que a masculina só contava 51% de homens brancos. Nos outros acampamentos do Plano Pilôto, verificou-se desnivelamento menos acentuado (63% de mulheres brancas, contra 59% de homens dessa côr).

Qualificação de côr nas localidades — Os desdobramentos por localidades, apresentados no Quadro 4, mostram-se, aliás, significativos por indicarem como que a gradação social dos respectivos contingentes populacionais. É conhecida, no Brasil, a correlação entre a côr e o nível social-econômico; de modo geral, as pessoas colocadas nas posições mais altas da escala social, ou o são, ou tendem a ser consideradas de côr branca.

Em Brasília, os mais elevados contingentes de brancos encontram-se no Acampamento Central da NOVACAP, habitado por funcionários administrativos, técnicos e dirigentes de modo geral. Nesse acampamento as parcelas demográficas de côr branca equiparavam-se em números relativos, alcançando, tanto entre os homens como entre as mulheres, quocientes superiores a 75%. No Núcleo Bandeirante, habitado principalmente por negociantes, as qualificações de côr também eram altamente favoráveis aos brancos, que perfaziam quase duas têrças partes da população total.

Em três localidades apenas, o predomínio absoluto das pessoas brancas não foi atingido: a Cidade de Planaltina (50% de brancos), a Zona Rural (48%) e o Núcleo Bananal (41,2%). É sintomático que, em Bananal, onde se verificam as menos elevadas condições de vida entre as localidades de recente formação, as pessoas declaradas de côr branca tenham alcançado a mais baixa proporção, em todo o território. Paralelamente, a quota das pessoas pretas elevou-se ao mais alto nível (11,8% do total), o mesmo acontecendo com o grupo dos pardos (46,5%).

As pessoas de côr amarela (japonêses e seus descendentes na quase totalidade), concentravam-se no Núcleo Bandeirante e na Zona Rural, que em conjunto contavam cêrca de 75% da população amarela de Brasília. Compreende-se fàcilmente que os migrantes de origem nipônica estão sendo atraídos pelas atividades ainda acessórias em Brasília, seja o comércio e a prestação de serviços, seja a agricultura (de conformidade com os planos da NOVACAP, estão sendo localizadas nas áreas rurais de Brasília famílias de origem japonêsa).

Evolução da distribuição segundo a côr — É acentuada a discordância entre a atual situação de Brasília e a da antiga zona que lhe deu origem, no pertinente às características diferenciais de côr da população. Os resultados do Recenseamento de 1950 indicaram, para a população conjunta dos municípios de Planaltina, Formosa e Luziânia, distribuição proporcional de habitantes, segundo a côr, que se compara com a verificada no território de Brasília pelo Censo Experimental de maio passado:

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, SEGUNDO A CÔR

	1950	1959
Branca	50,1	55,0
Parda	31,1	34,9
Preta	18,7	8,6
Amarela	0,1	0,9

Em que pesem influências decorrentes da precária objetividade da pesquisa (entre um e outro censo, podem haver prevalecido divergentes critérios de julgamento pessoal dos recenseadores), há de convir-se que as alterações numéricas pelo menos em parte devem corresponder a uma efetiva modificação da estrutura "étnica" da população territorial. Tanto mais que, entre o Recenseamento de 1950 e o Censo Experimental não se interpuseram quaisquer alterações de critérios e instruções ao recenseador que pudessem afetar a comparação.

A ser verdadeira esta hipótese, será forçoso admitir que, entre as pessoas imigradas para Brasília estão pesando mais fortemente os contingentes de côr branca e parda, em detrimento do grupo prêto (a participação do grupo amarelo faz-se notar em escala ainda muito reduzida). Sabendo-se que as maiores correntes migratórias para Brasília constituem-se de goianos, mineiros e baianos, cabe examinar a possível influência dêsse contingente nas modificações de côr da população territorial. Faltam informações atuais sôbre a distribuição, segundo a côr, das pessoas imigradas para Brasília. Note-se, contudo, que as características "étnicas" da população de Minas Gerais e de Goiás, de acôrdo com o Recenseamento de 1950, mostravam-se francamente favoráveis ao grupo branco; que contribuía com 58% da população total, tanto em um como no outro Estado. Na Bahia, pelo contrário, o contingente branco era minoritário; em compensação, as pessoas de côr parda perfaziam mais de metade da população total. O crescimento dos grupos branco e pardo, relativamente à situação dominante na antiga população do território de Brasília, encontra, pois, justificativa na situação demográfica dos Estados que estão contribuindo, em mais larga escala, para o povoamento do futuro Distrito Federal.

É significativa a aproximação, no referente à distribuição pela côr, entre a atual estrutura da população territorial e a da região Centro-Oeste ou do Estado de Goiás em 1950, como comprova o quadro:

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, SEGUNDO A CÔR

	Centro-Oeste (1950)	Goiás (1950)	Brasília (1959)
Branca	56,5	58,0	55,0
Parda	33,0	31,7	34,9
Preta	10,0	10,2	8,6
Amarela	0,5	0,1	0,9

A recente formação demográfica da região Centro-Oeste, sobretudo do Estado de Goiás, deve consideràvelmente ao fator migratório. Dentro do Estado, entretanto, como ficou esclarecido, a zona hoje ocupada por Brasília manteve-se pràticamente alheia ao surto de povoamento, até o início da construção da Nova Capital. Sua antiga composição demográfica refletiria, assim, condições advindas de um passado remoto, cuja influência está perdendo importância a passos largos com a célere ocupação do território pelos construtores da futura metrópole federal.

6. RELIGIÃO

A validade das informações censitárias sôbre a religião presta-se a controvérsia de vez que, no recenseamento, é inexeqüível a distinção entre a mera adesão formal e a efetiva filiação religiosa. Em outros países, utilizam-se de preferência inquéritos específicos para aferir a situação religiosa, solicitando-se informações diretamente das igrejas e organizações competentes. No Brasil, dados sôbre movimento religioso são divulgados em relação a alguns cultos.

Outro ponto discutível da investigação censitária sôbre religião prende-se à idade dos informantes. Há quem recuse significado a declarações referentes às crianças (em especial, a menores de 7 anos), que não teriam discernimento para conscientemente adotar uma religião. Os censos brasileiros, nesse particular, têm aceitado as declarações dos pais e responsáveis diretos. A falta de declaração específica, no caso de menores de 5 anos, é mesmo suprida com base na religião dos pais; só quando, no casal, se verifique diversidade de credo religioso, e não haja ficado explícita a religião da criança, é ela contada como de "religião não declarada".

A grande variedade de cultos e seitas religiosas constitui, também, outro problema cuja solução é passível de crítica. Na impossibilidade de apresentar, separadamente, os adeptos de cada uma das seitas religiosas (no caso das religiões não católicas), as tabulações censitárias os tem agrupado sob denominações genéricas, cuja aceitação popular pode não ser ratificada pelos interessados. Ao adotá-las, a repartição censitária tem-se apoiado na média da opinião das próprias autoridades religiosas.

Os grandes grupamentos religiosos pesquisados no Censo Experimental de Brasília foram referidos às seguintes denominações: 1) católicos romanos (adeptos da Igreja Católica Apostólica Romana); 2) protestantes (adeptos das religiões cristãs evangélicas, como presbiterianos, metodistas, batistas, luteranos, anglicanos, etc., exclusive "adventistas" e "testemunhas de Jeová"); 3) espíritas (compreendendo cardecistas, espiritualistas, esotéricos, umbandistas, etc.); 4) budistas; 5) israelitas; 6) ortodoxos (Igreja Russa Ortodoxa, Igreja Grega Ortodoxa); 7) maometanos (compreendendo muçulmanos, islamitas, etc.); 8) outras religiões (cristãs e não cristãs). As pessoas que expressamente o declararam foram contadas como "sem religião", e assim ficam diferenciadas daquelas de religião não declarada.

Na apresentação dos resultados (Quadro 5), distinguiram-se apenas as três primeiras classificações, reunindo as demais no grupo residual "outras religiões".

Distribuição, segundo a religião na população total — Em diferentes levantamentos censitários nacionais, a investigação relativa ao credo religioso tem demonstrado a forte predominância numérica dos adeptos da Igreja Católica Romana, os quais ainda em 1950 perfaziam mais de 93% da população brasileira. Embora lentamente, a posição relativa do grupo majoritário vem regredindo, de um para outro recenseamento, o que pode ser atribuído à influência da imigração estrangeira e também à campanha proselitista das religiões não católicas (particularmente, a protestante e a espírita).

A preponderância dos católicos romanos, como era de esperar, verificou-se entre a população recenseada em Brasília. Não atingiu, porém, o alto coeficiente registrado, nove anos atrás, no conjunto da população do País. Vê-se pelos dados da Tabela I que os católicos romanos compreendiam 88,4% das pessoas residentes na futura Capital Federal, cabendo a quota restante, em maior parte (5,5%), aos protestantes, seguidos pelos espíritas (2,3%). As demais religiões ou seitas contribuíam com parcela muito reduzida (1,1%), sendo de notar que figurava em posição de inferioridade, mesmo em relação às pessoas que declararam não ter religião (2,4%).

A posição, em medida proporcionalmente apreciável, dêsse último grupo (pessoas sem religião), constitui fenômeno merecedor de atenção. Note-se que, em números relativos, mostrou-se várias vêzes superior à média nacional em 1950, quando as pessoas que declararam não seguir nenhuma religião representavam apenas 0,5% do total. Consoante os resultados do levantamento censitário nacional daquele ano, pode-se ver que a mais elevada proporção de pessoas sem religião (1,5%),

I — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR RELIGIÃO E SEXO, SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	RELIGIÃO																	
	Totais*			Católica romana			Protestante			Espírita			Outras religiões			Sem religião		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
BRASÍLIA	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**88,4**	**88,3**	**88,6**	**5,5**	**4,8**	**6,7**	**2,3**	**2,1**	**2,6**	**1,1**	**1,2**	**1,1**	**2,4**	**3,2**	**0,8**
Acampamentos																		
Central da NOVACAP	100,0	100,0	100,0	88,9	88,9	88,8	4,1	3,8	4,7	3,0	2,6	3,8	2,0	2,1	2,0	2,0	2,6	0,7
Candangolândia	100,0	100,0	100,0	88,4	88,4	88,5	7,9	7,4	8,7	1,5	1,6	1,4	1,3	1,2	1,3	0,7	1,2	—
Praça dos Três Podêres	100,0	100,0	100,0	89,6	89,3	91,2	2,8	2,5	4,3	1,6	1,5	1,9	0,7	0,7	0,8	5,0	5,8	1,0
Plano Pilôto — Zona Sul	100,0	100,0	100,0	88,9	88,9	89,2	3,2	3,0	4,5	2,2	1,9	4,0	0,9	0,9	0,9	4,1	4,7	1,1
Outros	100,0	100,0	100,0	90,3	89,9	91,0	4,0	3,5	5,2	1,7	1,7	1,7	0,3	0,4	0,3	2,8	3,4	1,3
Núcleos provisórios																		
Bandeirante	100,0	100,0	100,0	83,5	82,6	84,6	8,6	8,4	8,9	3,9	3,5	4,3	2,0	2,6	1,3	1,9	2,7	0,8
Bananal	100,0	100,0	100,0	87,2	87,1	87,1	6,7	6,5	7,5	2,7	2,8	2,6	0,9	0,9	0,8	2,3	2,6	1,9
Núcleos estáveis																		
Cidade de Planaltina	100,0	100,0	100,0	94,8	94,0	95,5	2,4	2,1	2,7	1,8	2,2	1,4	0,1	0,2	—	0,7	1,2	0,3
Povoado de Taguatinga	100,0	100,0	100,0	80,5	80,9	80,0	12,2	11,6	12,9	3,1	3,0	3,2	3,0	2,7	3,3	1,2	1,7	0,6
Povoado de Brasilândia	100,0	100,0	100,0	96,9	96,3	97,6	—	—	—	0,8	0,5	1,2	—	—	—	2,3	3,2	1,2
Zona rural	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**92,4**	**92,1**	**92,9**	**4,4**	**4,3**	**4,5**	**1,2**	**1,2**	**1,2**	**0,9**	**0,9**	**1,0**	**0,7**	**1,0**	**0,3**

* Inclusive sem declaração

entre as unidades federativas, foi encontrada no Distrito Federal; mesmo assim, pouco excedia de metade da verificada na população de Brasília.

Comparativamente à situação religiosa do País no ano do último Recenseamento Geral, os dados do Censo Experimental de Brasília deixam entrever, aliás, que a redução proporcional do número de católicos se deve, concomitantemente, à ascensão dos protestantes, dos espíritas e das pessoas sem religião: os restantes credos religiosos contam em Brasília, como contavam no conjunto do País nove anos atrás, apenas 1% de adeptos.

O comportamento religioso, conforme o sexo, sofre sensíveis variações entre as pessoas não católicas, ao passo que se mantém equilibrado entre os seguidores da Igreja Católica Romana. Observem-se, a propósito, as proporções de católicos na população masculina e na feminina (88,3% e 88,6% respectivamente), em confronto com as correspondentes aos protestantes (4,8% entre os homens e 6,7% entre as mulheres), ou aos espíritas (2,1% na população masculina contra 2,6% na feminina). Tais oscilações assumem muito maior vulto no grupo "sem religião", o qual pesava com 3,2% entre os homens e sòmente com 0,8% entre as mulheres. A experiência censitária brasileira indica que é muito mais freqüente essa situação entre a população masculina do que entre a feminina.

Distribuição, segundo a religião nas localidades — A localização geográfica afeta, por seu turno, a composição religiosa da população, como revelam os dados da Tabela I. É, por exemplo, muito mais acentuada a participação dos católicos nas localidade de antiga formação — o Povoado de Brasilândia, com 97%, a Cidade de Planaltina, com 95%; a zona Rural, com 92%. Em contraposição, decai em medida apreciável em duas localidades novas: o Povoado de Taguatinga (onde se encontrou a quota mais reduzida, da ordem de 81%), e o Núcleo Bandeirante, com menos de 84%. Nos acampamentos do Plano Pilôto (inclusive o Núcleo Bananal), a contribuição proporcional dos católicos equipara-se de modo geral à média do território.

Em Taguatinga e no Núcleo Bandeirante, o declínio da religião majoritária deve-se, principalmen-

te, à maior concentração de protestantes, e secundàriamente, de espíritas e adeptos de outras religiões. É surpreendente a quota de protestantes em Taguatinga (12,2%), mais de duas vêzes superior à média territorial. Embora menor, sua proporção no Núcleo Bandeirante também alcança nível expressivo (8,6%). A distribuição dos protestantes por localidade mostra, aliás, que a essas duas se deve acrescentar a Candangolândia, outro reduto numèricamente representativo (7,9%), e o Núcleo Bananal (6,7%). Fora dessas localidades, a participação dos protestantes fica sempre abaixo da média territorial, sendo de notar o caso de Braslândia, onde não foi encontrado um só declarante.

Em tôdas as localidades, registraram-se ocorrências de seguidores das religiões espiritistas. A média percentual para o conjunto do território (2,3%) apresenta pequena variabilidade, que indicaria ligeira dominância do Núcleo Bandeirante, do Acampamento Central da NOVACAP e do Povoado de Taguatinga, principais núcleos espíritas de Brasília.

As religiões não especificadas nas tabulações censitárias (grupo "outras religiões") alcançavam em Taguatinga a mais elevada proporção (3,0%). É possível que a tenham devido à contribuição de "adventistas" ou "testemunhas de Jeová". Em outras localidades onde apareceram com maior pêso do que na média territorial, poder-se-ia admitir a influência de estrangeiros, particularmente no caso do Núcleo Bandeirante (2% de seguidores de "outras religiões"), dada a presença numèricamente sensível de japonêses (geralmente budistas) e de gregos (geralmente ortodoxos).

Uma peculiaridade dos acampamentos de obras do Plano Pilôto (com exceção da Candangolândia e do Acampamento Central da NOVACAP) merece atenção: nêles moravam mais de duas têrças partes das pessoas sem religião. A contribuição dessas pessoas chegava ao máximo de 5,8% entre a população masculina da Praça dos Três Podêres, igualando a 4,7% entre os homens moradores dos acampamentos da Zona Sul; no plano oposto, atingia sòmente 1,0% entre a população masculina da Zona Rural, e 1,2% em Planaltina. Não deixa de ser curiosa, entretanto, a situação de Braslândia, embora a percentagem, superior a 3% de homens sem religião, que lhe é atribuída, tenha muito modesta correspondência em valores absolutos.

Evolução da situação religiosa — Com relação às condições retratadas pelo Recenseamento Geral de 1950, a composição religiosa da atual população de Brasília é contrastante não só em relação à média nacional mas, sobretudo, aos índices que deviam prevalecer no território. A preponderância da religião católica entre os moradores dos três municípios (Planaltina, Formosa e Luziânia), de que se desmembrará o futuro Distrito Federal, assumia proporções elevadíssimas, como provam as cifras que se seguem:

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, SEGUNDO A RELIGIÃO — 1950 E 1959

	1950	1959
Católica romana	97,0	88,4
Protestante	2,7	5,5
Espírita	0,1	2,3
Outras	0,0	1,1
Sem religião	0,0	2,4
Sem declaração	0,2	0,3

Dêsse modo, os níveis percentuais dos católicos romanos permaneceram elevados nas localidades antigas: Braslândia e Cidade de Planaltina. A população imigrada, por conseguinte, é que teria fornecido ao território os contingentes não católicos, ora representativos. Mas a origem geográfica dêsses migrantes não se concilia com o fenômeno, considerando-se que, nas unidades federativas de naturalidade da maior parte das pessoas deslocadas para Brasília, a religião católica contava com muito mais altos coeficientes de adeptos. Tome-se o caso, por exemplo, dos naturais do Nordeste, que perfaziam mais da quarta parte da população residente em Brasília, e onde os católicos representavam (Recenseamento de 1950) 98% do total de habitantes. Em Minas Gerais, cuja participação nos efetivos humanos da futura Capital Federal ascendia a quase uma quinta parte, a maioria católica era medida por quota superior a 96%, sendo que, na Bahia (cujos naturais contribuíam com 12% da população de Brasília) atingia acima de 98%. Mesmo no Estado de Goiás, de onde são naturais muitos dos migrantes, a posição relativa da religião católica (93%), em 1950, mostrava-se superior à média calculada para Brasília.

A simples comprovação do lugar de nascimento não caracteriza com precisão o fenômeno migrató-

rio para Brasília. Como será discutido adiante, grande número de migrantes eram originários de unidade federativa diversa da em que haviam nascido (os dados combinados de "lugar do nascimento" e "lugar do domicílio anterior", no Quadro 14, dão a medida do fenômeno). Evidencia-se que uma parte ponderável da população deslocada para Brasília provém de outras áreas de migração, antes de lá se radicar, o que tem de ser levado em conta na apreciação de características culturais como a religião.

Mesmo analisando a influência migratória com fundamento no lugar de origem ("lugar do domicílio anterior"), em vez de o de nascimento, chega-se a resultados surpreendentes, visto que, também nesses lugares de origem, a religião católica acusava em 1950 quocientes mais elevados. Em Goiás, de onde provinham 37% dos migrantes, o protestantismo contava com apenas 2,2% de adeptos. Pode-se presumir, então, que nos anos subseqüentes ao Recenseamento Geral de 1950 as religiões não católicas exerceram profícua atuação proselitista, pelo menos nas regiões mais afetadas pelo fenômeno migratório.

Outra explicação cabível seria a de atribuir certa seleção religiosa, naturalmente espontânea, entre os migrantes para Brasília (ou entre os migrantes em geral), resultante de uma atitude mais favorável à emigração entre as pessoas não católicas. Parece mais fácil de compreender, nas condições brasileiras, o fenômeno recíproco, isto é, uma mais acentuada inquietação espiritual entre as pessoas migrantes criando condições propiciatórias às campanhas de proselitismo religioso.

7. CARACTERÍSTICAS EDUCACIONAIS

O adiantamento cultural de uma nação encontra no nível de instrução de seu povo a medida mais significativa. Eis porque os levantamentos censitários da população interessam-se, em todo o mundo, pela investigação das características educacionais, que nos últimos censos brasileiros têm sido apreciadas sob quatro aspectos distintos:

a) a alfabetização, ou seja, a capacidade para ler e escrever;

b) o nível de instrução, ou seja, a série de ensino concluída com aprovação;

c) a escolarização, ou seja, o fato de freqüêntar escola;

d) a espécie e o grau do curso concluído (para as pessoas possuidoras de cursos completos).

A soma de informações resultantes proporciona fundamentados subsídios para o conhecimento do nível educacional da população, tanto do ponto de vista quantitativo (taxa de alfabetização, de escolarização e número de anos de estudo concluídos), quanto do qualitativo (espécie e grau do curso concluído ou da série de ensino freqüentada). É óbvio que alguns dêsses elementos informativos podem ser obtidos com maior rigor através das estatísticas correntes do ensino. Dificilmente, porém, as estatísticas do ensino forneceriam a base para uma análise mais aprofundada da influência da instrução sôbre determinados aspectos demográficos, econômicos ou sociais, o que se consegue pela combinação das características educacionais com outros atributos individuais investigados pelos censos.

As características concernentes à instrução, obtidas pelo Censo Experimental de Brasília, cobrem os três primeiros campos acima enumerados, pertinentes à alfabetização, ao nível de instrução e à escolarização. Não foram apuradas as informações relativas à espécie e ao grau do curso concluído, embora hajam sido investigadas.

ALFABETIZAÇÃO

Taxa de alfabetização na população total — A capacidade para ler e escrever é sem dúvida o mais rudimentar estágio de instrução a que pode atingir uma pessoa. Mesmo assim, a parcela de analfabetos neste País ainda é numèricamente apreciável. Em 1950, e relativamente à população de cinco anos e mais de idade, contavam-se no conjunto da Federação Brasileira 57% de pessoas incapazes de ler e de escrever. O processo de alfabetização tem sido lento, como prova o confronto entre os resultados dos diferentes recenseamentos. Justifica-se assim a inclusão da pesquisa no futuro Recenseamento Geral, embora numerosos países já não a incluam nos respectivos levantamentos censitários.

No Censo Experimental de Brasília, computaram-se como alfabetizadas as pessoas capazes de ler e de escrever um bilhete simples em um idioma qualquer. Êsse critério, internacionalmente recomendado, afasta em princípio o risco de serem indevidamente contadas como alfabetizadas as pessoas que apenas saibam assinar o nome.

Os dados numéricos sôbre a alfabetização (Quadro 7) estão referidos às pessoas de 5 anos e mais de idade, com discriminação do sexo, e por localidades. A distribuição por idades, de utilidade para melhor compreensão do fenômeno, não foi apurada, de acôrdo com o plano de simplificação das tabulações. Reconhece-se que, de modo geral, o limite mínimo de 10 anos de idade é o mais conveniente para o estudo da alfabetização. A diminuição dêsse limite possibilita, contudo, o estudo mais minucioso do processo de alfabetização entre as crianças em idade escolar.

Considerada em relação às pessoas de 5 anos e mais, a taxa de alfabetização (percentagem de pessoas capazes de ler e de escrever) atingia no território do futuro Distrito Federal 55,6%, nível bastante superior à média nacional em 1950, e muito mais elevada do que a quota correspondente, naquele mesmo ano, à população do Estado de Goiás (28,2%).

Circunstâncias que tornaram menos atrativa a instrução entre as mulheres, nas gerações mais velhas, inferiorizam sistemàticamente, em todo o Brasil, a quota de alfabetização feminina em relação à masculina (39,3% contra 46,0% no conjunto da população brasileira de 5 anos e mais, conforme os resultados do Recenseamento de 1950). Idêntica tendência também foi observada na atual população de Brasília. A taxa de alfabetização para as pessoas de 5 anos e mais aumenta entre os homens, atingindo 58,4%, e decai entre as mulheres, baixando

para 49,7%. As cifras do Censo Experimental reveíam, na verdade, descompasso mais acentuado do que indicava a média brasileira, nove anos antes. Numa população constituída de migrantes, o fenômeno faz supor uma maior imigração relativa de mulheres analfabetas — a menos que, no período, se tenha agravado de modo geral a diferença entre as quotas de alfabetização relativas a cada sexo. Não parece aceitável a última hipótese, em face das tendências históricas do processo de alfabetização no Brasil. Por outro lado, a primeira suposição contraria outras indicações dos resultados censitários que fazem presumir-se mais freqüente, em Brasília, a imigração de mulheres de melhor situação social.

Taxa de alfabetização nas localidades — A quota de 55,6% de alfabetizados, correspondente ao total das pessoas de 5 anos e mais de idade residentes em Brasília, sofre alterações de grande amplitude quando se consideram isoladamente as localidades (Tabela I). Como fôra de esperar, alcança mais altos níveis onde é maior a concentração de pessoas de melhor posição na escala social: o Acampamento Central da NOVACAP (pessoal técnico-administrativo); o Núcleo Bandeirante (comerciantes, industriais, comerciários) etc. Os coeficientes mais baixos referem-se à Zona Rural e ao Núcleo Bananal — êste último, como demonstram outros numerosos índices estatísticos, habitado em maioria pelas pessoas de mais modestas condições.

I — TAXA DE ALFABETIZAÇÃO(*), POR SEXO, SEGUNDO AS LOCALIDADES

(*Pessoas de 5 anos e mais*)

LOCALIDADES	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS		
	Total	Homens	Mulheres
BRASÍLIA	**55,6**	**58,4**	**49,7**
Acampamentos			
Central da NOVACAP	77,9	82,0	69,0
Candangolândia	61,3	66,0	53,8
Praça dos Três Podêres	55,8	55,4	58,1
Plano Pilôto — Zona Sul	63,5	61,4	76,0
Outros	57,9	59,9	51,7
Núcleos provisórios			
Bandeirante	70,8	76,7	63,0
Bananal	42,6	47,7	36,7
Núcleos estáveis			
Cidade de Planaltina	61,1	66,7	56,1
Povoado de Taguatinga	53,4	59,6	46,5
Povoado de Brasilândia	52,4	53,4	51,4
Zona rural	**34,1**	**38,3**	**27,4**

* Percentagem de pessoas que sabem ler e escrever.

Entre os extremos (34,1% na Zona Rural e 77,9% no Acampamento Central da NOVACAP), a taxa de alfabetização passa por gradações que dariam como que o escalonamento cultural das diferentes localidades, com as posições superiores ocupadas pelo Núcleo Bandeirante, os acampamentos da Zona Sul do Plano Pilôto, a Candangolândia, a Cidade de Planaltina, e as inferiores pelos povoados de Brasilândia e Taguatinga, e o Núcleo Bananal.

Dentro de tal escala de valores, a posição das localidades varia conforme se analise a alfabetização, separadamente entre os homens e entre as mulheres. Se o primeiro lugar, tratando-se da alfabetização masculina, permanece com o Acampamento Central da NOVACAP, não se observa igual concordância no caso da alfabetização feminina: o mais alto coeficiente verificou-se na Zona Sul do Plano Pilôto, que só figurava em quinto lugar, no tocante à alfabetização dos homens. Deslocam-se, outrossim, as posições do Núcleo Bandeirante — segundo lugar quanto à alfabetização masculina, terceiro quanto à feminina; da Praça dos Três Podêres — oitavo lugar quanto à alfabetização masculina, quarto quanto à feminina; da Cidade de Planaltina — terceiro lugar quanto à alfabetização masculina, quinto quanto à feminina. É impressionante, todavia, a constância dos dois últimos degraus da escala, sempre correspondentes à Zona Rural e ao Núcleo Bananal, quer se examine a alfabetização geral, quer se particularize a situação de cada sexo.

Evolução da taxa de alfabetização — A proporção de pessoas alfabetizadas, na atual população de Brasília, é duas vêzes superior à prevalecente nos antigos quadros demográficos do território, admitindo-se que nêles a quota de alfabetização fôsse do nível verificado nos municípios de Planaltina, Formosa, e Luziânia em conjunto. Comparativamente com as resultantes do Censo Experimental, as taxas de alfabetização (dados do Recenseamento Geral de 1950) para aquêles três municípios, são apresentadas a seguir:

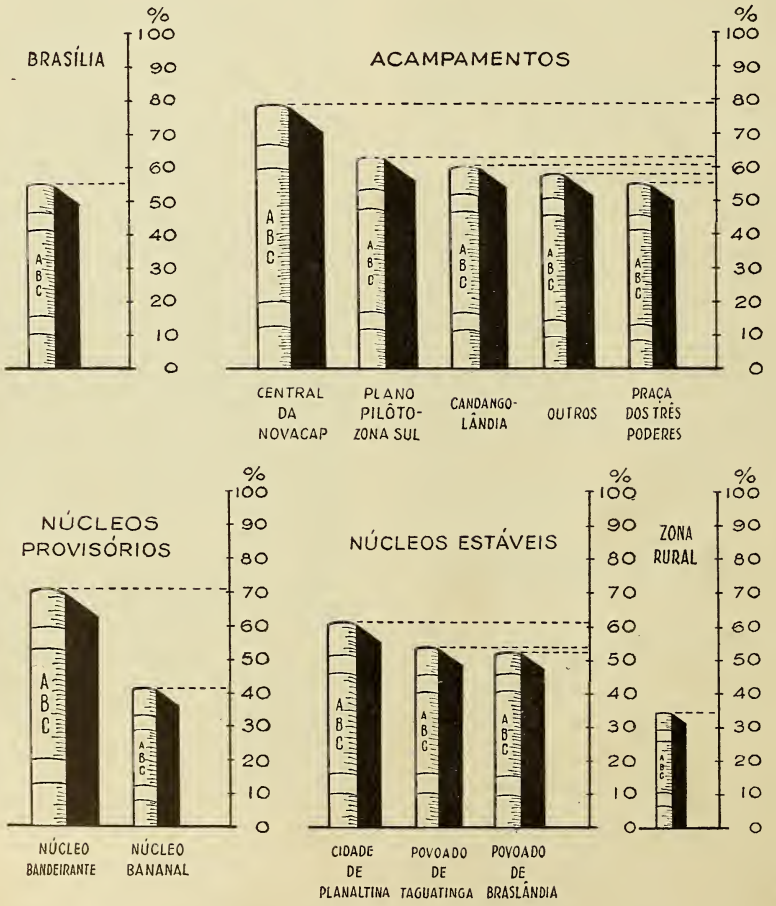
TAXA DE ALFABETIZAÇÃO

(*Pessoas de 5 anos e mais*)

	1950	1959
Homens	26,3	58,4
Mulheres	20,5	49,6
Homens e Mulheres	23,4	55,6

ALFABETIZAÇÃO

Pessoas de 5 anos e mais de idade



CELSO C. BASTOS - DES.

O confronto pode parecer descabido, visto como a população radicada no território, em época anterior à construção da Nova Capital, provàvelmente está contribuindo com menos da décima parte dos efetivos demográficos atuais. Não cabe, pois, atribuir o progresso da alfabetização exclusivamente à melhoria da instrução pública local; entre os novos moradores é que haveria um contingente relativamente mais numeroso de pessoas alfabetizadas.

Acontece, porém, que a quota de alfabetização em Brasília supera largamente a própria média nacional (1950), como ficou demonstrado. Adianta-se inclusive às cifras (também obtidas dos resultados censitários de 1950) correspondentes às regiões que mais têm contribuído para os deslocamentos migratórios na sua direção. Como será explanado adiante, os nordestinos representavam cêrca da quarta parte da população residente em Brasília a 17 de maio dêste ano; os mineiros contribuíram com 20%; os goianos com 23%, os baianos com 14%. Em conjunto essas "colônias" perfaziam mais de 80% da população radicada no futuro Distrito Federal. Ora, em 1950, a taxa de alfabetização no Nordeste (sempre considerada a população de 5 anos e mais de idade) situava-se em tôrno de 25%; atingia 27,2% na Bahia; ascendia para 38,2% em Minas Gerais, e para 28,2% em Goiás.

Para aquilatar-se com maior fidelidade a influência das migrações, convém todavia ter em vista a natureza das correntes afluídas para Brasília, em que predominam as pessoas do sexo masculino entre 20 e 39 anos de idade. Essas pessoas encontrar-se-iam, em 1950, na casa dos 10-29 anos — justamente, as idades em que se mostra mais elevada a quota de alfabetização. De fato, a alfabetização masculina entre os indivíduos de 10 a 29 anos de idade situava-se nos níveis abaixo discriminados, segundo a procedência:

TAXA DE ALFABETIZAÇÃO EM 1950

(*Homens de 10 a 29 anos*)

Região Nordeste	30,3
Bahia	34,3
Minas Gerais	47,1
Goiás	36,4

Como se vê, mesmo a mais alta proporção, concernente aos mineiros, era bastante inferior à encontrada em Brasília. Pode-se, aliás, ponderar as quotas enunciadas com base na importância relativa de cada grupo migratório, para obter o nível médio de alfabetização entre aquêles migrantes — que representavam mais de 80% da população de Brasília — caso fôsse mantida inalterada a situação de 1950. A estimativa resultante indicaria uma taxa da ordem de 40%, muito abaixo da realmente obtida. Dado o pêso das mencionadas naturalidades no cômputo da população global de Brasília, fica fora de propósito atribuir tão expressiva melhoria à influência das correntes minoritárias (os paulistas, entre os quais a quota de alfabetização masculina ultrapassava de 50,3% em 1950, contribuíam apenas com 5% da população de Brasília).

Não há dúvida, pois, de que a população emigrada para Brasília adiantou-se quanto à alfabetização, em relação às condições dominantes nove anos atrás nas respectivas terras de origem. Como explicação do fenômeno caberia formularem-se duas hipóteses:

a) melhoria geral do nível de alfabetização, particularmente nas Unidades da Federação referidas, e, pelo menos, entre as gerações mais môças;

b) maior freqüência de pessoas alfabetizadas entre os migrantes.

O ritmo evolutivo da alfabetização até 1950, tanto no conjunto do país quanto nas Unidades Federadas em foco, não ratifica a primeira hipótese como fator exclusivo do acentuado progresso constatado pelo Censo Experimental de Brasília — a não ser que, nos anos subseqüentes, se tenha grandemente acelerado. A segunda alternativa parece, mais consentânea com a realidade; é fácil entender que, sob idênticos estímulos, mostrem-se mais predispostas a emigrar as pessoas melhor dotadas quanto à instrução. Cumpre atentar, finalmente, para o fato, adiante discutido, de que a maioria das pessoas emigradas para Brasília era originária de centros urbanos, onde a alfabetização está mais difundida.

ESCOLARIZAÇÃO

A investigação concernente à escolarização abrangeu a totalidade das pessoas de 5 anos e mais residentes em Brasília na data de referência do Censo Experimental. É evidente, porém, sua maior importância no tocante às pessoas jovens, notadamente as crianças em idade escolar, o que tornou imprescindível o desdobramento dos resultados de

maneira a possibilitar uma ajustada aferição da situação escolar entre a população infantil e adolescente. Também pareceu indispensável o estudo do fenômeno por localidade, de modo a fornecer indicações numéricas que servissem de fundamento à objetiva programação do aparelho escolar territorial. É preciso ter em mente que as condições em que se tem processado o desenvolvimento demográfico de Brasília acarretam sérias dificuldades à implantação do sistema escolar, problema que vem preocupando sèriamente as autoridades da NOVACAP.

Os resultados censitários acêrca da escolarização aparecem em dois quadros distintos, o primeiro (Quadro 8) apresentando a distribuição por localidades e idades das pessoas que freqüentavam escola; e o segundo (Quadro 10) reunindo, para o conjunto do território, as pessoas que freqüentavam escola segundo a idade e a última série de ensino concluída com aprovação.

Consideraram-se como "freqüentando escola" as pessoas que estavam estudando em estabelecimentos de ensino, públicos ou privados, excluídos os cursos rápidos de especialização ou formação profissional, e os de extensão cultural. Foram também contadas nesta situação as crianças que estavam freqüentando jardins-de-infância, bem como as que recebiam instrução no próprio domicílio, seguindo currículo equiparável aos modelos oficiais.

Taxa de escolarização no conjunto do território — O Quadro 10 mostra que, na data do Censo Experimental, 5 336 pessoas de 5 anos e mais de idade estavam freqüentando escola no território de Brasília. A proporção correspondente só tem significado quando, relacionada à idade, possibilita a aferição da taxa de escolarização entre as pessoas normalmente susceptíveis de receber instrução (crianças e adolescentes). O grupo etário de maior interêsse, no caso, constitui o que se tem denominado de "população em idade escolar", formada pelas crianças de 7 a 14 anos. Para atender a essa imposição de natureza analítica, foi elaborada a Tabela II.

De seus resultados, constata-se que menos de metade (49,3%) da população em idade escolar residente na futura sede do Govêrno Federal estava freqüentando escola. Não se pode, sem otimismo, considerar satisfatória essa taxa de escolarização, mormente quando se recorda que a Constituição Brasileira torna obrigatório o ensino primário — e implìcitamente, a freqüência à escola — para tôdas as crianças em idade compatível.

II — TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO(*), POR IDADES

IDADE	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS		
	Total	Que freqüentavam escola	Taxa de escolarização %
TOTAIS	**55 911**	**5 336**	**9,5**
5 anos	1 421	61	4,3
6 anos	1 347	180	13,4
5 e 6 anos	**2 768**	**241**	**8,7**
7 anos	1 294	455	35,2
8 anos	1 173	535	45,6
9 anos	1 000	535	53,5
10 anos	1 080	594	55,0
11 anos	861	531	61,7
12 anos	1 055	589	55,8
13 anos	786	390	49,6
14 anos	851	363	42,7
7 a 14 anos	**8 100**	**3 992**	**49,3**
15 anos	773	240	31,0
16 anos	941	184	19,6
17 anos	996	112	11,2
18 anos	2 110	111	5,3
19 anos	2 313	75	3,2
15 a 19 anos	**7 133**	**722**	**10,1**
20 anos e mais	**37 910**	**381**	**1,0**

* Proporção de pessoas que freqüentam escola.

Em que pese o preceito constitucional, sabe-se que o número de crianças sem escola é relativamente elevado em nosso País. Recentes estimativas do órgão especializado demonstrariam que, no ano passado, mais de metade (aproximadamente 54%) da população infantil brasileira entre 7 e 14 anos de idade não estava freqüentando escola, cifrando-se pois em menos de 46% a taxa global de escolarização. A êsse coeficiente nacional corresponderiam taxas muito mais representativas nas unidades federadas de maior adiantamento econômico (no Distrito Federal, por exemplo, a taxa de escolarização alcançaria 67%) e bem mais modestas nas regiões de menor desenvolvimento (no Maranhão, seria de apenas 20%).

Como se vê, a taxa de escolarização entre as crianças em idade escolar equiparava-se, em Brasília, à média nacional, situando-se porém com nítida desvantagem em relação às unidades federativas mais desenvolvidas. Não seria de estranhar a situação, dada a natureza migratória do povoamento e a origem geográfica das correntes predominantes. Várias vêzes tem-se feito mister relembrar êste fato, responsável por uma série de anomalias que peculiarizam a atual situação demográfica de Brasília.

No caso particular da instrução, a presumível seletividade de migrantes alfabetizados para o futuro Distrito Federal contrasta com as informações

sôbre a escolarização infantil, não se compreendendo o aparente descaso que demonstrariam pela educação dos filhos. De certo, fatôres independentes da vontade dos pais poderiam exercer influência negativa nesse sentido. É lícito atribuir grande parte de responsabilidade à natural instabilidade das famílias imigradas mais recentemente, que portanto não estavam convenientemente instaladas na data do Censo (os números apresentados no Quadro 15 mostram que 13 858 pessoas, ou 24% da população total, contavam no máximo três meses de residência em Brasília). Não seria demais, entretanto, equacionar o problema também em função de uma eventual deficiência do aparelho escolar. O assunto está interessando vivamente as autoridades competentes da NOVACAP, que ressaltaram, a respeito, a grande valia dos resultados censitários, justificando tratamento mais ampliado do tópico nas tabulações apresentadas neste volume.

A considerável evasão escolar, da ordem de 50,7% entre as crianças de 7 a 14 anos, agrava-se em medida elevada entre os adolescentes de 15 a 19 anos, que teòricamente deveriam estar cursando a escola secundária ou universitária. Só uma décima parte das pessoas dessas idades estava estudando, consoante as informações coletadas pelo inquérito censitário. Os dados corroboram o que a experiência cstatística nacional tem demonstrado, isto é, o sistemático abandono dos estudos à medida que a criança se aproxima das idades econômicamente produtivas, ou então, logo que termina sua formação na escola elementar.

Taxa de escolarização nas localidades — O comportamento da escolarização segundo as localidades é dado pela Tabela III em que se distinguem as pessoas de 5 e 6 anos, as de idade escolar (7 a 14 anos), os adolescentes de 15 a 19 anos, e os adultos de 20 e mais.

Um dos aspectos numéricos que, de imediato, chamam a atenção está nos índices elevados da taxa de escolarização entre a população de idade escolar dos principais acampamentos do Plano Piloto (81% na Candangolândia, 77% na Zona Sul e 69% no Acampamento Central da NOVACAP), fortemente contrastantes dos relativos aos núcleos de formação mais recente, como Taguatinga (46%) ou Bananal (apenas 20%). Nesta última localidade, deve ser ressaltado, a situação escolar das crianças entre 7 e 14 anos denotava as piores condições de todo o território, colocando-se em inferioridade até mesmo no confronto com a Zona Rural, cuja taxa de escolarização atingia 26%.

O Núcleo Bananal, na data do Recenseamento, contava poucos meses de existência, sendo provàvelmente habitado, na maioria, por famílias imigradas em datas muito próximas ao levantamento censitário. Êste fato deve estar presente a quem interprete os resultados em tela, visto que, com tôda certeza, exercia influência decisiva no alarmante rebaixamento dos níveis de escolarização locais. Como é óbvio, as famílias recentemente fixadas não tinham adquirido suficiente tranqüilidade para o trato de assuntos alheios ao problema fundamental de alojamento, que não encontra fácil solução nas condições presentes de Brasília. Por outro lado, o ingresso na escola em pleno período letivo torna-se necessàriamente mais difícil, quando não é vedado pelos regulamentos escolares.

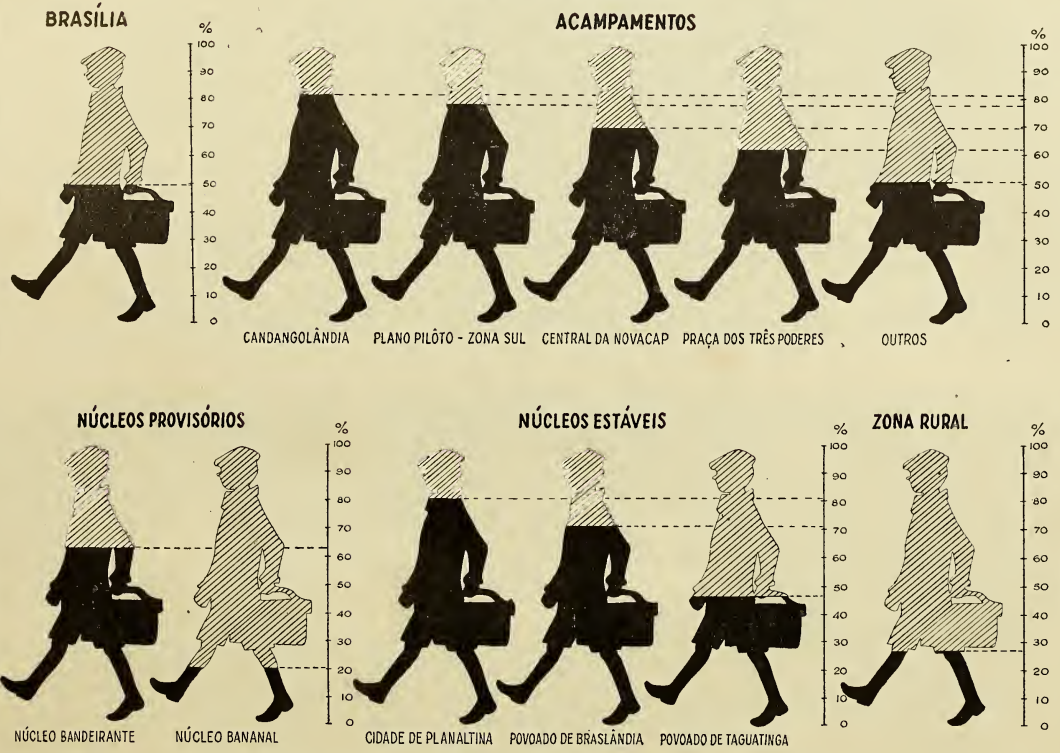
Os dados da Tabela III põem em destaque, aliás, a desarmônica conjuntura escolar das três localidades mencionadas — Bananal, Taguatinga e Zona Rural — comparada à situação das restantes circunscrições territoriais definidas pelo Censo. Pode-se mesmo perceber que a ínfima escolarização entre as crianças nelas residentes é que fazia infletir a taxa territorial até o nível modesto de 49%.

Entre as crianças de 5 e 6 anos de idade que freqüentavam escola, os maiores contingentes relativos cabiam à Zona Sul do Plano Pilôto e à Cidade de Planaltina, que também apresentava alta taxa de escolarização entre as crianças de 7 a 14 anos. A incidência de escolares com menos de 7 anos de idade deve ser atribuída em maior parte, aos alunos de jardins-de-infância, estabelecimentos êstes ainda pouco difundidos nas demais localidades de Brasília.

A escolarização entre os jovens de 15 a 19 anos caía para apenas 10%, no conjunto do território, mas ultrapassava de 28% em Planaltina e atingia 27% em Braslândia. Nas duas localidades antigas, portanto, a educação juvenil estava mais difundida do que nas de formação recente, inclusive o próprio Núcleo Bandeirante e o Acampamento Central da NOVACAP, primeiros centros de povoamento da área nova de Brasília, e onde estão radicadas numerosas famílias de recursos médios. Talvez se explique a estranha discrepância pelo vulto, em números absolutos, das pessoas de 15 a 19 anos que demandaram Brasília atraídas por um trabalho melhor remunerado, e residem, de preferência, nas circunscrições pioneiras.

ESCOLARIZAÇÃO

Pessoas de 7 a 14 anos de idade



III – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO(*), POR IDADE, SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	PESSOAS QUE FREQÜENTAM ESCOLA							
	5 e 6 anos		7 a 14 anos		15 a 19 anos		20 anos e mais	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%
BRASÍLIA	**241**	**8,7**	**3 992**	**49,3**	**722**	**10,1**	**381**	**1,0**
Acampamentos								
Central da NOVACAP	5	11,1	80	69,0	25	18,3	15	1,7
Candangolândia	11	6,1	385	81,1	59	20,3	43	3,0
Praça dos Três Poderes	15	10,6	184	61,7	18	2,1	11	0,2
Plano Piloto — Zona Sul	51	27,7	407	77,2	114	8,5	139	1,7
Outros	20	9,4	246	50,2	28	4,4	24	0,6
Núcleos provisórios								
Bandeirante	67	12,4	1 086	62,6	252	19,1	80	1,3
Bananal	9	2,4	214	20,5	17	3,2	5	0,2
Núcleos estáveis								
Cidade de Planaltina	24	19,0	460	80,7	79	28,5	14	1,4
Povoado de Taguatinga	16	6,3	331	46,2	35	12,5	8	0,5
Povoado de Braslândia	1	4,8	64	70,3	10	27,0	1	0,7
Zona rural	**22**	**3,2**	**535**	**26,3**	**83**	**6,0**	**41**	**0,7**

* Proporção de pessoas que freqüentam escola.

O Censo encontrou 381 pessoas de 20 anos e mais de idade freqüentando escola. Em números relativos, correspondiam a 1% da população adulta, quota que alcançava proporções mais expressivas em determinadas localidades – na Candangolândia, chegava a 3%. Na grande maioria – como se verá adiante – essas pessoas estavam freqüentando cursos de grau elementar. Devia, pois, tratar-se de alunos dos vários cursos de alfabetização de adultos já em funcionamento em Brasília, particularmente junto aos principais acampamentos de obras.

Em síntese, o exame dos dados censitários referentes à escolarização em Brasília evidencia que:

a) metade das crianças em idade escolar, (mais de 4 milhares, em números absolutos) não estava freqüentando escola;

b) mais de duas têrças partes das crianças sem escola estavam concentradas em três localidades: Bananal, Taguatinga e Zona Rural;

c) 90% dos adolescentes de 15 a 19 anos deviam exercer atividades não escolares, limitando-se a 10% a taxa de escolarização nesse grupo etário;

d) a instrução entre os adolescentes mostrava-se, entretanto, muito mais extensiva nas localidades de formação antiga – a Cidade de Planaltina e o Povoado de Braslândia;

e) apenas 1% das pessoas de 20 anos e mais de idade estava freqüentando escola (em grande maioria, cursos elementares de alfabetização de adultos).

NÍVEL DE INSTRUÇÃO

O nível de instrução, expresso no Quadro 11 pelo número de anos de estudo, corresponde à última série de ensino concluída com aprovação, forma sob a qual se procedeu à pesquisa. Nos censos brasileiros anteriores, essa característica referiu-se, mesmo na divulgação dos resultados, especificamente à série de ensino em questão. As repetidas reformas do ensino e a diversidade dos sistemas educacionais nas diferentes circunscrições políticas levaram à evidência de que a informação específica tem menor significado do que o seu equivalente em anos de estudo com aproveitamento, critério já seguido com êxito em outros países.

Na correlação estabelecida para os fins censitários, tomou-se em conta tanto o ensino oficializado (público e privado) quanto o não oficializado, quando equiparável a um currículo regular. Da mesma forma, sempre que realizados com aprovação, foram considerados os exames de suficiência que independem de freqüência aos cursos secundários normais (o chamado "exame do artigo 91" ou seus congêneres nos sistemas educacionais anteriores).

Os cinco primeiros anos de estudo correspondem ao ensino de grau elementar, contadas na classe de "5 anos de estudo" as pessoas que concluíram a 5.ª série primária ou o chamado "curso de admissão". O ensino de grau médio abrange as classes de 6 a 12 anos de estudo; o de grau superior,

as classes seguintes, até 17 anos e mais de estudo (cursos de cinco séries, como o de direito, ou de seis séries, como o de medicina).

De acôrdo com a equivalência adotada, pode acontecer que uma pessoa dada como tendo 6 anos de estudo (correspondente à 1.ª série secundária) na realidade contasse apenas 5 anos de freqüência à escola com aproveitamento, ou menos, conforme fôsse a duração do seu curso primário. Da mesma forma, o fato de computar-se como possuidora de 9 anos de estudo uma pessoa que obteve diploma de curso ginasial sem tê-lo freqüentado (mediante exame de suficiência) indica que, nos escalões do sistema atual do ensino, ela alcançou nível equiparável ao que normalmente se obtém após quatro anos de estudo, com aproveitamento, no curso ginasial.

Nível médio de instrução — Os dados do Quadro 11 referem-se ao conjunto das pessoas de 5 anos e mais de idade residentes em Brasília a 17 de maio de 1959. Permitem, pela separação das pessoas que haviam freqüentado ou estavam freqüentando escola, conhecer-se a parcela das pessoas que nunca haviam estudado.

IV — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, SEGUNDO A INSTRUÇÃO

(Pessoas de 5 anos e mais)

IDADE	INSTRUÇÃO	
	Pessoas com instrução (1)	Pessoas sem instrução (2)
Pessoas de 5 anos e mais	**54,0**	**46,0**
5 a 9 anos	29,5	70,5
10 a 14 anos	67,7	32,3
15 a 19 anos	63,7	36,3
20 anos e mais	54,5	45,5

(1) Pessoas que freqüentaram ou estavam freqüentando escola; — (2) Pessoas que não freqüentaram nem estavam freqüentando escola.

A quota de 46%, atribuída às pessoas "sem instrução" (que nunca haviam freqüentado escola) é, sem dúvida, elevada. Nem tôdas elas, entretanto, estariam em situação de absoluta nulidade no tocante à instrução, se a simples alfabetização fôr considerada. De fato, a quota de analfabetos entre as pessoas de 5 anos e mais atingia 44,2%, indicando a ocorrência de pessoas alfabetizadas que não chegaram sequer a concluir a primeira série primária. Em números absolutos, deviam contar-se 1 029 pessoas nessa condição (diferença entre o número de analfabetos e o das pessoas que nunca freqüentaram nem estavam freqüentando escola), ou o correspondente a 3% das pessoas alfabetizadas.

Confirmam as relações da Tabela IV a maior penetração da escola entre as gerações mais novas, várias vêzes constatada pelas estatísticas educacionais. Note-se, a propósito, que entre as crianças de 10 a 14 anos a fração das que nunca haviam estudado mostrava-se inferior à têrça parte, quando ascendia a mais de 45% entre os adultos de 20 anos e mais. A elevada incidência de casos negativos entre as crianças de 5 a 9 anos é perfeitamente compreensível, visto como, antes dos 7 anos, só é permitida a freqüência a cursos especializados como o jardim-de-infância.

O pêso das pessoas que nunca haviam estudado reduz a modestas proporções o nível de instrução alcançado pela média da população de Brasília, como se constata da Tabela V.

V — NÍVEL MÉDIO DE INSTRUÇÃO

(Pessoas de 5 anos e mais)

ESPECIFICAÇÃO	ANOS DE ESTUDO	
	Tôdas as pessoas	Pessoas com instrução (1)
Pessoas de 5 anos e mais	2,04	3,80
Pessoas de 10 anos e mais	2,26	3,99
Pessoas de 15 anos e mais	2,37	4,25
Pessoas de 20 anos e mais	2,37	4,38

(1) Pessoas que haviam freqüentado ou estavam freqüentando escola.

Considerando-se o conjunto das pessoas de 5 anos e mais de idade, o nível médio de instrução seria expresso em 2,04 anos de estudo, correspondente à metade do curso primário; ao passo que a instrução média alcançada pelas pessoas que haviam estudado ou estavam estudando podia medir-se por índice mais representativo, da ordem de 3,80 anos de estudo (ainda assim, inferior à duração normal do curso primário). Ressalte-se desde logo que, para fins de análise, adotou-se a duração de 4 anos como currículo completo do curso elementar, embora ocorram no País currículos inferiores (escolas rurais, alfabetização de adultos, etc.).

Pelos dados da Tabela V, pode-se apreciar o comportamento do nível médio de instrução não só entre as pessoas de 5 anos e mais de idade como entre outros grupos etários mais adequados à sua aferição. Tomando-se, por exemplo, as pessoas adultas (20 anos e mais), entre as quais pràticamente

já se completara o período escolar, obtêm-se quocientes médios superiores, particularmente no caso das pessoas "com instrução". As diferenças, contudo, não têm amplitude significativa: compare-se a média de 4,38 anos de estudo (pessoas adultas) com a de 3,80 (pessoas de 5 anos e mais); isso, não obstante a influência negativa, neste último grupamento, das crianças que não haviam atingido idade escolar (veja-se Tabela IV). É que, para compensá-la, no primeiro qüinqüênio de idade a proporção das pessoas "com instrução" atingia nível muito além do verificado entre os adultos de 20 anos e mais.

Considerando, de um lado, o nível médio das pessoas "com instrução", e de outro, a quota proporcional dessas pessoas relativamente à população de 5 anos e mais, podem-se estabelecer ilações significativas do confronto com a situação nacional retratada, nove anos antes, pelo último Recenseamento Geral. No conjunto da população brasileira de 5 anos e mais de idade, só uma exígua fração, da ordem de 34%, havia freqüentado ou estava freqüentando escola, em 1950. Essa escassa camada de pessoas "com instrução" ostentava nível médio equivalente à duração normal do curso primário completo, ou o correspondente, em anos de estudo, a 4,07. Vê-se, pois, que na população de Brasília aumentou substancialmente a taxa percentual (que ascendia a 54%), ao mesmo tempo que decaiu a média de anos de estudo (que igualava a 3,80 anos); por outras palavras, alargou-se o círculo de pessoas que haviam freqüentado ou estavam freqüentando escola, enquanto que o nível de instrução, entre elas, foi rebaixado. A maior penetração do ensino ter-se-ia operado por conseguinte, em detrimento do nível geral de instrução das pessoas que estudaram ou estavam estudando, num movimento mais de sentido horizontal do que vertical. Isto pode significar que a situação educacional da população de Brasília está mais equilibrada, atenuando-se o agudo desnivelamento entre a minoria educada e a enorme maioria sem instrução, acusado pelo Recenseamento Geral de 1950 no conjunto do Brasil. O fenômeno pode não refletir tendência generalizada no País, comportando a presunção de um processo seletivo entre os migrantes para o futuro Distrito Federal.

Nível médio entre as pessoas "com instrução" — As cifras do Quadro 11 correspondem ao nível de instrução das pessoas que haviam freqüentado ou estavam freqüentando escola; no Quadro 10, obtém-se exclusivamente o nível de instrução das pessoas que estavam freqüentando escola. As diferenças entre os seus valores equivalem, pois, ao estágio de instrução alcançado pelas pessoas que, embora houvessem estudado, não se encontravam freqüentando escola na data do Censo, ou por haverem concluído os estudos ou por tê-los interrompido. Com base nesses elementos numéricos, organizou-se a Tabela VI, que dá o nível médio de instrução das pessoas classificadas em cada uma das condições aludidas. Para melhor entendimento, apresenta-se também desdobramento que possibilite análise, isoladamente, tanto em relação às pessoas de 5 anos e mais, como exclusivamente às pessoas adultas (20 anos e mais), entre as quais pode-se dar como encerrado o período escolar.

VI — NÍVEL MÉDIO DE INSTRUÇÃO

(Pessoas que haviam freqüentado ou estavam freqüentando escola)

ESPECIFICAÇÃO	ANOS DE ESTUDO	
	Pessoas de 5 anos e mais	Pessoas de 20 anos e mais
Pessoas que haviam freqüentado ou estavam freqüentando escola	3,8	4,4
Pessoas que haviam freqüentado escola	4,1	4,4
Pessoas que estavam freqüentando escola	2,2	4,4

As estimativas referentes ao nível médio de instrução sintetizam de certo modo, o quadro educacional entre as pessoas consideradas na Tabela, e permitem formularem-se algumas indicações genéricas, que se seguem:

a) no conjunto das pessoas de 5 anos e mais que haviam recebido ou estavam recebendo instrução, a média de anos de estudo para cada indivíduo não igualava a duração normal do curso primário;

b) em qualquer das condições isoladas na Tabela, o nível médio das pessoas consideradas não chegava a corresponder à primeira série secundária;

c) mesmo entre a população adulta que continuava a freqüentar a escola, cada pessoa contaria em média menos de 5 anos de estudo, podendo dizer-se que o respectivo nível de instrução equivalia ao curso primário completo.

Distribuição proporcional segundo os níveis de instrução — Uma medida mais acurada da situação educacional da população de Brasília será alcançada através da distribuição proporcional de cada um dos grupos demográficos considerados, segundo os diferentes escalões do ensino. É do que trata a Tabela VII cujas cifras salientam a posição dominante dos cursos de grau elementar, já indicada pelos dados pertinentes ao nível de instrução.

Examinando-se separadamente cada grupamento da Tabela, pode-se ver que, no conjunto das pessoas de 5 anos e mais, a proporção das que só dispunham dos conhecimentos fornecidos na escola elementar abrangia quatro quintas partes do total, quer tivessem concluído ou interrompido os estudos, quer continuassem a freqüentar escola. Para agravar a situação, nem tôdas aquelas pessoas haviam logrado completar o curso elementar. Os dados censitários demonstram, no caso das pessoas que não freqüentavam escola, que cêrca da metade havia interrompido os estudos em uma das três primeiras séries do curso primário. Quanto aos escolares, duas têrças partes concentravam-se nesses três escalões de instrução. Conclui-se daí que entre as pessoas que haviam recebido instrução mas não estavam estudando, sòmente a metade alcançara ou ultrapassara, o estágio educacional correspondente ao curso primário, quota que se reduzia à têrça parte entre as pessoas que estavam estudando.

Algumas relações singelas definiriam concisamente a situação educacional das pessoas que haviam recebido instrução mas não estavam freqüentando escola na data do Censo:

a) em 5 indivíduos, 4 só dispunham de conhecimentos de nível primário;

b) dessa maioria com instrução elementar, 60% havia interrompido os estudos antes de concluir o curso primário;

c) na minoria que lograra ascender além do nível elementar, a relação entre os que possuíam conhecimentos de nível secundário e de nível universitário era de 7 para 1;

VII — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS QUE HAVIAM FREQÜENTADO OU ESTAVAM FREQÜENTANDO ESCOLA, SEGUNDO O NÍVEL DE INSTRUÇÃO

NÍVEL DE INSTRUÇÃO (Anos de estudo concluídos)	PESSOAS QUE HAVIAM FREQÜENTADO OU ESTAVAM FREQÜENTANDO ESCOLA					
	Totais		Pessoas que haviam freqüentado escola		Pessoas que estavam freqüentando escola	
	Tôdas as pessoas	Pessoas de 20 anos e mais	Tôdas as pessoas	Pessoas de 20 anos e mais	Tôdas as pessoas	Pessoas de 20 anos e mais
TOTAIS	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**	**100,00**
Grau elementar	**81,23**	**72,83**	**81,18**	**79,11**	**81,62**	**58,39**
Com 1 ano de estudo	13,90	10,27	12,52	10,29	24,44	9,12
Com 2 anos de estudo	19,19	18,15	18,49	18,17	24,52	16,06
Com 3 anos de estudo	18,38	18,22	18,50	18,32	17,49	11,31
Com 4 anos de estudo	26,50	28,75	28,30	28,91	12,82	17,52
Com 5 anos de estudo	3,26	3,44	3,37	3,42	2,35	4,38
Grau médio	**16,01**	**17,57**	**15,92**	**17,42**	**16,62**	**28,46**
Primeiro ciclo	**12,28**	**12,75**	**11,90**	**12,64**	**15,17**	**20,80**
Com 6 anos de estudo	2,47	1,89	2,02	1,85	5,94	4,74
Com 7 anos de estudo	2,89	2,85	2,71	2,84	4,20	4,01
Com 8 anos de estudo	2,24	2,24	2,08	2,19	3,49	5,84
Com 9 anos de estudo	4,68	5,77	5,09	5,76	1,54	6,21
Segundo ciclo	**3,73**	**4,82**	**4,02**	**4,78**	**1,45**	**7,66**
Com 10 anos de estudo	0,68	0,82	0,70	0,81	0,59	1,82
Com 11 anos de estudo	0,53	0,65	0,54	0,63	0,40	2,19
Com 12 anos de estudo	2,52	3,35	2,78	3,34	0,46	3,65
Grau superior	**2,12**	**2,90**	**2,28**	**2,79**	**0,93**	**10,96**
Com 13 anos de estudo	0,06	0,09	0,06	0,07	0,12	1,46
Com 14 anos de estudo	0,15	0,20	0,14	0,17	0,19	2,19
Com 15 anos de estudo	0,41	0,56	0,45	0,55	0,15	1,82
Com 16 anos de estudo	0,41	0,56	0,42	0,52	0,32	3,67
Com 17 anos e mais de estudo	1,09	1,49	1,21	1,48	0,15	1,82
Sem declaração de nível	**0,64**	**0,70**	**0,62**	**0,68**	**0,83**	**2,19**

d) dessa minoria com instrução secundária ou superior, mais de metade possuía curso completo, contràriamente ao observado com relação à maioria de instrução primária, entre a qual se mostrava mais comum a interrupção dos estudos antes da conclusão do curso;

e) as relações numéricas assinaladas mostravam-se válidas, de modo geral, tanto para as pessoas de 5 anos e mais de idade quanto, exclusivamente, para as pessoas adultas (20 anos e mais de idade).

No caso da população escolar de tôdas as idades consideradas, os resultados censitários indicariam que:

a) em 5 pessoas, 4 possuíam instrução de nível elementar;

b) essa maioria com instrução primária apresentava forte concentração nos três primeiros anos da escola elementar;

c) a minoria que alcançara nível secundário ou superior era formada, em maior parte, por alunos de curso médio do primeiro ciclo (curso ginasial, principalmente);

d) menos de 1, em 100 pessoas que estavam freqüentando escola, atingira o nível universitário.

Todavia, a composição por idades influenciava sensìvelmente a distribuição dessas pessoas segundo o nível de instrução. Entre os adultos de 20 anos e mais que continuavam a estudar, observavam-se proporções bem mais elevadas dos níveis universitários (em 10 indivíduos, 1 devia estar cursando escola superior), ou para os níveis secundários (cuja quota seria de 3 indivíduos em 10). Mesmo assim, o nível elementar detinha a maioria das pessoas nessa condição, o que não deixa de ser curioso, parecendo mesmo uma peculiaridade da atual população de Brasília (decorrente da difusão dos cursos de alfabetização de adultos).

Indicações sôbre a escolaridade entre as pessoas que estavam freqüentando escola — A distribuição das pessoas que estavam estudando segundo a série de ensino concluída combinada com a idade em anos singulares (Quadro 10), possibilita estimar-se o aproveitamento escolar aparente, medido também em anos de estudo. Na Tabela VIII apresenta-se a média de anos de estudo declarados pelas pessoas de cada idade singular (8 a 18 anos), comparativamente com o nível em que se deveriam colocar, no caso de entrarem para a escola com a idade mínima obrigatória (7 anos) e seguirem regularmente, sendo aprovados em cada série, os cursos elementar e secundário.

VIII — NÍVEL MÉDIO DE INSTRUÇÃO, REAL E TEÓRICO, ENTRE AS PESSOAS QUE ESTAVAM FREQÜENTANDO ESCOLA

(*Pessoas de 8 a 18 anos*)

IDADE	NÍVEL DE ENSINO		Desvio relativo (3)
	Real (1) (a)	Teórico (2) (b)	(c)
8 anos	0,73	1	— 0,27
9 anos	0,99	2	— 0,50
10 anos	1,40	3	— 0,53
11 anos	1,79	4	— 0,55
12 anos	2,22	5	— 0,56
13 anos	2,80	6	— 0,53
14 anos	3,26	7	— 0,53
15 anos	4,13	8	— 0,48
16 anos	4,55	9	— 0,49
17 anos	5,23	10	— 0,48
18 anos	5,08	11	— 0,54

(1) Nível declarado. — (2) Nível ideal, segundo a idade. — (3) Desvio em relação ao valor teórico $\left(\text{igual a } \frac{b-a}{b}\right)$.

Os desvios entre os valores real e ideal dariam a medida do retardamento da instrução entre as pessoas que estavam freqüentando escola. De modo geral, pode-se concluir que o nível de ensino entre os escolares de Brasília mantinha constante inclinação para o valor correspondente à metade do nível teórico. Um único caso divergente merece citação: o dos escolares de 8 anos de idade, cujo nível real apresentava maior aproximação do valor ideal.

Um dos motivos óbvios das discrepâncias constatadas na Tabela VIII é, sem dúvida, a repetência de ano escolar, seja por reprovação ou outra causa. Mas, pelo menos no caso de Brasília, outro fator concorre, em medida talvez mais pronunciada, para aprofundar o atraso dos escolares: a entrada tardia na escola. É impressionante, nesse sentido, a proporção das pessoas que estavam freqüentando escola pela primeira vez na data do Censo Experimental ("Alunos novos"). Aparecem, sistemàtica-

mente, em tôdas as idades discriminadas no Quadro 10, e assumem importância relativa de vulto, como indicam os números da Tabela IX.

IX – PROPORÇÃO DOS ALUNOS NOVOS, POR IDADE

IDADE	PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS		
	Que estavam freqüentando escola (a)	Alunos novos (b)	b/a
TOTAIS	**5 336**	**2 090**	**39,2**
5 anos	61	61	100,0
6 anos	180	166	92,2
7 anos	455	385	84,6
8 anos	535	380	71,0
9 anos	535	291	54,4
10 anos	594	236	39,7
11 anos	531	154	29,0
12 anos	589	134	22,8
13 anos	390	55	14,1
14 anos	363	49	13,5
15 anos	240	24	10,0
16 anos	184	17	9,2
17 anos	112	11	9,8
18 anos	111	17	15,3
19 anos	75	12	16,0
20 anos e mais	381	107	28,1

Explica-se perfeitamente a quota elevada dos "alunos novos" nos três primeiros anos de idade discriminados (100% entre os escolares de 5 anos); na verdade, as crianças de 5 a 7 anos só podem freqüentar ou o jardim-de-infância ou a primeira série elementar. A partir dos 8 anos de idade, já não cabe justificativa para o caso, que será apreciado como uma anomalia, aliás, lisonjeira para Brasília. Porque os números censitários revelam, claramente, que uma grande parte das crianças imigradas que nunca haviam estudado, talvez por encontrarem condições desfavoráveis nas terras de origem, ingressam na escola ao se radicarem na futura Capital Federal.

Considerando-se exclusivamente as crianças em idade escolar (7 a 14 anos), pode-se levar a crédito das condições escolares locais uma quota ponderável de escolarização: 1 684, ou 42% das pessoas de 7 a 14 anos, estavam freqüentando escola pela primeira vez. Não há dúvida, entretanto, que a tardia escolarização é fenômeno generalizado em todo o País, e tem sido apontada freqüentemente pelos educadores como um dos fatôres de rebaixamento do nível de instrução popular.

8. CARACTERÍSTICAS MIGRATÓRIAS

É vasto o campo de aplicação das estatísticas migratórias, as quais podem ser obtidas por inquéritos específicos diretos ou através dos levantamentos censitários. Os inquéritos específicos têm utilização universal no contrôle da imigração de estrangeiros ou da emigração de nacionais para o exterior. Afiguram-se, contudo, de difícil exeqüibilidade quanto às migrações interiores, que no Brasil vêm assumindo importância crescente. Na falta de levantamentos específicos, os dados dos recenseamentos têm sido empregados com proveito para medir a intensidade dêsses movimentos, e indicar-lhes o rumo geográfico.

"Os dados obtidos (pelos censos) não permitem medir as correntes migratórias, pois que representam sòmente o que se poderia chamar de "saldos", ativos ou passivos, na data do recenseamento, dos movimentos de entrada, de um lado, de eliminação por óbito ou por saída, de outro. Todavia, são suficientes para dar uma idéia da importância comparativa das diversas correntes, especialmente em um país como o Brasil, onde a maior parte da emigração interior tem um caráter permanente ou quase permanente" *.

Característica censitária mais freqüentemente utilizada no estudo dos movimentos migratórios, o *lugar de nascimento*, combinado com o *lugar de presença*, isto é, o lugar em que a pessoa se encontra ou reside na data do Censo, assegura sua imediata classificação em uma das duas condições — *migrante* e *não migrante* — de interêsse basilar para o conhecimento estatístico dos deslocamentos migratórios. No primeiro caso, são compreendidas as pessoas recenseadas em lugar diverso daquele em que haviam nascido; no segundo, os naturais do local nêle recenseados.

Das pessoas *migrantes* podem-se obter respostas que esclareçam vários outros aspectos de interêsse. No Censo Experimental de Brasília formularam-se quesitos referentes às três características seguintes:

a) lugar (Unidade Federada, país estrangeiro) do domicílio anterior, ou lugar de procedência;

b) situação (urbana, rural) do domicílio anterior;

c) tempo de residência no território.

Os mesmos tópicos estão programados para o próximo Recenseamento Geral do País, devendo enriquecer consideràvelmente as informações censitárias relativas aos movimentos migratórios: os recenseamentos nacionais limitaram-se, até o presente, a pesquisar o *lugar de nascimento*.

LUGAR DE NASCIMENTO

A tôdas as pessoas recenseadas indagou-se o *lugar de nascimento*, isto é, a Unidade da Federação (Estado, Território Federal, Distrito Federal) ou o país estrangeiro (classificado de acôrdo com a nomenclatura adotada pela Organização das Nações Unidas), considerando-se isoladamente as pessoas nascidas no território de Brasília. A fim de prevenir eventuais erros de informação, tomaram-se precauções nas declarações dos naturais do território de Brasília, geralmente inclinados a se declararem nascidos no Estado de Goiás. Aos goianos de nascimento, formulou-se pergunta adicional relativa à área em que haviam nascido, com o fim de distinguir os naturais do território da Nova Capital.

Migrantes e não migrantes — A distribuição das pessoas residentes segundo o lugar de nascimento é apresentada no Quadro 6, que se desdobra em duas partes, conforme se trate de brasileiros natos ou de estrangeiros e brasileiros naturalizados.

Os elementos numéricos do quadro são resumidos na Tabela I, em que se distinguem as pessoas *não migrantes*, das pessoas *migrantes*, desdobradas, estas últimas, segundo se trate de brasileiros natos ou de estrangeiros e brasileiros naturalizados.

---

* "Migração interna", Estudos de Estatística Teórica e Aplicada, Estatística Demográfica, n.º 26, C.N.E., 1959 (página 14).

I — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR LUGAR DE NASCIMENTO, SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	POPULAÇÃO RESIDENTE		LUGAR DE NASCIMENTO							
			Brasília (pessoas não migrantes)		Outros lugares (pessoas migrantes)					
					Total		Brasil		Países estrangeiros	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%
BRASÍLIA	**64 314**	**100,0**	**7 361**	**11,4**	**56 953**	**88,6**	**55 737**	**86,7**	**1 216**	**1,9**
Acampamentos										
Central da NOVACAP	1 318	100,0	92	7,0	1 226	93,0	1 211	91,9	15	1,1
Candangolândia	2 868	100,0	173	6,0	2 695	94,0	2 683	93,6	12	0,4
Praça dos Três Podêres	7 064	100,0	115	1,6	6 949	98,4	6 796	96,2	153	2,2
Plano Pilôto — Zona Sul	11 007	100,0	120	1,1	10 887	98,9	10 682	97,0	205	1,9
Outros	5 763	100,0	191	3,3	5 572	96,7	5 508	95,6	64	1,1
Núcleos provisórios										
Bandeirante	11 565	100,0	338	2,9	11 227	97,1	10 710	92,6	517	4,5
Bananal	6 196	100,0	268	4,3	5 928	95,7	5 907	95,4	21	0,3
Núcleos estáveis										
Cidade de Planaltina	2 245	100,0	1 123	50,0	1 122	50,0	1 107	49,3	15	0,7
Povoado de Taguatinga	3 677	100,0	178	4,8	3 499	95,2	3 451	93,9	48	1,3
Povoado de Braslândia	355	100,0	196	55,2	159	44,8	159	44,8	—	—
Zona rural	**12 256**	**100,0**	**4 567**	**37,3**	**7 689**	**62,7**	**7 523**	**61,4**	**166**	**1,3**

À primeira leitura, a tabela põe em evidência o relevante papel da imigração na formação demográfica de Brasília. Em 64 milhares de habitantes, quase 57 mil, ou aproximadamente 90%, eram migrantes; a relação recíproca indicaria, pois, que em 100 habitantes da futura Capital brasileira apenas 10 nasceram em seu território. O exame sumário da tabela demonstra, ainda, a contribuição diminuta, entre os migrantes, das pessoas nascidas no Exterior. Os estrangeiros e brasileiros naturalizados constituíam uma minoria de 1 216 indivíduos, ou o correspondente a 1,9% da população total, e 2,1% das pessoas imigradas. É o braço nacional, por conseguinte, que está construindo a futura metrópole, embora não seja desprezível a contribuição do elemento alienígena especializado.

Os números obtidos pelo Censo Experimental mostram que as correntes imigradas afluíram maciçamente para as localidades surgidas com a construção da Nova Capital, nas quais seria pràticamente nulo o povoamento, em fase anterior. Nas áreas de antiga formação (Zona Rural, Cidade de Planaltina, Povoado de Braslândia), pelo contrário, concentravam-se as pessoas nascidas no território. Os números relativos dão relêvo ao fato: 80% dos *não migrantes* residiam nas três localidades "velhas" ao passo que 84% dos *migrantes* moravam nas localidades de formação recente.

Em conseqüência, a quota global de pessoas *não migrantes* na população total sofre considerável redução nas localidades "pioneiras", e sensível aumento nas localidades "velhas". Na área em que se ergue o núcleo metropolitano (o Plano Pilôto) chega a baixar para 1,1%, nos acampamentos da Zona Sul; não vai além de 1,6% na Praça dos Três Podêres; não ultrapassa 2,9% no Núcleo Bandeirante. Em contrapartida, ascende acima de 55% no Povoado de Braslândia; atinge 50% em Planaltina; e mais de 37% na Zona Rural.

É possível, ademais, que uma parcela das pessoas *não migrantes* encontradas nas áreas novas seja constituída por filhos menores de *migrantes*, nascidos em Brasília. As informações censitárias não permitem aferir-se essa contribuição indireta das migrações. Fica-se limitado a formular hipótese, de vez que também o registro de nascimento ainda não está aparelhado para fornecer os dados necessários ao estudo da natalidade em Brasília.

Migrantes nascidos no País — Dos 56 953 *migrantes* residentes em Brasília, 55 737 nasceram em território brasileiro. Na Tabela IIa discriminam-se êsses migrantes segundo as regiões geográficas e as Unidades Federadas de maior expressão numérica.

Mais de metade dos brasileiros natos imigrados para Brasília eram naturais de três Estados: Goiás, Minas Gerais e Bahia. Em quarto lugar, os naturais do Ceará participavam com 7,4%, seguidos de perto pelos pernambucanos (6,3%) e paraibanos (6,1%). Paulistas (5,3%) e piauienses

II – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO MIGRANTE, POR LOCALIDADES, SEGUNDO O LUGAR DE NASCIMENTO

a) *Brasileiros natos*

LUGAR DE NASCIMENTO	BRASÍLIA	LOCALIDADES										
		Acampamentos					Núcleos provisórios		Núcleos estáveis			Zona rural
		Central da NOVACAP	Candangolândia	Praça dos Três Podêres	Plano Piloto-Zona Sul	Outros	Bandeirante	Bananal	Cidade de Planaltina	Povoado de Taguatinga	Povoado de Brasilândia	
TOTAIS *	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Unidades da Federação												
Goiás	23,3	33,0	30,5	10,3	11,5	14,4	31,9	22,5	42,4	36,3	71,2	31,7
Minas Gerais	20,3	26,2	23,8	20,9	15,8	22,8	22,5	12,7	26,1	19,7	13,8	24,5
Bahia	13,5	9,4	12,7	12,3	14,7	11,6	10,2	20,2	10,0	12,5	13,8	15,7
Ceará	7,4	2,6	4,1	13,6	12,9	9,1	3,8	6,2	1,6	3,4	0,6	3,6
Pernambuco	6,3	4,5	4,3	9,2	7,2	8,2	4,0	7,7	3,7	6,2	—	4,6
Paraíba	6,1	4,6	6,2	6,9	8,9	10,2	3,3	6,7	2,3	4,1	—	3,7
São Paulo	5,3	3,6	3,2	5,4	3,4	6,9	8,9	3,4	3,1	4,5	—	5,0
Piauí	4,6	2,1	3,4	6,4	6,3	1,9	3,1	7,8	0,5	3,5	—	3,9
Outras	13,0	14,0	11,8	14,7	19,0	14,7	12,1	11,7	9,2	9,7	0,6	6,9
Regiões **												
Norte	0,6	0,8	1,3	0,7	0,8	0,7	0,9	0,5	—	0,2	—	0,2
Nordeste Ocidental	6,0	3,5	5,1	7,9	8,1	3,3	4,7	9,6	1,7	5,2	—	4,4
Nordeste Oriental	23,7	13,8	18,6	35,5	33,9	32,0	13,3	25,6	10,0	16,0	0,6	14,7
Leste Setentrional	14,3	9,9	13,3	13,4	16,2	12,3	10,7	20,8	10,0	13,2	14,4	16,2
Leste Meridional	24,1	33,4	25,9	24,9	23,6	27,3	25,3	14,4	29,0	22,0	13,8	25,9
Sul	6,9	5,3	4,3	6,5	5,0	8,7	11,5	4,5	5,7	6,0	—	5,9
Centro-Oeste	24,2	33,3	31,5	10,8	12,1	15,5	33,4	21,5	42,5	37,3	71,2	32,3

* Inclusive os nascidos no Brasil sem especificação de lugar e os nascidos no exterior.

** **Norte:** Territórios de Rondônia, Acre, Rio Branco e Amapá, e Estados de Amazonas e Pará; **Nordeste Ocidental:** Maranhão e Piauí; **Nordeste Oriental:** Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas; **Leste Setentrional:** Sergipe e Bahia; **Leste Meridional:** Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Distrito Federal; **Sul:** São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; **Centro-Oeste:** Mato Grosso e Goiás.

II – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO MIGRANTE, POR LOCALIDADES, SEGUNDO O LUGAR DE NASCIMENTO

b) *Estrangeiros e brasileiros naturalizados*

LUGAR DE NASCIMENTO	BRASÍLIA	LOCALIDADES										
		Acampamenos					Núcleos provisórios		Núcleos estáveis			Zona rural
		Central da NOVACAP	Candangolândia	Praça dos Três Podêres	Plano Piloto-Zona Sul	Outros	Bandeirante	Bananal	Cidade de Planaltina	Povoado de Taguatinga	Povoado de Brasilândia	
TOTAIS	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	—	100,0
Espanha	15,8	13,3	—	24,8	21,0	4,7	13,3	14,3	6,7	2,1	—	19,3
Itália	15,5	6,7	—	12,4	17,1	20,3	18,0	33,4	26,6	18,7	—	4,2
Portugal	14,3	40,0	16,7	20,3	24,9	23,4	8,9	23,8	6,7	6,2	—	8,4
Japão	14,1	—	—	0,7	2,9	9,4	13,3	9,5	—	27,1	—	45,2
Grécia	8,5	—	—	11,1	1,4	7,8	13,3	9,5	—	12,5	—	0,6
Outros	31,8	40,0	83,3	30,7	32,7	34,4	33,1	9,5	60,0	33,4	—	22,3

(4,6%) completam a relação das principais "colônias" de *migrantes* nacionais na futura Capital do País. Não obstante a posição proeminente dessas oito correntes estaduais, revelam os dados do Quadro 6a que tôdas as Unidades da Federação brasileira, sem exceção, estavam representadas na população de Brasília.

A distribuição regional, constante da segunda parte da Tabela, mostra acentuado equilíbrio na participação dos migrantes do Centro-Oeste (cêrca de 25% do total), do Leste Meridional (24,1% e do Nordeste Oriental (23,7%). Mais distanciada, a corrente de naturais do Leste Setentrional pouco excedia de 14,3%, sendo, mesmo assim, duas vêzes superior às do Sul (6,9%) ou do Nordeste Ocidental (6,0%). A Região Norte não contava com mais de 0,6% de naturais entre os brasileiros natos residentes em Brasília a 17 de maio de 1959.

É útil observar, desde logo, que as quotas regionais eram formadas pràticamente pela contribuição de uma única Unidade, com exceção do Nordeste Oriental. Assim, pode-se estabelecer estreita correlação entre as proporções de naturais do Centro-Oeste e do Estado de Goiás; do Leste Meridional e do Estado de Minas Gerais; do Leste Setentrional e do Estado da Bahia; do Sul e do Estado de São Paulo; do Nordeste Ocidental e do Estado do Piauí; finalmente, do Norte e do Estado do Pará.

Os saldos migratórios de brasileiros natos em Brasília, analisados do ponto-de-vista do lugar de nascimento, deixam patente a predominância das correntes de "curto percurso", ou seja, as provenientes dos Estados de Goiás e Minas Gerais. Se considerados os deslocamentos de baianos, que podem qualificar-se como de "percurso médio", chega-se à evidência de que os migrantes afluídos para a futura Capital Federal provêm em absoluta maioria das Unidades confinantes ou geogràficamente mais próximas, confirmando tendência observada, de modo geral, nas principais áreas de imigração do País.

Os deslocamentos de "longo percurso" já adquiriram apreciável importância numérica. São representados, em maior parte, por nordestinos (Nordeste Oriental), os quais formam as mais numerosas correntes migratórias de extenso itinerário no País.

Em síntese, os dados censitários referentes ao lugar de nascimento dos brasileiros natos, residentes em Brasília a 17 de maio de 1959, mostram que:

a) as migrações de maior pêso são formadas pelos naturais de lugares mais próximos do território recenseado, com predomínio dos deslocamentos que se poderia classificar como intermunicipais (pessoas nascidas em Goiás);

b) a atração migratória já se fêz sentir, entretanto, sôbre as correntes de longo percurso;

c) as migrações de longo e médio percurso provêm, em grande parte, de áreas de menor desenvolvimento econômico (Nordeste e Leste Setentrional), tradicionais fornecedoras de mão-de-obra para as regiões industrializadas do Centro-Sul do País;

d) não é desprezível, todavia, a contribuição de áreas de maior desenvolvimento econômico, a exemplo do Estado de São Paulo (com 2 959 naturais residentes em Brasília) e do Distrito Federal (1 122 naturais).

Migrantes nascidos em país estrangeiro — A minoria de *migrantes* nascidos em país estrangeiro (1,9%) distribuía-se proporcionalmente, segundo o lugar de nascimento, da forma indicada na Tabela IIb, em que figuram os principais países de naturalidade. Em ordem decrescente de grandeza, ocupavam as primeiras posições a Espanha, Itália, Portugal e Japão, todos com participação superior a dez por cento sôbre o total; no conjunto, as quatro *naturalidades* enunciadas perfaziam pouco menos de duas têrças partes das "colônias" estrangeiras (inclusive brasileiros naturalizados) radicadas em Brasília. O quinto lugar era ocupado pelos gregos, com 8,5%; os alemães e árabes sucediam-se, muito distanciados, com pouco mais de 3% do total, em cada caso.

A fraca contribuição estrangeira na população *migrante* de Brasília está em harmonia com a tendência regressiva da imigração exterior no Brasil, claramente revelada pelos registros da estatística permanente e confirmada pelos resultados dos últimos Recenseamentos Gerais. Também a distribuição, segundo o país de naturalidade, dos migrantes nascidos no estrangeiro se conforma com a situação dominante no País. Embora não guardem as mesmas posições, mantém-se o predomínio das quatro correntes de maior expressão nacional, constituídas (Recenseamento de 1950) por portu-

guêses, italianos, espanhóis e japonêses. Surpreendeu, entretanto, a expressiva participação dos *migrantes* nascidos na Grécia, os quais, no conjunto do Brasil, estavam num dos últimos lugares entre as "colônias" de origem estrangeira recenseadas em 1950.

Migrantes, segundo as localidades — A distribuição proporcional dos migrantes, por localidades, é apresentada nas Tabelas IIIa e IIIb, relativas, respectivamente, aos brasileiros natos e aos estrangeiros e brasileiros naturalizados. Convém examiná-las separadamente.

Quanto às correntes de nacionais, de modo geral estão difundidas em todo o território, o que dá idéia da penetração das migrações no futuro Distrito Federal, em tão curto período. Note-se que em qualquer das localidades discriminadas registraram-se naturais de tôdas as regiões brasileiras, com exceção do Norte, que ainda não contava representante em duas localidades antigas — Planaltina e Braslândia. Não obstante essa disseminação, pode-se perceber certa polarização dos contingentes regionais, o que se torna flagrante quando se confronta a quota global de migrantes residentes na localidade com a relativa aos naturais da região considerada. Eis a que chegam os resultados da comparação:

a) os naturais da Região Norte tendiam a concentrar-se (em proporção da ordem de 50%) em duas localidades — a Zona Sul do Plano Pilôto e o Núcleo Bandeirante — que contavam, em conjunto, 35% dos migrantes recenseados em Brasília;

b) as pessoas nascidas no Nordeste Ocidental moravam, em maioria (59%), em três localidades — Zona Sul do Plano Pilôto, Núcleo Bananal e Praça dos Três Podêres — nas quais foram registrados 38% do total territorial de migrantes;

c) os naturais do Nordeste Oriental afluíam de preferência para os acampamentos do Plano Pilôto: na Zona Sul, Praça dos Três Podêres e nos Outros acampamentos, moravam 59% dêsses migrantes, e apenas 37% do total de migrantes nacionais.

d) os naturais do Leste Setentrional localizavam-se em maior parte (52%) na Zona Sul do Plano Pilôto, no Núcleo Bananal e na Zona Rural (que perfaziam, em conjunto, 46% do total territorial de migrantes);

e) mais de metade (55%) dos naturais do Centro-Oeste residiam no Núcleo Bandeirante, na Zona Rural e no Núcleo Bananal, onde estavam radicados 46% do total de migrantes;

f) as pessoas nascidas na Região Sul denotavam preferência pelo Núcleo Bandeirante, a Zona Sul e os Outros acampamentos do Plano Pilôto, onde havia 43% do total de migrantes e 68% dos naturais da região.

Como exceção à regra, os migrantes nascidos na Região Leste Meridional guardavam equilíbrio, relativamente ao total de migrantes residentes, em quase tôdas as localidades. Ainda assim, mostravam-se proporcionalmente mais numerosos sobretudo no Acampamento Central da NOVACAP e no Núcleo Bandeirante.

Da evidência estatística dessas tendências cabem algumas observações de ordem geral que ajudariam à melhor caracterização do movimento migratório rumo a Brasília:

a) as pessoas nascidas nas regiões de menor desenvolvimento tendem a concentrar-se nas áreas de obras do Plano Pilôto — acampamentos (exceto a Candangolândia) e Núcleo Bananal — as quais absorvem forte maioria de mão-de-obra não qualificada (ajudantes e serventes da construção civil);

b) os naturais de regiões de maior adiantamento tendem a localizar-se em áreas em que predominam atividades comerciais, administrativas, sociais, etc. (Núcleo Bandeirante, Acampamento Central da NOVACAP);

c) o afastamento em relação ao lugar de nascimento também parece influir quanto à localização dos migrantes nacionais no território de Brasília, o que se deve vincular a fenômeno paralelo, relacionado à maior ou menor participação de *famílias* nos efetivos imigrados. Assim, as correntes de longo e médio percurso, com predominância numérica de homens desacompanhados de famílias, encontrariam maior facilidade de alojamento nos acampamentos de obras, ao passo que as de curto percurso, com presumível predominância numérica de famílias, teriam de instalar-se em localidades que oferecessem acomodações adequadas: os Núcleos Bandeirante e Bananal, o Povoado de Taguatinga e a Candangolândia.

III – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO MIGRANTE, POR LOCALIDADES, SEGUNDO O LUGAR DE NASCIMENTO

a) *Brasileiros natos*

LUGAR DE NASCIMENTO	BRASÍLIA	LOCALIDADES										
		Acampamentos					Núcleos provisórios		Núcleos estáveis			Zona rural
		Central da NOVACAP	Candangolândia	Praça dos Três Poderes	Plano Piloto-Zona Sul	Outros	Bandeirante	Bananal	Cidade de Planaltina	Povoado de Taguatinga	Povoado de Brasilândia	
TOTAIS*	**100,00**	**2,07**	**4,53**	**10,95**	**17,12**	**9,03**	**17,51**	**9,79**	**3,53**	**5,75**	**0,56**	**19,16**
Região Norte	**100,00**	**2,79**	**9,50**	**12,57**	**25,14**	**10,89**	**25,70**	**7,82**	—	**1,68**	—	**3,91**
Rondônia	100,00	—	—	—	100,00	—	—	—	—	—	—	—
Acre	100,00	4,17	—	8,33	19,17	12,50	33,33	8,33	—	4,17	—	—
Amazonas	100,00	1,96	3,92	25,49	25,49	3,92	19,61	15,69	—	—	—	3,92
Rio Branco	100,00	33,34	—	—	33,33	—	33,33	—	—	—	—	—
Pará	100,00	2,60	11,90	10,41	24,16	12,64	25,65	6,69	—	1,85	—	4,08
Amapá	100,00	—	—	20,00	30,00	—	40,00	—	—	—	—	10,00
Região Nordeste Ocidental	**100,00**	**1,25**	**4,04**	**16,02**	**25,78**	**5,38**	**14,83**	**16,83**	**0,56**	**5,38**	—	**9,93**
Maranhão	100,00	1,94	5,45	12,71	23,61	9,32	19,98	12,95	1,57	7,26	—	5,21
Piauí	100,00	1,02	3,59	17,10	26,47	4,10	13,16	18,08	0,24	4,77	—	11,47
Região Nordeste Oriental	**100,00**	**1,27**	**3,80**	**18,33**	**27,49**	**13,40**	**10,82**	**11,47**	**0,84**	**4,19**	**0,01**	**8,39**
Ceará	100,00	0,75	2,69	22,44	33,37	12,14	9,83	8,86	0,44	2,86	0,02	6,60
Rio Grande do Norte	100,00	1,23	5,56	18,93	25,51	10,92	9,69	14,47	1,29	3,10	—	9,30
Paraíba	100,00	1,65	4,89	13,89	27,86	16,60	10,27	11,65	0,77	4,21	—	8,21
Pernambuco	100,00	1,54	3,29	17,88	22,04	12,84	12,24	13,04	1,17	6,12	—	9,84
Alagoas	100,00	1,14	3,75	16,45	21,82	13,68	15,31	11,40	0,98	4,72	—	10,75
Fernando de Noronha	100,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Região Leste Setentrional	**100,00**	**1,51**	**4,47**	**11,43**	**21,76**	**8,48**	**14,24**	**15,39**	**1,39**	**5,69**	**0,28**	**15,25**
Sergipe	100,00	1,36	3,64	16,59	37,27	8,64	12,50	7,73	—	4,77	0,23	7,27
Bahia	100,00	1,51	4,51	11,13	20,86	8,47	14,45	15,84	1,47	5,75	0,29	15,72
Região Leste Meridional	**100,00**	**3,01**	**5,18**	**12,59**	**18,75**	**11,19**	**20,20**	**6,35**	**2,39**	**5,65**	**0,16**	**14,53**
Minas Gerais	100,00	2,80	5,64	12,55	14,94	11,12	21,26	6,63	2,56	6,01	0,19	16,30
Serra dos Aimorés	100,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	100,00
Espírito Santo	100,00	2,00	6,29	18,00	22,85	11,14	20,29	7,43	1,71	5,43	—	4,86
Rio de Janeiro	100,00	3,38	2,46	11,69	32,47	15,08	16,15	5,08	1,85	6,46	—	5,38
Distrito Federal	100,00	5,17	1,69	11,85	47,96	9,63	11,85	4,01	1,25	1,60	—	4,99
Região Sul	**100,00**	**1,67**	**2,99**	**11,45**	**13,93**	**12,42**	**32,03**	**6,87**	**1,64**	**5,39**	—	**11,61**
São Paulo	100,00	1,49	2,91	12,34	12,30	12,88	32,26	6,73	1,15	5,27	—	12,67
Paraná	100,00	1,99	4,19	6,62	11,26	8,83	35,77	12,36	1,32	8,39	—	9,27
Santa Catarina	100,00	1,08	1,62	8,65	25,95	18,38	27,02	3,78	5,95	1,08	—	6,49
Rio Grande do Sul	100,00	3,67	2,86	11,84	29,38	8,98	26,12	0,82	4,90	4,49	—	6,94
Região Centro-Oeste	**100,00**	**3,00**	**6,29**	**5,47**	**9,59**	**6,34**	**26,57**	**10,30**	**3,49**	**9,58**	**0,84**	**18,03**
Mato Grosso	100,00	1,02	5,76	7,13	12,22	12,02	32,38	12,22	0,20	8,15	—	8,96
Goiás	100,00	3,08	6,31	5,41	9,49	6,12	26,39	10,74	3,62	9,64	0,87	10,38

* Inclusive os nascidos no Brasil sem especificação de lugar e os nascidos no exterior.

III – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO MIGRANTE, POR LOCALIDADES, SEGUNDO O LUGAR DE NASCIMENTO

b) *Estrangeiros e brasileiros naturalizados*

LUGAR DE NASCIMENTO	BRASÍLIA	LOCALIDADES										
		Acampamentos					Núcleos provisórios		Núcleos estáveis			Zona rural
		Central da NOVACAP	Candangolândia	Praça dos Três Poderes	Plano Piloto-Zona Sul	Outros	Bandeirante	Bananal	Cidade de Planaltina	Povoado de Taguatinga	Povoado de Brasilândia	
TOTAIS	**100,0**	**1,2**	**1,0**	**12,6**	**16,9**	**5,3**	**42,5**	**1,7**	**1,2**	**3,9**	—	**13,7**
Espanha	100,0	1,0	—	19,8	22,4	1,6	35,9	1,6	0,5	0,5	—	16,7
Itália	100,0	0,5	—	10,1	18,7	6,9	49,5	3,7	2,1	4,8	—	3,7
Portugal	100,0	3,4	1,1	17,8	29,4	8,6	26,5	2,9	0,6	1,7	—	8,0
Japão	100,0	—	—	0,6	3,5	3,5	40,1	1,2	—	7,5	—	43,6
Grécia	100,0	—	—	16,5	2,9	4,9	67,0	1,9	—	5,8	—	1,0
Outros	100,0	1,6	2,6	12,1	17,3	5,7	44,2	0,5	2,3	4,1	—	9,6

Quanto à localização dos migrantes nascidos no exterior, era manifesta a preferência pelo Núcleo Bandeirante, onde moravam mais de 42% dos estrangeiros e brasileiros naturalizados. Foram encontrados, todavia, em tôdas as localidades consideradas pelo Censo, com exceção do povoado de Braslândia.

Contrariando a generalizada predileção dos migrantes de origem estrangeira pelo Núcleo Bandeirante, os portuguêses concentravam-se em maior número na Zona Sul do Plano Pilôto, e os japonêses, na Zona Rural. Os quadros rurais contavam, aliás, expressiva proporção dos estrangeiros e brasileiros naturalizados, sendo nêles significativa a quota de espanhóis e de "outras naturalidades". Mas, indubitàvelmente, era a Zona Sul do Plano Pilôto, depois do Núcleo Bandeirante, a localidade de maior fôrça atrativa sôbre os migrantes nascidos no Exterior.

PROCEDÊNCIA

O registro da procedência — lugar e situação do domicílio anterior — assegura maior acuidade à pesquisa das características migratórias, de vez que fornece elementos para análise no País, tanto do itinerário quanto da derivação ecológicá das correntes da migração.

Presume-se que as migrações internas no Brasil se processam num quadro de marcante caráter ambulatório, em que a reemigração de um para outro centro de atração demográfica assume intensidade significativa. Os movimentos de retôrno ao lugar de origem contribuiriam por sua vez, embora menos acentuadamente, para imprimir-lhes ainda maior mobilidade. A carência de informações estatísticas impediu até o presente o estudo objetivo do fenômeno. Os levantamentos censitários podem ser utilizados para a obtenção de subsídios de valia, pelo menos no que diz respeito à caracterização da reemigração. É o que se pretende alcançar, no futuro Recenseamento Geral do País, mediante a indagação do *lugar do domicílio anterior*, que se referiu, no Censo Experimental, à Unidade da Federação ou ao país estrangeiro em que o migrante residia antes de transferir-se para Brasília.

A pesquisa paralela da *situação do domicílio anterior*, outra inovação programada para o próximo Recenseamento Geral e experimentada no Censo de Brasília, propiciará elementos para a elucidação das trocas demográficas entre os quadros rurais e urbanos, cuja expressão numérica é desconhecida. Neste particular, o aspecto que mais tem atraido a atenção pública é o que se convencionou chamar de "êxodo rural", ou seja, a migração no sentido rural-urbano, que representa apenas um dos ângulos do fenômeno, nem sempre de maior importância pela expressão quantitativa.

Lugar do domicílio anterior — O cotejo entre o lugar do domicílio anterior e o lugar de nascimento (Tabela IV) mostra que a apreciação estatística das migrações com base na naturalidade é insatisfatória. Analisada do ponto-de-vista do lugar de procedência, a importância relativa das correntes migratórias modifica-se sensìvelmente: reduzem-se os contingentes das regiões Leste Setentrional, Nordeste Oriental, Nordeste Ocidental, Norte, Leste Meridional e de países estrangeiros, em benefício das regiões Centro-Oeste e Sul. Observa-se pois que uma parte dos migrantes nascidos nas primeiras das citadas regiões, ou em países estrangeiros, havia imigrado para o Centro-Oeste ou para o Sul, antes de se radicar em Brasília.

IV — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO MIGRANTE, SEGUNDO O LUGAR DE NASCIMENTO E O DE PROCEDÊNCIA

LUGAR DE NASCIMENTO OU DE PROCEDÊNCIA	MIGRANTES			
	Nascidos		Procedentes	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%
TOTAIS *	56 953	100,0	56 953	100,0
Regiões				
Norte	358	0,6	297	0,5
Nordeste Ocidental	3 364	5,9	2 485	4,4
Nordeste Oriental	13 175	23,1	8 873	15,6
Leste Setentrional	7 972	14,0	4 130	7,3
Leste Meridional	13 427	23,6	13 161	23,1
Sul	3 842	6,7	5 667	10,0
Centro-Oeste	13 459	23,6	21 979	38,6
País estrangeiro	1 216	2,1	78	0,1

* Inclusive os nascidos e procedentes do Brasil sem especificação de lugar.

O vulto dessa reemigração para o futuro Distrito Federal transparece do simples confronto entre a quota de migrantes *naturais* e a de *procedentes* de cada uma das áreas emigratórias. A discrepância proporcional mais acentuada ocorre no caso de países estrangeiros, com um número de migrantes *naturais* quinze vêzes superior ao de migrantes *procedentes* (é significativo entretanto, o fato de residirem em Brasília 78 pessoas imigra-

das diretamente do Exterior). A Região Leste Setentrional também figura em posição destacada, com o dôbro de migrantes *naturais*, em relação aos migrantes *procedentes*. Em ordem decrescente de importância, sucede-se a Região Nordeste Oriental (onde nasceram 23,1% dos migrantes radicados, mas de onde provinham apenas 15,6%). A situação do Nordeste Ocidental, Norte e Leste Meridional denota, neste particular, maior estabilidade.

As desproporções assinaladas não expressam a medida exata dos saldos da reemigração para Brasília. Para formar-se idéia mais pertinente, convém acompanhar as correntes imigradas a partir do lugar de nascimento, determinando-lhes a seguir o lugar do domicílio anterior a fim de constatar a ocorrência de estágio migratório intermediário. Em síntese, os resultados dêsse confronto entre naturalidade e procedência conduzem à distinção entre dois tipos de migração, que se poderia denominar de "direta" e "indireta". No primeiro, seriam consideradas as pessoas nascidas no mesmo lugar (Unidade da Federação, país estrangeiro) em que residiam antes de se mudarem para Brasília; no segundo, abrangeria as pessoas que residiam em lugar diferente do de nascimento.

Resta saber até que ponto os resultados censitários podem servir à elucidação do fenômeno focalizado, isto é, se a discrepância entre o *lugar de nascimento* e do *domicílio anterior* indicaria sempre um movimento de reemigração. O conceito adequado de reemigração exigiria que no lugar do domicílio anterior o imigrante houvesse fixado residência com ânimo permanente — o que nem sempre deve corresponder à realidade. A informação obtida pelo Censo está sujeita a múltiplas influências perturbadoras, que exigem especial atenção do analista.

Não fica afastada a possibilidade de erros de informação decorrentes de interpretação superficial dos quesitos censitários. Pode o declarante ser levado a indicar como *lugar do domicílio anterior* aquêle onde apenas tenha estado de passagem, aguardando meios de condução. Ver-se-á adiante como incorreções dessa ordem podem afetar os dados relativos à *situação* (urbana ou rural) do domicílio anterior.

Outros migrantes declarariam proceder de lugar diverso daquele em que nasceram pelo fato de realizarem por etapas o deslocamento migratório, confundindo como de residência o local de trajeto onde hajam permanecido provisòriamente: nordestinos que imigram para o Sul e que interrompem o percurso a fim de angariar recursos para prosseguimento da viagem; nesta condição, seria impróprio classificá-los na qualidade de reemigrantes.

Há, finalmente, determinada camada de migrantes tomados de franco espírito de nomadismo ou hábito circulatório. Os deslocamentos que realizam de uma para outra área seriam mais corretamente classificados como migrações "flutuantes" do que como reemigrações.

Essas considerações devem estar presentes quando se examinam os números alinhados na Tabela V. Êles indicam, sem dúvida, que as migrações "diretas" contribuíram com muito maior pêso do que as "indiretas", no povoamento recente de Brasília. Mostram, entretanto, que a fração de reemigrantes não é absolutamente desprezível, visto como abrange quase uma têrça parte do total das pessoas imigradas. Com as ressalvas que as ponderações expendidas aconselham, pode-se disso inferir que Brasília se transformou num foco migratório de considerável poder atrativo, que não sòmente está absorvendo uma parcela apreciável dos deslocamentos tradicionais de nordestinos, baianos, mineiros, etc., como também está desviando uma parte dos deslocados já instalados nos centros de imigração do Sul e do Centro-Oeste.

V — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO MIGRANTE, COM DISCRIMINAÇÃO DA MIGRAÇÃO, SEGUNDO O LUGAR DE NASCIMENTO

LUGAR DE NASCIMENTO	TOTAL	PROCEDENTES DOS LUGARES DE NASCIMENTO (Migração direta)		PROCEDENTES DE OUTROS LUGARES (Migração indireta	
		Números absolutos	%	Números absolutos	%
TOTAIS*	56 953	40 245	70,7	16 708	29,3
Regiões					
Norte	358	177	49,4	181	50,6
Nordeste Ocidental	3 364	2 115	62,9	1 249	37,1
Nordeste Oriental	13 175	8 666	65,8	4 509	34,2
Leste Setentrional	7 972	3 731	46,8	4 241	53,2
Leste Meridional	13 427	9 819	73,1	3 608	26,9
Sul	3 842	2 700	70,3	1 142	29,7
Centro-Oeste	13 459	12 858	95,5	601	4,5
País estrangeiro	1 216	78	6,4	1 138	93,6

* Inclusive os nascidos no Brasil, sem especificação de lugar.

Os maiores contingentes de pessoas reemigradas para a futura Capital Federal eram constituídos, em primeiro lugar, das nascidas no Exterior, cuja quota de reemigração, baseada nos "saldos" censitários, ultrapassaria 93%. Quanto aos brasileiros natos, a maior incidência de migrações "indi-

retas" verificava-se entre as pessoas nascidas no Leste Setentrional, seguidas imediatamente pelas naturais do Norte (mais de metade dos migrantes nascidos nessas regiões aparentemente havia reemigrado para Brasília). Os migrantes nascidos no Nordeste Ocidental e Nordeste Oriental acusavam também índices de reemigração superiores à média, da ordem, respectivamente, de 37,1% e 34,2%. Para as demais regiões, a quota de reemigrantes diminui gradativamente, até o mínimo de 4,5% correspondente ao Centro-Oeste.

As taxas de reemigração guardam estreita correlação com a distância geográfica da região de naturalidade, com única exceção dos naturais do Leste Setentrional. Tendem pois, a reduzir-se, na medida que encurta o afastamento entre o lugar de nascimento e o território de Brasília.

Trata-se agora de conhecer o roteiro dessas migrações "indiretas", a fim de responder pergunta que naturalmente se impõe: por onde passaram as levas reemigradas, antes de se fixarem em Brasília.

O Censo pode indicar uma das etapas intermediárias, precisamente a última, ou seja, o *lugar do domicílio anterior*. Já foram examinados os fatôres que podem comprometer a fidedignidade dêsses resultados. É preciso tê-los em mente, ao dar-se seguimento a êstes comentários, para os quais as cifras apresentadas na Tabela VI fornecem suporte esclarecedor. Nessa Tabela, as pessoas reemigradas para Brasília, classificadas segundo o lugar de nascimento, são concomitantemente distribuídas de conformidade com o lugar do domicílio anterior, ou seja, a última etapa migratória, antes de Brasília.

Deflui, através de suas informações, a importância da Região Centro-Oeste (ou mais exatamente, do Estado de Goiás) como ponto de convergência dos reemigrantes para Brasília: mais de metade (54,6%) das declarações indicavam a região como lugar do domicílio anterior. Sabido que o Centro-Oeste (e sobretudo, o Estado de Goiás), mesmo em fase muito anterior à construção de Brasília, polarizava considerável imigração de brasileiros oriundos de outras regiões do País, torna-se aparente que parte expressiva dêsses deslocados para a região (ou para o Estado) está demandando o território de Brasília.

Outro ponto destacado de estacionamento dos reemigrantes para Brasília é representado pela Região Leste Meridional (mais exatamente, o Estado de Minas Gerais), onde havia residido uma quinta parte das pessoas contadas como migrantes "indiretos"; nesse particular os dados censitários surpreendem quanto à posição do Leste Meridional no quadro dos deslocamentos migratórios nacionais. A região, ou mais exatamente, o Estado de Minas Gerais, conhecida há muito tempo como área de "exportação" demográfica, não justifica o aparente movimento imigratório que os dados censitários denunciariam. Cabe atentar, de preferência neste caso, para as influências perturbadoras anteriormente enunciadas, tanto mais que o Estado de Minas Gerais é o caminho necessário das migrações de nordestinos e baianos rumo a Brasília (e onde, eventualmente, uma parte dos migrantes estacionaria, para prover-se de recursos necessários ao prosseguimento de viagem).

VI – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO MIGRANTE, POR LUGAR DE PROCEDÊNCIA, SEGUNDO O LUGAR DE NASCIMENTO

LUGAR DE NASCIMENTO	LUGAR DE PROCEDÊNCIA								
	Total	Região Norte	Região Nordeste Ocidental	Região Nordeste Oriental	Região Leste Setentrional	Região Leste Meridional	Região Sul	Região Centro-Oeste	Brasil s/especificação
TOTAIS*	100,0	0,7	2,2	1,2	2,4	20,0	17,8	54,6	1,1
Regiões									
Norte	100,0	—	4,4	6,6	4,4	37,6	8,8	37,6	0,6
Nordeste Ocidental	100,0	2,4	—	3,6	3,4	7,0	9,5	73,6	0,5
Nordeste Oriental	100,0	1,1	4,3	—	4,9	34,8	19,2	34,8	0,9
Leste Setentrional	100,0	0,1	3,2	1,3	—	11,6	14,6	65,3	0,9
Leste Meridional	100,0	0,2	0,1	0,9	1,3	—	15,9	80,6	1,0
Sul	100,0	0,3	0,7	3,1	1,6	36,0	—	57,6	0,7
Centro-Oeste	100,0	2,2	2,8	4,3	9,5	43,7	30,0	—	7,5
País estrangeiro	100,0	1,1	—	0,1	0,4	27,9	51,9	18,4	0,2

* Inclusive os nascidos no Brasil, sem especificação de lugar.

A quota, também representativa, de reemigrantes com passagem pela Região Sul (perto de 18%) é, ao contrário, plenamente compreensível. O Sul constitui, ainda, a maior área de imigração do País — mas, desde vários anos, está "reexportando" mão-de-obra para outros centros de atração demográfica, notadamente para o Centro-Oeste.

Nas três regiões mencionadas, haviam residido, antes de mudar-se para Brasília, mais de 92% dos reemigrantes — o que basta para atestar a insignificância da posição das demais regiões, no fenômeno em estudo.

Situação do domicílio anterior — Pela *situação do domicílio anterior* objetivou-se determinar a zona — urbana ou rural — de onde procediam as pessoas imigradas para Brasília. As transferências demográficas dos meios rurais para os urbanos parece haverem-se ampliado grandemente nos últimos tempos. Afirma-se por isso que o "êxodo rural" criaria obstáculos à expansão das atividades agropecuárias, assumindo, em certo grau, caráter pernicioso. É oportuno considerar o alcance dessas apreensões. O problema, mais da alçada do sociólogo ou do economista, tem sido analisado superficialmente, à falta de informações objetivas. Os resultados do Censo Experimental de Brasília oferecem uma primeira contribuição estatística para a apreciação realística do fenômeno. No Próximo Recenseamento Geral do País idêntica pesquisa fornecerá elementos para sua melhor compreensão no plano nacional.

A *situação do domicílio anterior* foi obtida, no Censo de Brasília, mediante pergunta assim redigida:

Quesito: "Antes de mudar-se para Brasília, residia em *cidade* ou *vila* ou em *zona rural*?" exemplificando-se a *zona rural* como "povoado, fazenda, sítio, estância, granja, usina, etc.". Trata-se de indagação susceptível à influência negativa de vários fatôres. Na interpretação dos resultados numéricos, é indispensável levá-los em consideração, o que pode limitar o significado da pesquisa sem, contudo, destituí-la de interêsse.

Examinam-se a seguir algumas dessas interferências que afetam a exatidão dos dados censitários, considerando-se, em primeiro lugar, os erros por ignorância ou confusão do informante, e em segundo, os defeitos resultantes da própria dinâmica das migrações internas, em parte já examinados no tópico referente ao *lugar do domicílio anterior*.

O acêrto da resposta pertinente à *situação do domicílio anterior* depende da maior ou menor capacidade do informante para distinguir a situação *rural* da *urbana*. A distinção desejada apresenta sérias dificuldades. A definição brasileira de *cidade* e *vila* baseia-se em dispositivos legais (Decreto-lei n.º 311, de 2/III/1938) pouco satisfatórios, do ponto-de-vista analítico. Estabelece a delimitação dos chamados "quadros" urbano e suburbano, conformadores da *cidade* e da *vila*, em têrmos vagos, que dão margem a controvertida interpretação. Não se pode assim estranhar o generalizado desconhecimento público no tocante à questão, nem tampouco exigir precisão adequada de pesquisa que envolva o assunto. Outro aspecto vulnerável nos critérios nacionais de distinção entre as situações *rural* e *urbana* advém da classificação dos *povoados*, oficialmente enquadrados na situação rural, embora apresentem muitas vêzes características semelhantes às de aglomerações já elevadas à categoria de *vila* ou até mesmo de *cidade* (ambos considerados por lei na situação urbana). É compreensível, pois, que o migrante procedente de um povoado decline como *urbana* a situação do domicílio anterior, na ignorância da verdadeira situação legal da aglomeração em que residia.

Fatôres análogos aos analisados na parte relativa ao *lugar* do domicílio anterior concorreriam, por outro lado, para alterar o sentido de investigação censitária relativa à *situação* do domicílio anterior. Observe-se que, seja qual fôr o meio de locomoção utilizado (pelo menos nas migrações de maior percurso), a viagem migratória via de regra tem início em área urbana, onde se localizam as emprêsas de transportes. Uma pessoa embora originàriamente imigrada de zona rural, por haver permanecido numa cidade, ou numa vila, aguardando condução para o destino final, tenderia a indicar, ao entrevistador censitário, a *cidade* ou a *vila* (situação urbana) como local do domicílio anterior.

A correta indicação da situação *legal* do domicílio anterior não basta, entretanto, para dar adequada significação social às estatísticas censitárias sôbre a matéria. Grande número de *cidades* e, sobretudo, de *vilas* existentes no País, não alcança o mínimo de requisitos exigidos pela conceituação sociológica de aglomeração urbana a partir da

MIGRANTES: LUGAR DE NASCIMENTO

CELSO C. BASTOS - DES.

MIGRANTES: LUGAR DE PROCEDÊNCIA

CELSO C. BASTOS - DES.

própria densidade de população. Em 1950 (Recenseamento Geral), dentre 5 379 "aglomerados urbanos" (cidades e vilas) existentes, 3 261 — mais de 60% — contavam menos de mil habitantes, carecendo, em conseqüência, da característica urbana primordial, ou seja, de densidade demográfica compatível.

Tais óbices interpõem-se entre os dados censitários e a realidade do fenômeno que pretendem definir. As informações inéditas fornecidas pelo Censo de Brasília podem, entretanto, servir de ponto de partida para estudos mais aprofundados sôbre a natureza das correntes de migração interna, no que respeita à situação ecológica dos migrantes. Representam elementos de referência de grande valia, que abrem novos e inesperados caminhos para o conhecimento da questão — embora seja descabida qualquer projeção hipotética, no âmbito nacional, com apoio na situação particular de Brasília.

A distribuição combinada dos migrantes, segundo a *situação* e o *lugar* do domicílio anterior (Quadro 15) facultou a elaboração da Tabela VII, em números relativos. Positivariam tais números que a grande maioria das pessoas imigradas para Brasília provinha de áreas urbanas. A proporção entre as pessoas procedentes de *cidades* ou *vilas* e as do meio *rural* era de 4 para 1, desprezada a quota residual (1,8% do total) concernente às que nada declararam a respeito. Considerando que a maior parte dos migrantes está concentrada em localidades urbanizadas (acampamentos e núcleos estáveis ou provisórios), fica aparente a natureza intra-urbana das migrações para Brasília, que assim não se ajustariam com propriedade no quadro sócio-econômico do chamado "êxodo rural".

A ocorrência de deslocamentos demográficos entre áreas urbanizadas, embora não impressione por carecer do colorido emocional que se atribui ao "êxodo rural", é conhecida pelos estudiosos, que todavia dispõem de muito poucos elementos informativos para analisá-los de maneira apropriada. A experiência de outros países, com fundamento em dados estatísticos, mostra ser freqüente a transmigração humana entre centros urbanos, geralmente num movimento gradativo de polarização centralizado pelos grandes núcleos metropolitanos. Na base dêsses sucessivos deslocamentos, está, muitas vêzes, um primeiro movimento de natureza diversa, ou seja, de sentido rural-urbano, a que se sucede a ação de convergência para centros cada vez de maior importância: das principais cidades do interior para (no caso brasileiro) as capitais das respectivas unidades políticas; dessas, numa segunda etapa, para os centros metropolitanos regionais de maior expressão.

Brasília estaria atuando como um dêsses centros metropolitanos que exercem atração, principalmente, sôbre as populações das áreas urbanizadas de importância secundária. O mercado de trabalho local, de natureza semelhante ao dos grandes centros metropolitanos do País, justificaria o paralelismo no tocante à origem migratória de sua população.

VII — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO MIGRANTE, POR SITUAÇÃO DE PROCEDÊNCIA, SEGUNDO O LUGAR DE PROCEDÊNCIA

LUGAR DE PROCEDÊNCIA	SITUAÇÃO DE PROCEDÊNCIA							
	Total		Urbana		Rural		Sem declaração	
	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%	Números absolutos	%
TOTAIS*	**56 853**	**100,0**	**44 753**	**78,6**	**11 189**	**19,6**	**1 011**	**1,8**
Unidades da Federação								
Goiás	21 408	100,0	17 447	81,5	3 690	17,2	271	1,3
Minas Gerais	8 971	100,0	7 373	82,2	1 438	16,0	160	1,8
São Paulo	4 680	100,0	4 251	90,9	367	7,8	62	1,3
Bahia	3 916	100,0	2 484	63,4	1 355	34,6	77	2,0
Distrito Federal	3 199	100,0	3 159	98,8	23	0,7	17	0,5
Ceará	3 150	100,0	1 592	50,5	1 501	47,7	57	1,8
Pernambuco	2 288	100,0	1 467	64,1	780	34,1	41	1,8
Paraíba	2 216	100,0	1 464	66,1	731	33,0	21	0,9
Outras	6 767	100,0	5 383	79,6	1 273	18,8	111	1,6
Regiões								
Norte	297	100,0	275	92,6	17	5,7	5	1,7
Nordeste Ocidental	2 485	100,0	1 868	75,2	574	23,1	43	1,7
Nordeste Oriental	8 873	100,0	5 389	60,8	3 338	37,6	146	1,6
Leste Setentrional	4 130	100,0	2 654	64 2	1 394	33,8	82	2,0
Leste Meridional	13 164	100,0	11 446	87,0	1 528	11,6	190	1,4
Sul	5 667	100,0	5 081	89,6	514	9,1	72	1,3
Centro-Oeste	21 979	100,0	17 907	81,4	3 793	17,3	279	1,3

* Inclusive os nascidos no Brasil que não declararam a zona de procedência, e os procedentes do exterior.

Os dados da Tabela VII aparecem discriminados por regiões e principais Unidades Federadas de procedência. No plano regional, tornam evidente que os maiores contingentes proporcionais de origem urbana eram constituídos pelas pessoas procedentes do Norte, das quais menos de 6%, apenas, declararam residir em zona rural antes de transferir-se para Brasília. Em ordem decrescente de importância, sucediam-se as pessoas procedentes do Sul, entre as quais perto de 90% residiam anteriormente em áreas urbanas; as imigradas do Leste Meridional, com quota de procedência urbana da ordem de 87%; as oriundas do Centro-Oeste, com 81% de migrantes provenientes de meios urbanos, etc. A menor participação de emigrantes urbanos foi encontrada entre as pessoas anteriormente domiciliadas no Nordeste Oriental.

Embora o contingente emigrado de áreas urbanas seja majoritário em tôdas as regiões, pode-se notar acentuado declínio das quotas correspondentes às áreas geográficas de menor desenvolvimento — o Norte em conjunto e o Leste Setentrional — contrapondo-se a uma elevação também expressiva das quotas pertinentes às regiões econômicamente mais adiantadas. Não pesaria nisso exclusivamente o maior ou menor grau de adiantamento econômico: muito provàvelmente, também atuaria o estágio da urbanização demográfica regional.

TEMPO DE RESIDÊNCIA

Para o estudo das migrações, importa determinar o vulto e a orientação das correntes deslocadas, bem como o seu fluxo cronológico; por outras palavras, faz-se mister examiná-las tanto no espaço geográfico quanto no tempo.

As estatísticas contínuas podem facultar o conhecimento de ambos os aspectos, com a amplitude e a segurança desejadas. Assim não acontece, entretanto, quando se recorre aos levantamentos censitários para obter informações acêrca dos movimentos migratórios. Cabe lembrar que os inquéritos censitários fornecem informações sôbre o que, com propriedade, se convencionou denominar de "saldos" migratórios, representativos da parcela de migrantes que se encontram num determinado lugar, na data do censo. Não têm condições, por conseguinte, para apreender com inteireza a dinâmica das migrações. Mas, assim como é possível aquilatar da importância numérica e do roteiro geográfico dos deslocamentos migratórios com fundamento nesses "saldos" também procede utilizá-los para obter as indicações cronológicas complementares.

No Censo Experimental, êsses elementos cronológicos partiram da indagação referente ao *tempo de residência* em Brasília, contado em meses completos a partir da última data em que o informante fixara domicílio no território da futura Capital Federal. A unidade de medida adotada — o mês — está em harmonia com a atualidade do movimento migratório para o local. Numa investigação de âmbito nacional, pode tornar-se necessária a sua ampliação, a fim de conformá-la com as diferentes situações regionais.

Os resultados apurados devem ser apreciados com reservas. Além dos fatôres que afetam, de modo geral, os dados censitários relativos às migrações, examinados com a devida extensão no capítulo anterior ("Procedência"), devem ser considerados outros determinantes de êrro ligados sobretudo à ação *atrativa* ou *repulsiva* de certos números, e que são comuns às informações demográficas de caráter cronológico. A fôrça atrativa de determinados períodos — seis meses, um ano, dois anos — exerceu óbvia influência sôbre as declarações obtidas pelo Censo Experimental, elevando a freqüência dos casos correspondentes, com prejuízo dos períodos "repulsivos".

Tal tendenciosidade transparece mesmo quando se agrupam as informações sôbre o *tempo de residência* em intervalos trimestrais e semestrais, tal como figuram no Quadro 15, que deu origem à elaboração da Tabela VIII. Comparem-se nessa Tabela as quotas de migrantes com "10 a 12 meses" ou "19 a 24 meses" de residência, e com "7 a 9 meses" ou "13 a 18 meses": é irrecusável a influência dos números "atrativos" para o acúmulo de declarações nas duas primeiras classes, o que repercutiu em prejuízo da posição proporcional das duas últimas. Possìvelmente, a correta distribuição dos migrantes, segundo o *tempo de residência* em Brasília, é representada por uma curva de orientação progressivamente descendente, a partir dos intervalos de mais curta duração. Faltam, contudo, fundamentos concretos para uma adequada retificação dos dados apurados.

VIII — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO MIGRANTE, POR TEMPO DE RESIDÊNCIA, SEGUNDO O LUGAR DO DOMICÍLIO ANTERIOR

LUGAR DO DOMICÍLIO ANTERIOR	TEMPO DE RESIDÊNCIA								
	TOTAL	Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 9 meses	De 10 a 12 meses	De 13 a 18 meses	De 19 a 24 meses	De 25 meses e mais	Sem declaração
TOTAIS *	**100,0**	**24,4**	**18,5**	**10,1**	**15,5**	**11,9**	**12,3**	**6,4**	**0,9**
Regiões									
Norte	100,0	25,9	16,2	11,8	13,1	16,5	11,1	4,7	0,7
Nordeste Ocidental	100,0	30,0	29,4	11,3	12,5	9,5	5,6	1,5	0,2
Nordeste Oriental	100,0	26,5	34,6	10,6	15,5	7,0	4,2	1,3	0,3
Leste Setentrional	100,0	32,7	19,5	10,5	12,6	10,4	8,1	5,6	0,6
Leste Meridional	100,0	25,9	16,5	10,8	14,9	12,7	11,4	7,2	0,6
Sul	100,0	21,6	14,0	12,2	16,3	14,6	15,6	5,2	0,5
Centro-Oeste	100,0	21,2	13,1	8,9	16,8	13,4	17,0	9,0	0,6
País estrangeiro	**100,0**	**24,5**	**14,1**	**17,9**	**11,5**	**5,1**	**20,5**	**2,6**	**3,8**

* Inclusive os procedentes do Brasil, sem especificação de lugar.

Mais da metade dos migrantes recenseados a 17 de maio de 1959 contavam menos de um ano de residência em Brasília; precisamente 42,9% estavam morando no território, no máximo, há seis meses e quase uma têrça parte (24,4%) havia imigrado muito recentemente, ou seja, nos últimos três meses anteriores ao inquérito censitário. Grupando-se as declarações de tempo de residência em duas classes genéricas — até um ano, e mais de um ano — pode-se ver que acima do dôbro das pessoas imigradas enquadravam-se no primeiro grupo. A relação de 2 para 1 entre os migrantes mais "recentes" (até um ano de residência) e os "antigos" (mais de um ano de residência), dá bem idéia da atualidade do povoamento e do progressivo aumento das correntes imigradas para o território — o que fica confirmado pela evolução aparente da média mensal das migrações no período de 17 de maio de 1957 a igual data de 1959, apresentada na Tabela IX.

A influência dos números "atrativos" adquire evidência nessa tabela. Assim, a média para o semestre de 17 de maio a 17 de outubro de 1957 (que contém o período "atrativo" de 24 meses) mostra-se superior à referente ao semestre seguinte (17 de novembro de 1957 a 17 de abril de 1958), da mesma forma que a cifra estimada para o trimestre de 17 de maio a 17 de julho de 1958 (que contém a classe "atrativa" de 12 meses) aparece com vantagem sôbre a calculada para o trimestre subseqüente (17 de agôsto a 17 de outubro de 1958). Em que pesem essas distorções, a série apresentada não deixa dúvida quanto à tendência ascensional dos deslocamentos humanos para Brasília, cujos contingentes, nas fases mais próximas à data do inquérito censitário, aparentemente eram três vêzes mais numerosos do que dois anos antes.

A média mensal calculada com base nas informações censitárias não dá exata medida das entradas de migrantes nos diferentes intervalos de tempo, visto como não pode abarcar os imigrados que já não residiam em Brasília na data do Censo, por terem reemigrado ou falecido. O efeito das reemigrações ou dos óbitos de migrantes faz-se sentir, naturalmente, com tanto maior intensidade quanto mais se recua no tempo. Os elementos numéricos constantes da Tabela IX são, pois, tanto mais representativos do verdadeiro movimento migratório para Brasília quanto os períodos de referência ficam mais próximos da data de realização do Censo Experimental.

A proporção numérica entre migrantes "recentes" e "antigos", que no conjunto da população imigrada era de 2 para 1, não se mostra uniforme entre as diversas correntes regionais. Patenteia-se, da análise regionalizada do fenômeno, a maior "antiguidade" dos deslocamentos procedentes do Centro-Oeste e do Sul, por exemplo, em oposição à relativa atualidade dos movimentos provenientes do Nordeste e do Leste Setentrional. Em têrmos numéricos, a relação entre os migrantes que contavam até um ano de residência e os que residiam há mais de um ano era de menos de 2 para 3 no Centro-Oeste, e de mais de 6 para 1 no Nordeste Oriental — para citar os casos extremos.

Isto quer dizer que as migrações do Nordeste, ou do Leste Setentrional, vêm aumentando proporcionalmente à medida que adiantam os trabalhos de construção da futura Capital Federal. Em conseqüência, os deslocamentos oriundos do Centro-

-Oeste, do Sul ou do Leste Meridional tendem a diminuir em números relativos. A oposição entre o Centro-Oeste e o Nordeste Oriental, no que respeita à cronologia das migrações para Brasília, ganha relêvo quando se compara a contribuição de cada uma dessas regiões no cômputo de migrantes classificados segundo os diferentes intervalos de *tempo de residência*. Mais de 54% das pessoas imigradas há mais de dois anos procediam do Centro-Oeste, e apenas 3% do Nordeste Oriental; entre as pessoas imigradas há três meses e menos, todavia, a participação dos procedentes do Centro-Oeste limitava-se a 33%, enquanto que os oriundos do Nordeste Oriental já perfaziam 17%.

O exame das médias mensais de migrantes provenientes de cada região geográfica realça ainda mais a crescente expansão das correntes do Nordeste e do Leste Setentrional, comparativamente com as das outras regiões. Dos números constantes da Tabela IX, pode-se ver que, no intervalo de dois anos, o volume das migrações do Nordeste Oriental ter-se-ia elevado mais de doze vêzes (de 62 pessoas para 785, média mensal aparente), multiplicando-se por oito vêzes as provenientes do Leste Setentrional (de 56 para 449 pessoas por mês). No mesmo período, entretanto, os contingentes migratórios procedentes do Centro-Oeste apenas aumentaram duas vêzes e meia (de 623 pessoas para 1 548, média mensal aparente); os oriundos do Sul sofreram aumento inferior a três vêzes (de 147 para 410 pessoas por mês); e os provenientes do Leste Meridional cresceram mais de quatro vêzes, em média mensal.

O estudo conjugado das Tabelas VIII e IX deixa entrever, por conseguinte, que:

a) as migrações para Brasília aumentaram de volume, com o decorrer do tempo, em ritmo acentuadamente acelerado;

b) os primeiros contingentes radicados no território procediam, em grande maioria, das regiões confinantes (sobretudo, do Estado de Goiás), sendo logo secundados pelos migrantes oriundos de regiões próximas (Estados de São Paulo e Minas Gerais);

c) só recentemente tomaram vulto as migrações procedentes da Bahia e dos Estados nordestinos, em geral.

IX – MÉDIA MENSAL DE MIGRANTES, SEGUNDO O LUGAR DO DOMICÍLIO ANTERIOR

LUGAR DO DOMICÍLIO ANTERIOR	PERÍODO DE MIGRAÇÃO					
	De 3 meses e menos (17-5-59 17-2-59)	De 4 a 6 meses (17-1-59 17-11-58)	De 7 a 9 meses (17-10-58 17-8-58)	De 10 a 12 meses (17-7-58 17-5-58)	De 13 a 18 meses (17-4-58 17-11-57)	De 19 a 24 meses (17-10-57 17-5-57)
TOTAIS	**4 619**	**3 512**	**1 925**	**2 949**	**1 130**	**1 172**
Regiões						
Norte	26	16	12	13	8	6
Nordeste Ocidental	249	244	93	103	39	23
Nordeste Oriental	785	1 027	313	459	103	62
Leste Setentrional	449	269	145	173	72	56
Leste Meridional	1 136	725	475	656	277	250
Sul	410	264	230	307	138	147
Centro-Oeste	1 548	961	652	1 232	491	623
Países estrangeiros	6	4	5	3	1	3

* Inclusive os procedentes do Brasil, sem especificação de lugar.

9. CARACTERÍSTICAS ECONÔMICAS

A investigação das *características econômicas* fixa as relações da população com a produção de bens e serviços. Visa primordialmente à distinção entre o campo dos "produtores" econômicos, isto é, as pessoas que exercem atividade econômica, e o das "pessoas dependentes", isto é, aquelas que não exercem atividade econômica. Considera-se *atividade econômica* todo trabalho que proporcione um rendimento em dinheiro ou espécie, seja diretamente em benefício da pessoa que o realize, seja em proveito do grupo familiar ou institucional a que pertença. O uso consagrou para designar êsses grupamentos as expressões "econômicamente ativas" — comum à população ou pessoas, que exercem *atividades econômicas;* e "não econômicamente ativas" — comum à população ou pessoas que não exercem *atividades econômicas*.

Na caracterização das pessoas *econômicamente ativas* importa fundamentalmente a diferenciação de idades. Abaixo de determinada idade, a atividade econômica perde expressão, ou mesmo inexiste. A conveniência de um limite etário para a investigação das características econômicas fica assim manifesta. No Censo Experimental — como nos Censos nacionais de 1950 e de 1940 — êsse limite foi fixado em 10 anos. Como conseqüência, tôdas as pessoas que, na data do inquérito censitário, não contassem pelo menos essa idade, por definição foram consideradas como *não econômicamente ativas.* O limite de 10 anos parece ajustado à realidade do mercado de trabalho nacional, em que a contribuição de crianças é muito numerosa (no plano internacional, tem maior aplicação o limite de 14 ou o de 15 anos).

O exercício de uma atividade econômica varia tanto quantitativa quanto qualitativamente. Por outras palavras, o trabalho realizado pelas pessoas econômicamente ativas diferencia-se pela duração ou pela natureza. As alterações de ordem quantitativa podem ser aferidas com base em períodos convencionais, como a jornada ou a semana (número de horas trabalhadas), o mês (número de dias) ou o ano (número de meses). Constituem, em qualquer caso assunto de perquirição pouco aconselhável em levantamentos gerais, como o censitário. Não foram, pois, objeto de investigação específica no Censo Experimental. A duração do trabalho realizado, entretanto, exerceu influência na caracterização da atividade econômica: recomendou-se que fôsse declinada aquela em que o recenseado se tivesse ocupado durante a maior parte do ano anterior à data do Censo.

As variações qualitativas podem ser apreciadas sob três ângulos diferentes:

a) a *ocupação* exercida;

b) o setor econômico (*ramo de atividade*) em que é exercida a ocupação;

c) a relação de emprêgo (*posição na ocupação*) sob a qual é exercida a ocupação.

Não há, entre êsses três elementos caracterizadores da atividade econômica, interrelação obrigatória. Qualquer *ocupação* pode, em princípio, ser exercida em qualquer *ramo de atividade* e sob qualquer *posição:* um médico pode exercer a ocupação no seu consultório particular, por conta própria; como empregado de uma fábrica de tecidos, no respectivo ambulatório; como proprietário de uma clínica particular, tendo sob as ordens pessoas empregadas, etc. Em cada caso, embora permaneça a *ocupação,* mudam tanto o *ramo* (ou classe) *de atividade,* como a *posição na ocupação.* Maiores esclarecimentos sôbre a matéria serão fornecidos adiante, nas partes dedicadas, especificamente, a êsses três aspectos da atividade econômica.

Para fins de classificação em um ou no outro grupamento relativo à atividade econômica, as pessoas de 10 anos e mais de idade foram diferenciadas segundo estivessem *ocupadas* ou *não ocupadas* econômicamente, na data do Censo Experimental. Na categoria de *pessoas ocupadas econômicamente* contaram-se tôdas as que estivessem trabalhando na data do Censo, bem como as que, possuindo uma *ocupação habitual* (ver capítulo referente à "Ocupação"), estivessem naquela data: a) licenciadas ou em gôzo de férias; b) desempregadas; c) prêsas ou detidas, aguardando julgamento. Foram também considerados como *ocupados* os membros de comunidades religiosas, mesmo quando vivessem em regime de clausura.

A pesquisa pertinente às características econômicas realizadas nos Recenseamentos passados (no-

tadamente os de 1940 e de 1950) baseou-se na classificação das pessoas segundo a *atividade principal* (econômica ou não econômica), cuja definição careceu de objetividade. Além da *principal*, deviam os informantes registrar — também com base em definição de natureza subjetiva — a *atividade suplementar* que exercessem. A combinação das duas declarações tornou possível, no Recenseamento de 1950, a obtenção de tabulações sôbre as *pessoas econômicamente ativas*, permitindo atender-se a recomendações internacionais.

O processo introduzido no Censo Experimental de Brasília, que deve vigorar no futuro Recenseamento Geral do País, além de simplificar a elaboração das tabulações relativas às *pessoas econômicamente ativas*, assegura-lhes maior versatilidade, possibilitando a discriminação dêsse grupamento demográfico de conformidade, não sòmente, com o *ramo de atividade* mas, também, com a *ocupação* e a *posição na ocupação*.

Além de informações sôbre a atividade, investigou-se no Censo Experimental de Brasília o *rendimento* auferido pelas pessoas de 10 anos e mais. A inclusão do quesito representa uma inovação, no campo dos levantamentos censitários brasileiros. São numerosas as dificuldades de coleta, ligadas principalmente a aspectos conceituais. A utilidade dos resultados, de grande valia para os estudos econômicos, sociais, políticos, administrativos, etc., justificará o esfôrço para sua obtenção no conjunto do território brasileiro, pelo próximo Recenseamento Geral. A investigação pertinente ao *rendimento* individual foi realizada, em Brasília, por amostragem, abrangendo, em princípio, 25% das pessoas de 10 anos e mais de idade.

Pessoas econômicamente ativas e não econômicamente ativas — O desdobramento das *pessoas econômicamente ativas* e *não econômicamente ativas*, de 10 anos e mais de idade, consta do Quadro 9, em que o primeiro grupo é distribuído segundo os diferentes ramos de atividade econômica. À parcela das pessoas *não econômicamente ativas* apresentada no quadro devem-se acrescentar as crianças menores de 10 anos, (por definição, consideradas *não econômicamente ativas*), para obter o número global correspondente a êsse grupamento. Com tal objetivo foi elaborada a Tabela I, em que se reparte a população residente em Brasília, a 17 de maio de 1959, nas duas categorias econômicas básicas, e se apresenta a relação proporcional entre o número de *não econômicamente ativos* (dependentes) e o de *econômicamente ativos* (produtores). Os dados do Quadro 9, combinados com a distribuição por idade constante do Quadro 2, permitiram estender-se essa discriminação às localidades.

I — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	Total	Pessoas econômicamente ativas		Pessoas não econômicamente ativas		Relação de dependência* %
		Números absolutos	%	Números absolutos	%	
BRASÍLIA	100,0	35 201	54,7	29 113	45,3	82,7
Acampamentos						
Central da NOVACAP	100,0	863	65,5	455	34,5	52,7
Candangolândia	100,0	1 198	41,8	1 670	58,2	139,4
Praça dos Três Poderes	100,0	5 642	79,9	1 422	20,1	25,2
Plano Piloto-Zona Sul	100,0	8 923	81,1	2 084	18,9	23,4
Outros	100,0	3 626	62,9	2 137	37,1	58,9
Núcleos provisórios						
Bandeirante	100,0	5 537	47,9	6 028	52,1	108,9
Bananal	100,0	2 195	35,4	4 001	64,6	182,3
Núcleos estáveis						
Cidade de Planaltina	100,0	706	31,4	1 539	68,6	218,0
Povoado de Taguatinga	100,0	1 144	31,1	2 533	68,9	221,4
Povoado de Brasilândia	100,0	118	33,2	237	66,8	200,8
Zona rural	100,0	5 249	42,8	7 007	57,2	133,5

* Proporção entre pessoas não econômicamente ativas e econômicamente ativas.

O maior contingente de *pessoas econômicamente ativas*, em relação às *não econômicamente ativas*, constitui fenômeno peculiar às condições de Brasília, nesta fase de seu desenvolvimento. O predomínio do elemento *econômicamente ativo* media-se pela relação de pouco mais de 8 "dependentes" para 10 "produtores", no conjunto da população territorial. Idêntica proporção, no quadro nacional (Recenseamento de 1950), revelou-se desfavorável aos indivíduos *econômicamente ativos:* para cada um dêles, havia dois *não econômicamente ativos*. No Estado de Goiás, particularizadamente, a proporção entre "produtores" econômicos e "dependentes" dilatava-se ainda mais, contrapondo-se 3 pessoas *não econômicamente ativas* a 1 *econômicamente ativa*.

Pode-se supor que os encargos econômicos da coletividade moradora de Brasília sejam mais reduzidos. Tal hipótese deixa de lado, porém, um aspecto importante que não foi investigado pelo levantamento censitário: as pessoas não moradoras de Brasília, dependentes de moradores *econômica-*

mente ativos da futura Capital do País. O número elevado de trabalhadores casados vivendo em domicílios coletivos sem as respectivas famílias é um indício a ser considerado. Mesmo entre os trabalhadores solteiros, deviam contar-se vários com "dependentes" moradores em outras partes do território nacional.

Sente-se, pelo exame daquela relação nas localidades, a influência da maior ou menor participação de grupos familiares (em que, via de regra, o número de "dependentes" supera o de "produtores") como fator da situação anômala de Brasília. Assim, é tanto mais baixo o número relativo de "dependentes" quanto mais reduzida a contribuição de grupos familiares na população local. Nos acampamentos (com exceção da Candangolândia, habitada por famílias), a proporção alcançava limites mínimos (2 "dependentes" para 10 econômicamente ativos, na Zona Sul do Plano Pilôto); nos núcleos estáveis, eleva-se aos níveis mais altos, excedendo a média nacional no Povoado de Taguatinga (22 "dependentes" para 10 "produtores").

OCUPAÇÃO

A ocupação caracteriza a natureza do trabalho — profissão, ofício, cargo, função. Não deve confundir-se com a especialização ou habilitação profissional, embora quase sempre com ela coincida. O fato de possuir diploma de Medicina não implica necessàriamente que o informante se declare médico, a não ser que exerça, como *ocupação habitual*, a profissão para que está habilitado. A *ocupação habitual* foi definida como aquela exercida pelo informante durante a maior parte do ano anterior à data do inquérito censitário. Quando a pessoa exercesse simultâneamente mais de uma *ocupação habitual*, recomendou-se que indicasse aquela em que se ocupasse pela maior parte do tempo (deixando ao seu arbítrio a escolha do período de referência implícito).

A rigorosa observância dêsse critério poderia levar, em certos casos, à discrepância entre os resultados numéricos e a realidade que deveriam traduzir. Pareceu inconveniente computar como integrante da mão-de-obra rural pessoa que, embora durante mais de metade do ano anterior se houvesse ocupado em fainas agrícolas, exercesse na data do Censo atividade ligada à indústria. Assim, as pessoas que tivessem atividade diversa daquela em que se haviam ocupado a maior parte do ano anterior foram instruídas de modo a declinar como *ocupação:*

a) a *habitual* (exercida durante a maior parte do ano anterior), quando a nova ocupação tivesse caráter eventual, isto é, correspondesse a um trabalho temporário, findo o qual deveriam voltar à atividade habitualmente exercida;

b) a *atual* (exercida na data do Censo), quando a nova ocupação tivesse para o informante caráter definitivo, implicando realmente em mudança de atividade.

Os critérios fixados para a caracterização da *ocupação* tiveram aplicação comum aos aspectos correlatos, o *ramo de atividade* e a *posição na ocupação*. Embora visassem a dotar a investigação dessas características de maior objetividade, deixaram margem a interpretações de ordem subjetiva. Dois casos, pelo menos, merecem atenção: 1) as pessoas cuja atividade, na data do Censo, divergia da habitual; e 2) as pessoas que exerciam duas ou mais atividades simultâneamente. Em ambos, os critérios dependiam de escolha do informante, o que pode imprimir aos resultados tendências imprevisíveis. Tudo indica, entretanto, que o prejuízo decorrente não tem expressão.

Outros fatôres de êrro teriam atuado em maior profundidade. Prendem-se, quase todos, à limitação do recenseador, ou do informante, para registrar a resposta adequada a cada caso. A especificação da ocupação envolve uma série de problemas. Em primeiro lugar, a terminologia, não só diversificada, como grandemente sinonimizada. Por outro lado, a tendência comum para generalizações — respostas como "operário", "comerciário", "trabalhador", "proprietário", que não determinam o tipo da ocupação, ocorrem com freqüência. Finalmente cabe lembrar certa inclinação dos informantes para declararem uma ocupação de categoria mais elevada ou melhor conceituada (o servente que se declara pedreiro, o escriturário que se registra como contador, o auxiliar de escritório que se diz escriturário, o oficial administrativo que declina a condição de advogado por possuir diploma de Direito, etc.).

Ocupações segundo os ramos de atividade — A distribuição por ocupações das pessoas econômicamente ativas, objeto do Quadro 13, baseou-se na Classificação de Ocupações para Fins Censitários, organizada pelo antigo Serviço Nacional de Recenseamento, revista e atualizada pelo Núcleo de Pla-

nejamento Censitário, com vistas ao futuro Recenseamento Geral. Seu preparo fundamentou-se em listagem das declarações obtidas nos Censos nacionais de 1940 e de 1950. Moldada sobretudo pelas peculiaridades nacionais, atende à indispensável comparabilidade no campo internacional; mediante determinados reagrupamentos, pode ser ajustada à Classificação Internacional Uniforme de Ocupações, preparada pela Repartição Internacional do Trabalho e recomendada pelas Nações Unidas.

Para fins de divulgação dos resultados obtidos pelo Censo Experimental, foram selecionadas as ocupações numèricamente representativas, incluindo-se, no Quadro 13, àquelas que contassem pelo menos 90 informantes (os resultados completos acham-se disponíveis no Núcleo de Planejamento Censitário).

A seleção tornou evidente grande concentração ocupacional, característica das condições do trabalho, nesta fase de construção de Brasília. Apenas 40 ocupações apresentaram resultados numéricos acima do limite estabelecido, reunindo mais de 90% dos declarantes (as ocupações não especificadas formavam grupo residual de expressão relativa equivalente a 8,8%).

Entre as ocupações selecionadas, era manifesta a importância das peculiares à indústria de construção — quatro perfaziam mais de 40% do total de pessoas econômicamente ativas residentes em Brasília. A Tabela II apresenta as dez ocupações numèricamente mais importantes, por ordem dos respectivos valores relativos. Os três primeiros lugares cabem a ocupações típicas da construção civil — serventes de pedreiro (que somavam mais da quinta parte das pessoas econômicamente ativas), carpinteiros e marceneiros, e pedreiros. Acrescentando-se-lhes os armadores de concreto, obtém-se valor global da ordem de 41,9%.

II — OCUPAÇÕES PREDOMINANTES

OCUPAÇÃO	Números absolutos	%
Tôdas as ocupações	35 201	100,0
Serventes de pedreiro	7 539	21,4
Carpinteiros e marceneiros	3 694	10,5
Pedreiros	2 462	7,0
Trabalhadores braçais	2 064	5,9
Trabalhadores agrícolas e de enxada	1 890	5,4
Motoristas	1 377	3,9
Armadores de concreto	1 053	3,0
Auxiliares de escritório	963	2,7
Comerciantes	951	2,7
Cozinheiros	935	2,7
Outras ocupações	12 273	34,8

Às quatro ocupações em conjunto, correspondia fração inferior a 3% das pessoas econômicamente ativas recenseadas no Brasil em 1950. A comparação com a média nacional realça o fato que o Censo Experimental pôs à mostra na futura Capital Federal. Note-se que a freqüência relativa dessas ocupações, na população de Brasília, equiparava-se à das ocupações rurais (trabalhadores agrícolas e de enxada) na população brasileira recenseada nove anos atrás. Admitindo como válidos, na atualidade, os valores nacionais registrados pelo Censo de 1950, cabe estabelecer o seguinte paralelo:

— em 10 pessoas econômicamente ativas, contam-se no Brasil pelo menos 4 que exercem ocupações rurais não especializadas (trabalhadores agrícolas e de enxada);
— em 10 pessoas econômicamente ativas, contam-se em Brasília pelo menos 4 que exercem ocupações não especializadas ligadas à construção civil.

É significativo o fato de terem sido os engenheiros os únicos profissionais liberais selecionados na divulgação dos dados censitários, por atingirem o limite quantitativo estabelecido. Na data do Censo Experimental, havia no futuro Distrito Federal 179 engenheiros, contra 38 dentistas, 29 médicos, 20 arquitetos, 18 advogados, 5 agrônomos, 3 químicos.

A distribuição segundo o ramo de atividade, constante do Quadro 13 de que foi extraída a Tabela III, positiva que a indústria da construção absorve também grande parte dos profissionais ocupados em funções que não lhe são peculiares. Mais de metade dos almoxarifes e armazenistas, eletricistas, encanadores, soldadores, ferreiros e serralheiros, tratoristas, vigias e contínuos, cêrca da têrça parte dos motoristas, cozinheiros, auxiliares de escritório, agrimensores e topógrafos — estavam ligados à construção civil, que ainda ocupava a quarta parte dos contadores e guarda-livros, e a sexta parte dos inspetores e fiscais, porteiros e faxineiros, etc.

RAMO DE ATIVIDADE ECONÔMICA

A distribuição da mão-de-obra pelos diferentes setores de atividade econômica dá idéia do estágio do desenvolvimento da economia. Constitui em decorrência um elemento expressivo de aferição do

bem-estar social. Em países, como o Brasil, que dispõem de estatísticas econômicas incompletas ou de pouca profundidade, os levantamentos censitários figuram como a principal fonte de informação para a classificação das pessoas ativas pelos ramos de produção econômica.

A importância dessa classificação fica bastante reduzida no caso de Brasília. As características de seu atual mercado de trabalho resultam de condições anormais. O território está sendo povoado com vistas à construção de um grande centro metropolitano; tôdas as atividades da população confluem, em conseqüência, para a indústria de construção, de que, direta ou indiretamente, a grande maioria da população aufere rendimentos.

O ramo de atividade econômica foi determinado, no Censo Experimental, em função da entidade, organização ou estabelecimento a que a pessoa estava ligada, por vinculação de emprêgo ou de outra natureza. Na falta dessa entidade, organização ou estabelecimento — fato comum à maioria dos trabalhadores por própria conta — tomou-se por base a natureza da ocupação exercida. Um cozinheiro que trabalhasse como empregado de uma companhia de construção foi contado no ramo da indústria de construção; um vendedor ambulante de artigos de armarinho que trabalhasse por conta própria foi classificado no comércio de mercadorias.

O critério de classificação adotado (coincidente com o seguido nos censos nacionais de 1940 e 1950) em alguns casos dá origem a aparentes impropriedades, sôbre as quais deve alertar-se a atenção do analista. Um exemplo objetivo esclarecerá o assunto: consoante os resultados do Censo, a classe de atividade "segurança pública" (que inclui, de modo geral, as atividades policiais) não ocuparia nenhuma pessoa, embora exista em Brasília uma corporação policial. É que a polícia territorial é mantida pela NOVACAP, sendo seus integrantes classificados na atividade correspondente a essa emprêsa.

A determinação do ramo de atividade econômica pode ser afetada em razão de influências comuns, via de regra, à classificação segundo a *ocupação*. A tendência para o emprêgo de expressões genéricas ou vagas é das mais freqüentes, decorrendo muitas vêzes do fato de serem prestadas por informante sem preciso conhecimento a respeito das características do trabalho exercido pela pessoa recenseada. Outra fonte de êrro prende-se à situação de sub-emprêgo em que se encontra uma parcela da população econômicamente ativa no País; as pessoas nestas condições não têm atividade regular, tornando-se-lhes difícil indicar o setor econômico em que habitualmente prestam serviço.

Atividade econômica nas localidades — A distribuição das pessoas econômicamente ativas pelos diferentes setores da produção de bens ou serviços, apresentada no Quadro 9, obedeceu à Classificação de Atividades Econômicas para Fins Censitários, elaborada pelo antigo Serviço Nacional de Recenseamento e revista pelo Núcleo de Planejamento Censitário. A Classificação compreende 18 *ramos* de atividade econômica, subdivididos em *classes* (as apurações do Censo Experimental limitaram-se aos *ramos*). Na sua elaboração, objetivou-se atender em primeiro lugar às características da economia nacional; as exigências de comparabilidade internacional foram concomitantemente consideradas, o que lhe assegura ajustamento com a Classificação Internacional Padronizada de Tôdas as Atividades Econômicas, aprovada e recomendada pela Comissão de Estatística das Nações Unidas.

Na Tabela IV, os dados do Quadro 9 aparecem aglutinados em dez grandes ramos de atividade — os mesmos adotados para a distribuição de ocupações (Tabela III) e do rendimento individual (Quadro 16). Referem-se os dois primeiros ramos às atividades primárias — agropecuárias e extração vegetal e mineral (mantida com destaque, dada sua importância em Brasília). As indústrias de transformação constituem o terceiro ramo, seguida pela indústria de construção. As atividades terciárias — comércio e serviço em geral — desdobram-se nos seis ramos subseqüentes (no ramo residual "outras atividades", foram classificadas as pessoas que prestavam serviços à NOVACAP).

Omitiu-se, na tabela, a distribuição por sexo das pessoas econômicamente ativas: em 35 201, apenas 2 966, ou 8,4%, pertenciam ao sexo feminino. A participação da mão-de-obra feminina no conjunto da população econômicamente ativa é comumente baixa, no Brasil como na maioria dos países. Em Brasília, mostra-se mais reduzida, por motivos de fácil compreensão — em primeiro lugar, a fraca percentagem de mulheres no conjunto da população total; em segundo lugar, a maior concentração das mulheres nas idades infantis, relativamente aos homens; finalmente, a natureza do mercado de trabalho local, que oferece limitadas possibilidades de emprêgo às pessoas do sexo feminino.

III – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS OCUPAÇÕES PREDOMINANTES, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE

PRINCIPAIS OCUPAÇÕES	TOTAL	RAMO DE ATIVIDADE									
		Atividades agropecuárias (1)	Extração mineral	Indústrias de transformação	Indústrias de construção	Comércio de mercadorias	Prestação de serviços	Transportes, comunicações e armazenagem	Atividades sociais (2)	Serviços administrativos (3)	Outras atividades (4)
Serventes de pedreiro	100,0	0,2	0,3	0,1	93,7	—	—	—	0,1	0,0	5,6
Carpinteiros e marceneiros	100,0	0,1	0,2	2,7	88,1	—	0,9	0,1	—	0,1	7,8
Pedreiros	100,0	0,2	0,5	0,7	92,4	—	0,2	0,0	0,0	0,2	5,8
Trabalhadores braçais	100,0	1,8	57,5	10,6	13,3	0,5	0,5	2,3	0,1	0,3	13,1
Trabalhadores agrícolas e de enxada	100,0	98,8	0,1	0,2	0,2	—	—	—	—	—	0,7
Motoristas	100,0	0,4	2,5	2,9	41,4	1,2	1,2	34,8	0,6	0,5	14,5
Armadores de concreto	100,0	—	—	—	99,0	—	—	—	—	—	1,0
Auxiliares de escritório	100,0	0,5	0,2	0,4	32,2	2,9	3,9	3,9	6,2	3,9	45,9
Comerciantes	100,0	—	—	—	—	76,1	23,9	—	—	—	—
Cozinheiros	100,0	—	1,4	0,2	33,0	—	61,6	0,2	0,5	0,3	2,8

(1) Inclusive Extração vegetal e Caça e pesca. — (2) Inclusive Profissões liberais. — (3) Serviços administrativos governamentais, Legislativo, Justiça, Defesa nacional e Segurança pública. — (4) Inclusive empregados da NOVACAP.

IV – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA, POR LOCALIDADE, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE

RAMO DE ATIVIDADE	LOCALIDADES							
	Brasília	Acampamentos	Núcleos provisórios		Núcleos estáveis			Zona rural
			Bandeirante	Bananal	Cidade de Planaltina	Povoado de Taguatinga	Povoado de Brasília	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Atividades agropecuárias (1)	6,5	0,2	1,4	0,9	17,4	2,0	48,3	37,0
Extração mineral	4,6	1,4	1,2	0,8	0,6	0,5	—	23,3
Indústrias de transformação	3,3	0,2	6,3	1,2	5,9	4,7	10,2	12,2
Indústrias de construção	54,5	76,4	14,8	62,3	18,0	48,6	3,4	15,6
Comércio de mercadorias	4,6	0,6	21,3	7,4	5,8	9,4	11,9	0,3
Prestação de serviços	10,2	4,9	29,4	18,0	24,3	16,4	15,3	3,5
Transportes, comunicações e armazenagem	2,2	0,6	8,5	1,5	5,4	5,4	0,8	1,2
Atividades sociais (2)	1,7	1,5	2,9	0,7	5,9	1,4	3,4	0,9
Serviços administrativos (3)	1,5	1,9	1,2	0,2	6,1	1,5	0,8	0,4
Outras atividades (4)	10,9	12,3	13,0	7,0	10,6	10,1	5,9	5,6

(1) Inclusive Extração vegetal e Caça e pesca — (2) Inclusive Profissões liberais. — (3) Serviços administrativos governamentais, Legislativo, Justiça, Defesa nacional e Segurança pública. — (4) Inclusive empregados da NOVACAP.

Como era de esperar, os dados censitários positivaram a importância da indústria de construção na economia territorial, mostrando que mais de metade (54,5%) das pessoas econômicamente ativas trabalhavam nesse setor de atividade. Em verdade, a construção civil ocupava contingente maior da mão-de-obra, visto como as pessoas empregadas da NOVACAP – em grande maioria, ligadas à atividade – foram computadas no grupo "Outras atividades". A contribuição de servidores da NOVACAP na constituição dêsse grupo residual atingia mais de 80%; dada a finalidade primordial da Companhia Urbanizadora, seria também aceitável classificá-los na indústria de construção, que dessa maneira alcançaria quota equivalente a duas têrças partes da mão-de-obra territorial.

A outra têrça parte desdobrava-se pelos diferentes setores econômicos, entre o mínimo de 1,5%

RAMO DE ATIVIDADE

Pessoas econômicamente ativas

— Serviços administrativos governamentais, Legislativo, Justiça; Defesa nacional e Segurança pública — e o máximo de 10,2% — prestação de serviços (atividades relacionadas com serviços hoteleiros, de diversões, de higiene pessoal, de reparação, etc.). As atividades agropecuárias e extrativas (exclusive a extração mineral) detinham apenas 6,5% da população econômicamente ativa.

As pessoas ligadas às indústrias de construção concentravam-se principalmente nos acampamentos (que figuram englobadamente, na tabela, sob o título "Plano Pilôto"); também eram largamente majoritárias no Núcleo Bananal, e representavam quase metade das pessoas econômicamente ativas residentes em Taguatinga. No Povoado de Braslândia, entretanto, correspondiam apenas a 3,4% da mão-de-obra, e sòmente a 14,8% no Núcleo Bandeirante.

A distribuição da mão-de-obra segundo os setores de atividade econômica reflete a função das localidades selecionadas pelo Censo Experimental. Explica-se dessa forma a concentração de trabalhadores da indústria de construção nos acampamentos, ou em núcleos residenciais destinados a abrigar famílias de operários de obras, como Bananal e Taguatinga. De igual modo, a função do Núcleo Bandeirante fica traduzida pelas percentagens de dois ramos de atividade predominantes, o comércio de mercadorias (21,3% das pessoas econômicamente ativas da localidade) e a prestação de serviços (29,4%). A antiga estrutura agropecuária persiste no Povoado de Braslândia, onde metade das pessoas econômicamente ativas estavam vinculadas às atividades agropecuárias. Na denominada Zona Rural, as atividades primárias ainda detêm a maior parte da mão-de-obra, sendo de notar a posição de importância que ocupava a extração mineral.

Em contraste com a situação atual, a distribuição da mão-de-obra territorial, antes de terem início as obras da Nova Capital, refletia o primado das atividades de natureza agropecuária ou extrativa. Na hipótese de que se ajustasse às proporções indicadas pelos resultados do Recenseamento de 1950 nos municípios de Planaltina, Formosa e Luziânia, a contribuição dessas atividades seria da ordem de 88%; a indústria de transformação, em que foi incluída a de construção, apenas ocuparia 2,9% das pessoas econômicamente ativas da região. No conjunto do Brasil, a posição relativa do setor da construção civil também não era destacada. Mesmo em centros de maior progresso urbano, a indústria da construção empregava um dos menores contingentes da mão-de-obra (no Distrito Federal, as pessoas ocupadas nessa indústria representavam 7% da população ativa, contra 24% correspondentes à prestação de serviços, ou 13% relativos ao comércio de mercadorias).

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

A classificação das pessoas econômicamente ativas segundo a posição na ocupação proporciona elementos para o conhecimento das características do mercado de trabalho. Indica, até certo ponto, o grau de capitalização dos diferentes setores econômicos e as relações de emprêgo que lhes são próprias. Os censos da população constituem a fonte estatística mais utilizada para sua obtenção; por outros levantamentos, a investigação de determinadas situações como a dos trabalhadores por própria conta ou dos trabalhadores não remunerados de explorações familiares torna-se mais difícil e limitada.

A *posição na ocupação* fixa a relação de trabalho entre a pessoa econômicamente ativa e a entidade, organização ou emprêsa a que presta serviço. No Censo Experimental, essa relação de trabalho admitiu as seguintes categorias básicas:

Empregado — pessoa que trabalha subordinada a uma organização, firma, entidade pública ou privada, ou pessoa, mediante remuneração em dinheiro ou espécie. Com a finalidade de obter o número de pessoas que trabalham para a administração pública (inclusive emprêsas públicas) foram obtidos em separado (mas não apurados) dados sôbre Empregados públicos, discriminados segundo a dependência administrativa;

Empregador — pessoa que explora por sua conta e risco uma atividade econômica, ocupando um ou mais empregados;

Trabalhador por própria conta — pessoa que exerce atividade econômica, sob a própria responsabilidade, trabalhando sem empregados;

Membro da família — pessoa que ajuda habitualmente, sem remuneração, o trabalho do chefe ou outro componente da família na sua atividade econômica;

Membro de instituição — pessoa que, sendo membro de uma instituição, exerce uma ocupação econômica sem remuneração direta, como: religio-

sos; cegos internados em asilos; asilados em orfanatos; índios em postos indígenas, etc.

Não é simples, em muitos casos, a aplicação dos conceitos expostos. A precisão dos resultados censitários nem sempre depende da argúcia do recenseador.

A caracterização do *membro da família*, por exemplo, apresenta problema complexo. Pessoas que trabalham em uma emprêsa econômica explorada por outro membro da família, ou o auxiliam na sua atividade profissional, podem exercer a ocupação econômica por período de duração variável, cuja medida conviria levar em conta. Os órgãos internacionais coordenadores das estatísticas censitárias recomendam a adoção de limite mínimo, correspondente à têrça parte do período normal de trabalho. Apesar de sua objetividade, o critério não resiste à aplicação prática. A participação do membro da família na exploração familiar é geralmente irregular e descontínua, de vez que não comporta horários pré-estabelecidos. Torna-se pois difícil, quando não impossível, precisar a duração média do trabalho que êle realiza, seja durante uma jornada ou um intervalo mais dilatado de tempo.

Justifica-se dessarte a posição adotada pela Comissão Censitária Nacional, que referendou critério proposto pelo Núcleo de Planejamento Censitário, segundo o qual devem ser consideradas membros da família as pessoas que, sem receber remuneração direta, têm função e responsabilidade definidas na exploração econômica familiar em que trabalham, independentemente do tempo que a ela dedicam.

A questão suscitada pelos membros da família encontra paralelo na situação de outros trabalhadores que habitualmente exercem atividade por tempo parcial ou sem horário fixo (trabalhadores por própria conta ou certos tipos de empregados). Há, também, a considerar determinadas situações cuja relação de trabalho admite controvérsia — trabalhadores no próprio domicílio, pessoas que realizam trabalho por tarefa, superintendentes e administradores de sociedades anônimas, parceiros rurais, membros de cooperativas de produção, etc. As pessoas nas condições enumeradas pertencem à categoria de *empregados*. Não se pode afirmar, no entanto, que os informantes aceitem tal classificação de modo a registrá-la apropriadamente.

A distinção entre trabalhadores por própria conta e empregadores nem sempre se faz corretamente, dado o sentido dessas expressões no consenso público. Dificilmente um proprietário de caminhão, que trabalhe no próprio veículo como motorista, se declarará empregador, ainda que tenha ajudantes remunerados. Pode ocorrer, ademais, que uma pessoa que trabalhe normalmente por própria conta necessite da ajuda periódica de empregados remunerados, contratados por prazo curto e em seguida dispensados. Para sua classificação, seria necessário confrontar o tempo em que trabalha por própria conta com aquêle durante o qual contrata empregados — operação pouco exeqüível na coleta censitária (é mais provável, neste caso, que a pessoa seja registrada na posição em que se encontrava por ocasião do Censo).

Por motivos semelhantes, as pessoas que trabalham em exploração econômica de parente, mesmo quando percebem remuneração fixa, são muitas vêzes registradas como *membro da família*.

Posição na ocupação segundo ramos de atividade — A Tabela V apresenta o desdobramento das pessoas econômicamente ativas, segundo ramos de atividade e posição na ocupação. Corresponde, por um lado, à distribuição proporcional das pessoas classificadas em cada *ramo* de atividade, segundo as diferentes categorias de *posição;* por outro lado, à distribuição proporcional das pessoas classificadas em cada categoria de *posição*, segundo os *ramos* de atividade em que se ocupavam. Os ramos de atividade apresentados coincidem com os constantes das demais tabelas elaboradas para fins desta exposição. Dada a reduzida participação da mão-de-obra feminina, as cifras percentuais referem-se aos resultados globais para as pessoas dos dois sexos.

No conjunto da população econômicamente ativa de Brasília, a participação de pessoas empregadas atingiu nível muito elevado (da ordem de 84,9%). A fração restante era formada, em considerável maioria, de trabalhadores por própria conta (11,0% do total). Empregadores e membros da família não alcançavam, reunidos, 4%. Esta distribuição reflete a influência da indústria da construção, em que a quota de empregados alcançou um dos mais altos escalões. Fôssem preponderantes, por exemplo, as atividades agropecuárias ou a prestação de serviços, outros seriam os quocientes médios.

V — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA, PELA POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO, SEGUNDO O RAMO DE ATIVIDADE

RAMO DE ATIVIDADE	TOTAL	POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO									
		Empregados	Trabalhadores por própria conta	Empregadores	Membros da família e outras	Sem declaração	Empregados	Trabalhadores por própria conta	Empregadores	Membros da família e outras	Sem declaração
PESSOAS ECONÔMICAMENTE ATIVAS	**100,0**	**84,9**	**11,0**	**2,1**	**1,9**	**0,1**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**	**100,0**
Atividades agropecuárias (1)	100,0	39,5	37,4	5,7	17,4	0,0	3,0	22,2	18,0	59,3	2,2
Extração mineral	100,0	88,5	5,9	4,7	0,9	—	4,8	2,4	10,4	2,2	—
Indústrias de transformação	100,0	79,0	10,2	8,4	2,4	—	3,1	3,1	13,5	4,1	—
Indústrias de construção	100,0	98,5	1,3	0,1	0,1	—	63,0	6,4	6,5	2,5	—
Comércio de mercadorias	100,0	40,2	45,4	9,2	5,1	0,1	2,2	19,2	20,9	12,5	2,2
Prestação de serviços	100,0	61,8	31,5	4,9	1,8	0,0	7,4	29,2	24,2	9,5	2,2
Transportes, comunicações e armazenagem	100,0	59,8	33,4	4,8	1,9	0,1	1,6	6,8	5,2	2,2	2,2
Atividades sociais (2)	100,0	77,8	13,6	0,3	8,1	0,2	1,5	2,1	0,3	7,1	2,2
Serviços administrativos (3)	100,0	99,4	0,2	0,2	0,2	—	1,8	0,0	0,1	0,1	—
Outras atividades (4)	100,0	90,0	8,6	0,2	0,1	1,1	11,6	8,6	1,0	0,4	89,0

(1) Inclusive Extração vegetal e Caça e pesca. — (2) Inclusive Profissões liberais. — (3) Serviços administrativos governamentais, Legislativo, Justiça, Defesa nacional e Segurança pública. — (4) Inclusive empregados da NOVACAP.

VI — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO COM RENDIMENTO, POR CLASSES DE RENDIMENTOS, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E O RAMO DE ATIVIDADE

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E RAMO DE ATIVIDADE	CLASSES DE RENDIMENTO (Cr$)											
	Total	Menos de 1 500	De 1 500 a menos de 3 500	De 3 500 a menos de 5 500	De 5 500 a menos de 7 500	De 7 500 a menos de 9 500	De 9 500 a menos de 14 500	De 14 500 a menos de 19 500	De 19 500 a menos de 29 500	De 29 500 a menos de 49 500	De 49 500 e mais	Sem declaração
PESSOAS ECONÔMICAMENTE ATIVAS	100	2,7	9,3	27,1	20,7	14,5	12,6	3,9	2,6	1,6	1,0	4,0
Posição na ocupação												
Empregados	100	2,4	8,0	29,0	22,4	15,7	12,7	3,2	2,0	1,0	0,3	3,3
Trabalhadores por própria conta	100	6,2	20,9	16,2	11,2	7,3	11,0	7,3	5,4	3,7	3,1	7,7
Empregadores	100	—	2,5	5,4	3,5	4,7	16,2	12,2	14,8	15,9	18,2	6,6
Ramo de atividade												
Atividades agropecuárias (1)	100	9,9	39,5	22,3	9,1	3,6	5,1	1,2	1,4	1,0	1,5	5,4
Extração mineral	100	0,5	14,2	45,0	22,5	3,4	3,4	1,1	2,9	1,3	0,8	4,9
Indústrias de transformação	100	1,7	7,0	41,7	17,6	7,4	6,3	3,1	2,1	2,5	1,4	9,2
Indústrias de construção	100	0,1	2,5	29,1	24,9	19,6	15,4	3,1	1,8	0,7	0,3	2,5
Comércio de mercadorias	100	3,1	12,6	17,1	9,0	7,7	16,7	9,5	7,0	5,4	4,9	7,0
Prestação de serviços	100	14,7	30,0	15,9	7,5	6,7	6,3	4,9	2,5	2,0	1,4	8,1
Transportes, comunicações e armazenagem	100	1,0	8,6	12,7	19,3	12,7	14,7	6,6	6,6	6,6	6,1	5,1
Atividades sociais (2)	100	1,5	7,1	18,1	12,3	17,3	10,1	8,6	7,1	6,4	5,1	6,4
Serviços administrativos (3)	100	21,7	5,4	19,3	10,0	3,9	17,8	9,3	7,1	3,9	0,7	0,9
Outras atividades (4)	100	0,2	7,9	26,9	25,7	13,1	11,2	4,9	3,6	2,0	1,0	3,5

(1) Inclusive Extração vegetal e Caça e pesca. — (2) Inclusive Profissões liberais. — (3) Serviços administrativos governamentais, Legislativo, Justiça, Defesa nacional Segurança pública. — (4) Inclusive empregados da NOVACAP.

Daí a discrepância entre a situação de Brasília e a verificada para o conjunto do País, em 1950. Os dados do último Recenseamento Geral indicaram, para as diferentes categorias de *posição*, valores que se comparam, a seguir, com os encontrados pelo Censo Experimental:

VII — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO ECONÔMICAMENTE ATIVA, SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO — 1950-1959

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	PERCENTAGENS*	
	Brasil (1950)	Brasília (1959)
Empregados	50,6	84,9
Empregadores	3,7	2,0
Trabalhadores por própria conta	28,5	10,9
Membros de família	17,0	1,9

* Relativamente ao total de pessoas econômicamente ativas.

No conjunto da população econômicamente ativa brasileira, as atividades agropecuárias predominam, sendo expressiva a contribuição das atividades de prestação de serviços. Em ambos os setores, ainda é limitada, no País, a participação de mão-de-obra assalariada.

Numa economia capitalista, a freqüência de pessoas assalariadas marca, geralmente, o estágio de capitalização que teria atingido o setor econômico para que trabalham. A concentração de capitais num determinado ramo da produção econômica dêle afasta, paulatinamente, os trabalhadores por própria conta (e seus auxiliares membros da família), ao mesmo tempo que atrai cada vez maior proporção de trabalhadores assalariados.

No Brasil, essa conexão responde pela proporção elevada de trabalhadores por própria conta e membros da família, que formam quase a metade da mão-de-obra. O pêso das atividades agropecuárias e extrativas e, secundàriamente, da prestação de serviços (no sentido restritivo da terminologia censitária) explica o fenômeno; em ambos os setores, ainda é baixa, no País, a participação de mão-de-obra assalariada. Viu-se que, em Brasília, a alta concentração de assalariados no conjunto de sua população econômicamente ativa é devida principalmente ao predomínio das atividades de construção civil — que ali apresentavam, por conseguinte, avançado estágio de capitalização (o trabalho isolado de "mestres de obras" ou pequenos empreiteiros não é comum). Dentro dessa linha de raciocínio, cabe estabelecer um paralelo entre os diferentes setores de atividade econômica, com base no desdobramento por *posição na ocupação* das pessoas nêles ocupadas. Chega-se por êsse caminho a algumas ilações de interêsse:

a) os ramos de atividade que ocupavam maiores contingentes relativos de assalariados (denotando predomínio de explorações de maior nível de capitalização) estavam vinculados à indústria (transformação, construção e mineração);

b) nas atividades agropecuárias, deviam predominar explorações de caráter familiar, o que elevava aos mais altos escalões do território a contribuição proporcional de trabalhadores por conta própria e membros da família;

c) as atividades de distribuição (comércio de mercadorias, transportes, comunicações e armazenagens, prestação de serviços) desenvolviam-se em regime pouco capitalizado, sendo conseqüentemente expressiva a participação de trabalhadores por própria conta que ocupavam.

A situação das atividades sociais, bem como dos serviços governamentais, não admite, por motivos óbvios, interpretação pertinente (as atividades sociais incluem em maior parte servidores públicos ligados ao ensino, à assistência médico-sanitária, aos serviços urbanos, etc.). Registre-se, finalmente, que entre as pessoas classificadas em "outros ramos de atividades", a maioria era constituída de empregados da NOVACAP.

RENDIMENTO INDIVIDUAL

A distribuição da população segundo níveis (individuais ou familiares) de rendimento constitui um dos elementos informativos de base para valiosos estudos. As séries numéricas derivadas têm largo emprêgo na análise econômica, além de representarem a mais objetiva escala de valores para determinadas pesquisas sociológicas. Os organismos internacionais, por conseqüência, têm-lhe atribuído grande importância, recomendando sua obtenção mesmo para os países de menor desenvolvimento econômico.

São raras e fragmentárias as estatísticas disponíveis, no Brasil, sôbre o *rendimento individual*. Nas condições atuais, os recenseamentos constituem a fonte mais adequada à obtenção de dados completos sôbre essa característica. A inclusão do tópico no Censo de Brasília representou o primeiro passo

nesse sentido. Teve, mais do que qualquer outro, caráter experimental não só pelo ineditismo da investigação como do processo pelo qual foi realizada [1].

Perquiriu-se o rendimento auferido pelas pessoas de 10 anos e mais de idade — econòmicamente ativas e não econòmicamente ativas — durante o período de um mês (o anterior ao do Censo). As pessoas desempregadas deveriam reportar-se ao último mês em que tivessem ganho qualquer rendimento. O período de referência escolhido não é o mais indicado, preferindo-se geralmente intervalo de maior duração, notadamente o de um ano. Certos tipos de rendimento normalmente não podem ser medidos pela fração correspondente a um mês, a exemplo da aplicação de capital, os correspondentes a lucros, etc. A maioria dos indivíduos, entretanto, obtem exclusivamente rendimentos derivados do trabalho, caso em que o período mensal simplifica consideràvelmente a investigação (no País, o intervalo contratual mais freqüente, para fins de percepção salarial, é o mês).

Com apoio num único quesito de fácil compreensão — "Quanto ganha, em média, por mês?" — a investigação obedeceu a critérios minuciosamente planejados, tendo em vista as diferentes modalidades de renda. Assim, determinou-se:

a) para as pessoas que auferissem rendimentos fixos (salários, ordenados e vencimentos contratuais) o registro do rendimento do último mês;

b) para as pessoas que percebessem rendimentos variáveis (honorários de profissionais liberais, comissões de venda e corretagem, pagamento pela prestação de serviços, etc.), o registro do rendimento médio mensal durante o ano anterior;

c) para as pessoas que, além de rendimentos fixos, contassem com parcelas variáveis (comerciantes com retiradas mensais e lucros anuais, etc.), o registro da parte fixa, acrescida da média mensal da parte variável obtida durante o ano anterior.

Ùnicamente os recebimentos *em dinheiro* foram considerados. Deveriam ser declinados sempre que se tratasse de: salários, ordenados e vencimentos contratuais; soldos de militares; honorários de profissionais liberais; retiradas e lucros de empresários de negócios; lucros decorrentes da compra e venda de bens; gratificações, comissões e gorjetas; participação de lucros; pensões e outros auxílios diretos institucionais; donativos particulares; rendas vitalícias, aluguéis, juros bancários, dividendo ou "royalties"; usofruto de bens. Determinados recebimentos em dinheiro, a que faltam as características de rendimento, deveriam ser omitidos, especificando-se os mais importantes: quantias recebidas em pagamento pela venda de bens; empréstimos; heranças recebidas(exclusive as quantias decorrentes do usofruto de bens); resgate de apólice de seguros ou de capitalização; ganhos de loteria ou outros jogos.

Para os produtores agropecuários, a renda total, da qual se registraria 1/12, seria obtida com base no valor das vendas de produtos agropecuários realizados no ano anterior, deduzidas as despesas de operação (isto é, os salários pagos em dinheiro e as despesas com aquisição de sementes, adubos, inseticidas e mudas, conservação e reparação de máquinas e instrumentos agrícolas, etc.).

Não se tem base segura para apreciar a fidedignidade dos resultados numéricos obtidos, que são divulgados no Quadro 16. É óbvio que, pela própria natureza, o inquérito não comporta precisão rigorosa, motivo pelo qual se tem verificado grande relutância em incluí-lo nos programas censitários. A objeção de maior pêso — que, no entanto, se revelou de pouco fundamento — apóia-se em argumento de ordem psicológica: a reação negativa dos informantes. Não se constatou tal resistência em Brasília. Mas não se pode retirar ao argumento todo o seu conteúdo, sendo possível que, por compreensível discrição dos declarantes, as informações não correspondam com inteireza à realidade.

A dissimulação intencional afetaria menos a pesquisa do que, provàvelmente, a impossibilidade de avaliar com segurança os ganhos mensais, no caso de pessoas que vivem de rendas irregulares — prestação de serviços por própria conta, comissão ou corretagem, honorários por trabalhos profissionais, lucros pela compra e venda de bens, etc. De modo geral, os trabalhadores por própria conta (inclusive profissionais liberais) deparam-se com essa dificuldade, por estarem mais sujeitos às oscilações de rendimento. O mesmo acontece aos empregadores, mormente quando têm nos lucros a principal fonte de renda.

[1] A descrição do processo de amostragem adotada consta da INTRODUÇÃO.

Não é só a *posição na ocupação* que perturba a exatidão dos dados em exame. Em alguns ramos de atividade econômica, crescem os problemas de coleta das informações. As atividades rurais (agropecuária ,extração vegetal e animal) reúnem maior número de condições desfavoráveis, a partir da complexidade dos cálculos necessários à declaração (são raras as explorações rurais, no Brasil, que contabilizam de modo adequado o respectivo movimento financeiro).

Entre as pessoas empregadas — mesmo que exerçam atividades rurais — as possibilidades de êrro involuntário de declaração ficam consideràvelmente limitadas. Por constituírem a grande maioria dos beneficiários de renda, asseguram fundamento mais sólido às informações censitárias. A fidedignidade dos resultados numéricos guarda assim manifesta conexão com a *posição* do informante, sendo maior, de modo geral, entre as pessoas *empregadas*. De forma idêntica, os dados relativos às pessoas com atividade na agropecuária e extração vegetal são menos precisos.

É indispensável a conjugação do ramo de atividade e da posição na ocupação, para a análise das estimativas censitárias sôbre, o rendimento individual. No Quadro 16, ambos os aspectos são apresentados. Nem tôdas as *posições*, no entanto, puderam ser discriminadas relativamente a cada um dos ramos de atividade. Selecionaram-se para fins de divulgação os casos em que o número de informantes na amostra igualou a, ou excedeu de 40, mínimo considerado satisfatório para assegurar significância às estimativas. Por êsse motivo, as informações referentes à posição *empregador* apenas aparecem para dois ramos de atividade, além de para o total. A falta de número significativo de informantes abrangidos pela amostra determinou, igualmente, a exclusão das pessoas não econômicamente ativas na elaboração do quadro.

A discriminação segundo ramos de atividade não significa, necessàriamente, que o rendimento registrado provenha do setor econômico em que a pessoa se ocupava. O rendimento mensal declarado incluía, além dos ganhos decorrentes da atividade habitual, aquêles por ventura auferidos em setor econômico diverso. Tem-se como certo, todavia, que na quase totalidade dos casos a renda registrada referiu-se ùnicamente ao exercício da atividade habitual.

As estimativas apresentadas contêm erros de amostragem, cujo valor é inversamente proporcional ao da estimativa: aumenta, conseqüentemente, nas classes extremas (rendimentos inferiores a Cr$ 1 500,00, por exemplo, ou superiores a Cr$ 49 500,00).

Distribuição proporcional e rendimento mediano — Os dados divulgados no Quadro 16 correspondem a estimativas de razão, obtidas pela multiplicação do número total de indivíduos enquadrados na característica considerada (ramo de atividade e posição na ocupação) pelas percentagens resultantes da distribuição das pessoas computadas pela amostra segundo classes de rendimento. Na Tabela VI, os dados do quadro são convertidos em cifras proporcionais, sujeitas a erros de amostragem de níveis variáveis.

Para o conjunto das pessoas econômicamente ativas com declaração de renda, o desdobramento por classes de rendimento conforma uma curva de rápida ascensão nas três primeiras classes, até o limite superior de Cr$ 5 500,00, moderado declínio nas classes intermediárias até o limite superior de Cr$ 14 500,00, e brusca inflexão daí para diante, até a classe final (Cr$ 49 500,00 e mais). Êsse desenho guarda notável similitude com o descrito pela curva de distribuição dos *empregados*, ou também das pessoas ocupadas na indústria de construção, que constituem, no tocante à posição na ocupação ou ao ramo de atividade, classes majoritárias.

Entre os empregados e os trabalhadores por própria conta, a distribuição por classes de rendimento mensal comporta-se de maneira diversa. A curva relativa aos empregadores, por exemplo, move-se em sentido nìtidamente ascencional, até a última classe; ao passo que, entre os trabalhadores por própria conta, tem sentido inverso, a partir da segunda classe de rendimento. O desenvolvimento da curva correspondente aos empregados também tem caráter descensional, embora denote contrastes mais acentuados. A freqüência relativa das classes de valores médios (Cr$ 3 500,00 a Cr$ 7 500,00) situa-se num elevado patamar, em flagrante oposição às demais classes de rendimento.

As variações concernentes ao desdobramento pelos ramos de atividade econômica mostram-se igualmente pronunciadas. Entre as pessoas ocupa-

das no comércio de mercadorias, o escalonamento por classe de renda mensal diverge radicalmente do relativo às pessoas ocupadas na prestação de serviços que, por sua vez, difere em todo sentido do pertinente às pessoas com atividades agropecuárias. O confronto de algumas proporções simples facilita a apreensão de tais discrepâncias. Opõem-se os ramos de atividade mais distanciados, entre si, no tocante ao *rendimento mediano:*

a) em 10 pessoas ocupadas no comércio de mercadorias, ou nos transportes, comunicações e armazenagem, 6 ganhavam mais de Cr$ 7 500,00 por mês;

b) em 10 pessoas classificadas em "Outras atividades" (servidores da NOVACAP em maioria), aproximadamente 4 ganhavam mais de Cr$ 7 500,00 por mês;

c) em 10 pessoas ocupadas na agropecuária, apenas 2 ganhavam mais de Cr$ 7 500,00 por mês.

O *rendimento mediano* é aquêle em relação ao qual há tantas pessoas com rendimento inferior quantas com rendimento superior. Corresponde a um valor central, e deve ser apreciado com restrição, sobretudo quando se refere a uma distribuição relativamente extensa, como é o caso.

A comparação entre os diferentes níveis de *rendimento mediano* revela, no tocante à posição na ocupação, que as pessoas empregadas teriam situação ligeiramente superior às pessoas que trabalham por própria conta (apesar de, entre estas últimas, mostrar-se mais equilibrada a distribuição de freqüência pelas classes de rendimento). Contrapondo-se a ambas as categorias, os empregadores denotavam situação acentuadamente melhor. Em termos relativos, o rendimento mediano dos empregadores equivalia a mais de três vêzes o dos empregados e trabalhadores por própria conta.

Quanto à distribuição segundo ramos de atividade, a gradação do rendimento mediano apontaria, para os primeiros lugares, as atividades ligadas ao comércio de mercadorias e aos transportes e comunicações, e para os últimos, as atividades vinculadas à prestação de serviços e à exploração agropecuária. Esta oposição corresponde a uma relação direta de mais de 2 para 1: as pessoas que trabalhavam no comércio de mercadorias ganhavam, em geral, mais do dôbro das ocupadas na agropecuária. A atividade de maior expressão quantitativa na mão-de-obra territorial — a indústria da construção — apresentava rendimento mediano da ordem de Cr$ 6 600,00, influindo fortemente a estimativa para o conjunto das pessoas econômicamente ativas.

10. CARACTERÍSTICAS DAS FAMÍLIAS CENSITÁRIAS

Os recenseamentos de população investigam além das características individuais, via de regra, as características dos grupamentos humanos que constituem as unidades familiais, sejam formadas por pessoas aparentadas entre si ou não. As estatísticas sôbre as unidades familiais apresentam, para certos estudos, e pesquisas, maior interêsse do que, mesmo, as informações concernentes aos indivíduos de uma população. Como unidade sociológica, econômica, demográfica, a família possui características próprias, muitas vêzes independentes das características dos indivíduos que a integram, o que lhe assegura autonomia como unidade estatística isolada.

A noção comum de família tem grande elasticidade, identificando-se ora com o grupo naturalmente constituído pela união de duas pessoas de sexo diferente e seus descendentes diretos (pai, mãe e filhos), ora com o conjunto de pessoas aparentadas entre si, ora com a linhagem ou estirpe a que se filiam as pessoas. Em qualquer caso, subentende fundamentalmente uma vinculação de parentesco.

Do ponto de vista censitário, dadas certas limitações técnicas, o conceito de família, necessàriamente menos flexível, estriba-se em vinculações decorrentes da convivência das pessoas, e só secundàriamente em laços de parentesco que possam ligá-las. Daí a expressão restritiva empregada pelo Censo Experimental para designá-la — *família censitária* — definida como o conjunto de pessoas moradoras em *domicílio* (unidade de habitação), seja particular ou coletivo (ver capítulo seguinte). Assim, para os fins do Censo, constituíram *famílias censitárias* tanto a unidade familiar (cônjuges, filhos, parentes, vivendo sob o mesmo teto), como o conjunto de moradores de um hotel, de um acampamento, etc.

De conformidade com a natureza do vínculo de convivência entre as pessoas, a *família censitária* classificou-se como:

a) *grupo familiar*, quando o elemento básico de ligação entre as pessoas fôsse o parentesco, direto ou por afinidade; compreendeu tôdas as pessoas, aparentadas entre si, que morassem habitualmente no domicílio, estivessem ou não presentes na data do Censo, e, por extensão, pensionistas e empregados domésticos moradores no domicílio;

b) *grupo convivente*, quando o vínculo de convivência fôsse mais relacionado com o interêsse comum, disciplina ou finalidade da própria instituição a que pertencessem os seus componentes — como é o caso de religiosos em conventos, hóspedes em hoteis e similares, militares em quartéis, estudantes em internatos, asilados em instituições de assistência ou de amparo, etc.

Os *grupos familiares* podem residir em domicílios coletivos, como no caso das famílias de diretores de colégios ou hospitais, famílias moradoras em hotéis, etc. Êsses *grupos familiares* foram tabulados juntamente com os residentes em domicílios particulares.

Por exceção, os *grupos conviventes* constituídos, no máximo, de 5 pessoas, habitando domicílios de natureza não especificamente coletiva (como em hotéis), foram considerados *grupos familiares;* da mesma forma, constituiu um *grupo familiar* a pessoa que vivia só em domicílio particular.

Para os estudos relacionados ao assunto, interessa principalmente o conhecimento das características dos *grupos familiares*. As tabulações que particularizam a situação dêsses grupos costumam ter tratamento mais extenso e pormenorizado, nos planos censitários. Em Brasília, a importância dos grupos familiares na constituição da população decresce consideràvelmente, dada a elevada participação de grupos conviventes formadores dos acampamentos de obras. Ademais, a constituição dos grupos familiares residentes estaria em parte afetada pelas condições de vida locais.

Nas áreas pioneiras (localidades novas), sobretudo, as famílias mais numerosas encontrariam dificuldades de acomodação, podendo ocorrer, em muitos casos, que não imigrassem com a totalidade de seus componentes.

Tais ponderações justificam o tratamento limitado da matéria, nas tabulações do Censo Experimental. Acêrca das *famílias censitárias*, apresentam-se dois quadros, referindo-se o primeiro (Quadro 17) à distribuição das *famílias censitárias* e de seus componentes segundo formassem *grupos familiares* ou *conviventes;* e o segundo (Quadro 18), à composição, segundo as relações de parentesco e o tamanho, dos grupos familiares.

Grupos familiares e grupos conviventes, nas localidades — O Quadro 17 discrimina a constituição da população das localidades segundo grupos familiares ou conviventes. Registra a quantidade de grupos familiares residentes e o número dos respectivos componentes, limitando-se, no caso dos grupos conviventes, a apresentar o número de componentes. Possibilita, dessa maneira, estabelecer-se a proporção entre o número de componentes de cada tipo de *família censitária* segundo as localidades, constantes da Tabela I:

I — DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO, POR TIPO DE FAMÍLIA CENSITÁRIA, SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	PESSOAS RESIDENTES		
	Total	Componentes de grupos familiares	Componentes de grupos conviventes
BRASÍLIA	**100,0**	**70,2**	**29,8**
Acampamentos			
Central da NOVACAP	100,0	54,9	45,1
Candangolândia	100,0	81,5	18,5
Praça dos Três Podêres	100,0	30,0	70,0
Plano Piloto — Zona Sul	100,0	31,8	68,2
Outros	100,0	56,6	43,4
Núcleos provisórios			
Bandeirante	100,0	88,9	11,1
Bananal	100,0	99,3	0,7
Núcleos estáveis			
Cidade de Planaltina	100,0	96,6	3,4
Povoado de Taguatinga	100,0	99,4	0,6
Povoado de Braslândia	100,0	100,0	—
Zona Rural	100,0	86,7	13,3

Êsses elementos numéricos têm importância fundamental para a compreensão das características individuais da população de cada localidade. A maior ou menor contribuição de componentes de grupos conviventes influencia fortemente a estrutura demográfica, ocasionando determinadas anomalias na composição por sexo, idade, estado conjugal, instrução, atividade, da população das localidades.

Os grupos conviventes estavam concentrados, em larga escala, na área de obras. Formavam mais de duas têrças partes da população residente nos Acampamentos da Praça dos Três Podêres e da Zona Sul; e quase metade das pessoas moradoras dos Acampamentos Central da NOVACAP e "Outros". Na Candangolândia, entretanto, predominavam os grupos familiares (forma sob que viviam mais de 81% de seus moradores).

Na medida em que se distancia a área de obras do Plano Pilôto, diminui a contribuição proporcional dos grupos conviventes. No Núcleo Bandeirante, apenas 11% dos habitantes viviam nessa condição, que era comum a 13% dos moradores da Zona Rural (embora vários acampamentos de emprêsas de construção nela se localizassem, na data do Censo). Os Núcleos especialmente criados para acomodação de famílias de operários — Bananal e Taguatinga — detinham, como era de esperar, parcela numèricamente desprezível de moradores em grupos conviventes (menos de 1%, em ambos os casos).

Os grupos familiares dominavam nas localidades antigas. Em Planaltina, apenas 3% dos habitantes viviam em grupos conviventes, enquanto que em Braslândia não se registraram pessoas vivendo em grupos conviventes.

No Quadro 17, classificam-se os grupos familiares como *únicos* ou *coabitantes*. Na primeira categoria figuram os grupos familiares que residiam, isoladamente, em um domicílio particular; na segunda, enquadram-se os grupos familiares que compartilhavam com um ou dois outros grupos familiares o mesmo domicílio particular, ou os que habitavam domicílios coletivos (famílias residentes em hotéis, pensões, etc.).

Composição e tamanho dos grupos familiares — A composição dos grupos familiares, segundo laços de parentesco ou vinculação doméstica entre seus componentes consta do Quadro 18, combinada com o respectivo tamanho (número de pessoas componentes).

A relação de parentesco ou subordinação doméstica entre cada componente do grupo familiar e o respectivo chefe é discriminada, para os parentes, da seguinte forma: cônjuge (pessoa que vivia conjugalmente com o chefe), filhos e enteados (inclusive adotivos), netos, pais e sogros, e outros parentes. Os membros do grupo familiar não aparen-

tados com o chefe figuram sob as seguintes condições:

Agregado — pessoa que reside habitualmente no domicílio, sem ser parente do Chefe, nem *pensionista* ou *empregado;*

Pensionista — pessoa que, sem ser parente, reside habitualmente no domicílio, pagando pensão;

Empregado — pessoa que presta serviços domésticos remunerados aos moradores do domicílio, nêle residindo habitualmente.

O *tamanho* dos grupos familiares corresponde ao número de componentes (parentes e não parentes), e se distribui em classes singulares, a partir de 1 pessoa até 20 pessoas, destacando-se um caso de 43 componentes — clã de origem cigana radicada nas cercanias do Núcleo Bandeirante.

Os dados numéricos do quadro permitem calcular o tamanho mediano dos grupos familiares residentes em Brasília, equivalente a 3,8 componentes. Vale dizer, portanto, que a metade dos grupos familiares radicados no território do futuro Distrito Federal contavam menos de 4 pessoas.

Pode-se, pelos dados do Quadro 18, obter também o tamanho médio dos grupos familiares, que se elevava a 4,8 componentes. A média nacional, calculada com base nos resultados do Recenseamento Geral de 1950, ascendia a 5,1. Pode-se ver, pois, que a família média, em Brasília, era constituída por menor número de componentes — o que se concilia com as observações inicialmente formuladas, no tocante a constituição dos grupos familiares radicados no território, até a data do Censo Experimental.

11. CARACTERÍSTICAS DOS DOMICÍLIOS

O Censo de Habitação tem por finalidade o conhecimento das condições de moradia da população. Êsse aspecto específico do levantamento censitário cinge a investigação à unidade habitacional *(domicílio,* na terminologia censitária), nitidamente distinta da unidade predial, não obstante a natural vinculação que as interrelaciona.

O *domicílio* foi definido nos têrmos que se seguem: local ou recinto estruturalmente independente, que serve de moradia a famílias censitárias, formado por um conjunto de cômodos, ou por um cômodo só, com entrada independente, dando para logradouro ou terreno de uso público ou para local de uso comum a mais de um domicílio. Por extensão, considerou-se *domicílio* o local ou recinto que embora não atendesse a tais características, servisse de moradia, na data do Censo, a pessoas ou famílias (prédios em construção, marquises, veículos, barracas, tendas, grutas, pontes, galerias, etc.).

Os domicílios fechados, na data do Censo, mesmo que servissem ocasionalmente de residência (domicílios de veraneio, por exemplo) não deveriam ser computados. Relativamente às famílias que possuíam mais de um domicílio, ambos habitualmente ocupados, apenas seria registrado aquêle em que se encontrava a maior parte dos membros da família na data do Censo.

Levantaram-se, pelo Censo Experimental, as principais características físicas dos domicílios, como o tipo de construção, as instalações para abastecimento d'água e sanitárias, o tipo de iluminação e o número de peças (em geral e que servissem de dormitório). Obtiveram-se, ao mesmo tempo, informações concernentes a determinadas características vinculadas às condições domésticas dos domicílios particulares, como a condição de ocupação, o aluguel mensal, a existência de determinadas utilidades. Com exceção dos dados sôbre número de peças, as demais características pesquisadas constam dos quadros divulgados nesta publicação.

As características habitacionais apuradas pelo Censo Experimental têm significação muito limitada. Salvo a Cidade de Planaltina, parte da Zona Rural (inclusive o Povoado de Brasilândia) e o conjunto definitivo da Fundação da Casa Popular, Brasília era na data do Censo um vasto acampamento destinado a abrigar, em caráter provisório, uma população dedicada à construção da cidade definitiva, que será inaugurada em abril de 1960. O próprio Povoado de Taguatinga, de existência estável, ainda contava com grande número de habitações rústicas.

A transitoriedade da maior parte das habitações torna compreensível o fato, demonstrado pelos números censitários, de apresentarem condições médias de confôrto pouco satisfatórias. Por outro lado, na data do Censo, os serviços públicos ainda não estavam organizados em escala compatível com a expansão do povoamento — embora estivesse em fase adiantada a captação e canalização de água, e a rêde de esgotos sanitários. A iluminação elétrica dependia em sua quase totalidade de grupos geradores, difundidos sobretudo na área de obras e adjacências (Brasília contará com energia elétrica derivada do aproveitamento da Cachoeira do Paranoá, devendo também receber parte da energia gerada pelo sistema da Cachoeira Dourada, cujas linhas de transmissão, na data do Censo Experimental, não haviam ainda alcançado seu território).

Características investigadas e classificações — Desdobraram-se os domicílios em dois *gêneros,* segundo a natureza das famílias censitárias que os habitavam: *particulares,* quando serviam de moradia, no máximo, a três grupos familiares; e *coletivos,* quando serviam de moradia a mais de três grupos familiares, a grupos conviventes ou, simultâneamente, a grupos familiares e grupos conviventes, bem como aquêles que, por sua finalidade assim se caracterizavam (como os hotéis e pensões) mesmo que não atendessem às condições antes mencionadas.

Consoante a estrutura ou natureza do local em que se encontravam, classificaram-se os domicílios nos seguintes *tipos:* a) *duráveis,* quando localizados em prédios em cuja construção predominassem paredes de tijolo, pedra, adôbe ou madeira preparada; cobertura de telha (barro, amianto, madeira, zinco, etc.) ou laje de concreto; piso de madeira, cimento, ladrilho ou mosaico; b) *rústicos,* quando localizados em prédios em cuja construção predominassem paredes de taipa, sapé, palha, madeira não aparelhada, material de vasilhame usado; piso de terra

batida; c) *outros tipos,* não enquadrados nas categorias anteriores (prédios em construção, veículos, tendas, barracas, lugares improvisados sob pontes, galerias, etc.).

A classificação segundo a *condição de ocupação* considera a forma sob a qual o grupo familiar morador detém a posse do prédio, ou parte do prédio, definidos como domicílio, admitindo as categorias: *próprio,* para o domicílio pertencente ao grupo familiar morador; *alugado,* quando o grupo familiar residente pagasse aluguel; e *outra condição,* quando o grupo familiar ocupasse o domicílio sem título regular de posse. Para os domicílios alugados, investigou-se o valor do aluguel mensal, com base no mês de abril de 1959.

Discriminaram-se as seguintes situações, no tocante à forma do *abastecimento d'água:*

1. *Rêde geral:*
   a) *Com canalização interna* — quando houvesse canalização d'água dentro do domicílio, ligada a uma rêde geral;
   b) *Com canalização externa* — quando houvesse canalização d'água ligada à rêde geral, sem distribuição dentro do domicílio.
2. *Poço, cisterna ou nascente:*
   a) *Com canalização interna* — quando houvesse canalização d'água dentro do domicílio, ligada a poço, cisterna ou nascente;
   b) *Sem canalização* — quando o domicílio fôsse servido por poço, cisterna ou nascente, sem canalização para o interior.
3. *Outra forma* — em qualquer outro caso.

Quanto à forma de *iluminação,* deu-se destaque, apenas, aos domicílios que dispunham de luz elétrica.

Investigou-se a existência, ou não, de instalação sanitária para uso privativo do domicílio, discriminada, segundo o tipo de escoadouro, da forma seguinte:

a) *Rêde de esgôto* — quando o aparelho sanitário estivesse ligado a uma rêde coletora geral;
b) *Fossa asséptica* — quando o aparelho sanitário estivesse ligado a êsse tipo de fossa, mesmo que servisse a mais de um domicílio;
c) *Fossa rudimentar* — quando, não possuindo o domicílio aparelho sanitário, fôsse servido por fossa rústica ("fossa negra", poço, buraco, etc.);
d) *Outro escoadouro* — quando a instalação estivesse diretamente ligada a um escoadouro natural (rio, lago, etc.).

O *fogão* foi classificado de conformidade com o tipo de combustível predominantemente utilizado. Os fogareiros a álcool ou carvão, não foram considerados.

Investigou-se a existência, no domicílio particular, das seguintes *utilidades domésticas:*

a) *Máquina de costura,* de qualquer tipo;
b) *Rádio* (*aparelho de rádio-receptor*), de corrente ou de pilha;
c) *Geladeira* (elétrica ou a querosene, exclusive as chamadas "geladeiras a gêlo").

Tipo e condição de ocupação dos domicílios particulares — Registraram-se em Brasília, na data do Censo Experimental, 9 032 *domicílios particulares*. No Quadro I desta série, êsses domicílios particulares acham-se classificados segundo o *tipo* da construção, indicando-se em cada caso o número de unidades domiciliares e dos respectivos moradores. A classificação pelo *tipo* corresponde, em princípio, a uma gradação de valor — que não deve ser interpretada rìgidamente no caso em exame. Em Brasília, as peculiaridades do povoamento retiram-lhe parte do significado.

De modo geral a proporção entre domicílios duráveis e rústicos é influenciada pelo caráter estável ou transitório das localidades, podendo mesmo, relacionar-se ao padrão de vida dominante entre as famílias nelas residentes. Quando ambos êsses fatôres convergem numa direção, extrema-se a importância relativa de um ou do outro tipo. É o que acontece, de um lado, com a Zona Sul do Plano Piloto — em que mais de 92% dos domicílios particulares foram classificados como duráveis (Tabela I); e do outro, com o Núcleo Bananal — em que menos de 10%, apenas, dos domicílios particulares foram classificados como duráveis. Na pri-

meira localidade, que inclui o conjunto residencial definitivo da Fundação da Casa Popular, os grupos familiares residentes eram constituídos quase exclusivamente por famílias de técnicos e funcionários administrativos das organizações construtoras; a segunda, edificada em terrenos que serão submersos pelas águas do lago artificial, era habitada por grupos familiares de recursos muito modestos.

1 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES, POR TIPO DE CONSTRUÇÃO, SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	DOMICÍLIOS PARTICULARES			
	Totais	Tipo da construção		
		Duráveis	Rústicos	Outros
BRASÍLIA	**100,0**	**46,0**	**44,5**	**9,5**
Acampamentos				
Central da NOVACAP	100,0	64,6	30,8	4,6
Candangolândia	100,0	22,1	55,0	22,9
Praça dos Três Poderes	100,0	32,4	64,1	3,5
Plano Pilôto — Zona Sul	100,0	92,2	6,1	1,7
Outros	100,0	63,3	22,0	14,7
Núcleos provisórios				
Bandeirante	100,0	68,2	21,4	10,4
Bananal	100,0	9,8	81,8	8,4
Núcleos estáveis				
Cidade de Planaltina	100,0	77,6	22,1	0,3
Povoado de Taguatinga	100,0	35,5	59,9	4,6
Povoado de Braslândia	100,0	62,1	33,3	4,5
Zona rural	100,0	28,1	58,3	13,6

Os domicílios particulares duráveis e rústicos são distribuídos, no Quadro 2, segundo a *condição de ocupação*, que não oferece elementos conclusivos de grande alcance, no caso de Brasília. A maior parte das habitações dos acampamentos pertence à NOVACAP ou às emprêsas de construção. Trata-se de unidades domiciliares cedidas gratuitamente para moradia de empregados, e pois, classificadas em *outras condições*. Daí, a preeminência dessa categoria nos acampamentos do Plano Pilôto.

No conjunto do território, predominaram os domicílios próprios. De acôrdo com o critério adotado pelo Censo não se indagou sôbre a propriedade do terreno no qual se localizavam os domicílios, o que explica a importância dos domicílios *próprios* nos Núcleos Bananal (mais de 88%) e Bandeirante (36%), cujo domínio fundiário é da NOVACAP. A relativa autonomia da chamada Cidade Livre, centro comercial de Brasília, gerou condições favoráveis à locação imobiliária: os concessionários dos lotes comerciais dispõem via de regra de unidades de moradia, nos fundos das lojas, que ocupam com as famílias, ou alugam.

Os domicílios *alugados*, aliás, constituíam maioria no Núcleo Bandeirante (51,3% do total). Representavam, no conjunto dos domicílios particulares do território, mais de metade dos classificados nessa condição de ocupação. A locação de imóveis tem, na localidade, relativa expressão econômica, como se pode verificar pelos níveis de aluguéis mensais declarados no Quadro 2.

Instalações existentes nos domicílios particulares – No Quadro 3, distribuem-se os domicílios particulares duráveis e rústicos segundo as *instalações* de que dispunham. A Tabela II traduz em números relativos as informações do quadro.

No tocante ao abastecimento d'água, procurou-se conhecer se os domicílios dispunham, ou não, de distribuição interna oriunda da rêde geral, poço, cisterna, nascente ou outra fonte. Daí as duas classificações básicas – *Com canalização interna* e *sem canalização interna*. No grupo *outras formas*, reúnem-se os domicílios não servidos d'água encanada nem de qualquer outra fonte de abastecimento para uso privativo.

Essa forma simplificada de apresentação dos dados permite o escalonamento dos domicílios em níveis definidos, que dariam primária idéia acêrca das condições de higiene dos domicílios particulares do futuro Distrito Federal. Os resultados obtidos retratam uma situação de carência que tende a desaparecer com a edificação da cidade. A situação dos domicílios *com canalização interna*, correspondia a 22% (média territorial); a quota de maior expressão (44%) referia-se aos domicílios que não dispunham de fontes privativas de abastecimento ou seja, água oriunda de poços e bicas públicas, rios, córregos, etc.

Os dados relativos às instalações sanitárias complementam as informações proporcionadas pela pesquisa concernente à forma de abastecimento d'água: 22% dos domicílios particulares dispunham de aparelhos sanitários ligados a fossas assépticas, ao passo que aproximadamente 42% não dispunham de tais instalações.

As condições sanitárias dos domicílios recenseados variavam fortemente, conforme a localidade. Poderiam qualificar-se de boas a quase totalidade das moradias particulares existentes na Zona Sul do Plano Pilôto (97% servidas com aparelho sanitário privativo, e 94% com água encanada no interior), o que não se verifica na maioria dos domicílios registrados no Núcleo Bananal (28% com fonte privati-

II – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES DURÁVEIS E RÚSTICOS, COM DISCRIMINAÇÃO DAS INSTALAÇÕES EXISTENTES, SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	TOTAL GERAL	ABASTECIMENTO D'ÁGUA			INSTALAÇÃO SANITÁRIA			ILUMINAÇÃO ELÉTRICA	
		Com canalização interna *	Sem canalização interna *	Outra forma	Fossa asséptica	Outros escoadouros	Não tem	Tem	Não tem
BRASÍLIA	**100,0**	**22,2**	**33,7**	**44,1**	**22,2**	**35,4**	**42,4**	**37,0**	**63,0**
Acampamentos									
Central da NOVACAP	100,0	47,6	28,2	24,2	43,6	26,6	29,8	71,8	28,2
Candangolândia	100,0	20,1	67,7	12,2	15,8	71,0	13,2	87,8	12,2
Praça dos Três Poderes	100,0	66,3	14,6	19,1	69,7	10,3	20,0	76,6	23,4
Plano Pilôto — Zona Sul	100,0	94,1	5,9	0,0	93,3	3,6	3,1	97,3	2,7
Outros	100,0	36,0	31,9	32,1	24,6	40,3	35,1	68,3	31,7
Núcleos provisórios									
Bandeirante	100,0	21,4	44,5	34,1	25,6	47,8	26,6	45,7	54,3
Bananal	100,0	0,1	28,1	71,8	0,6	32,3	67,1	5,0	95,0
Núcleos estáveis									
Cidade de Planaltina	100,0	3,2	64,5	32,3	0,8	69,3	29,9	14,1	85,9
Povoado de Taguatinga	100,0	2,8	61,4	35,8	3,3	73,9	22,8	11,1	88,9
Povoado de Braslândia	100,0	—	41,3	58,7	—	61,9	38,1	—	100,0
Zona rural	**100,0**	**3,3**	**19,3**	**77,4**	**2,3**	**12,7**	**85,0**	**9,0**	**91,0**

* Procedente de rêde geral, ou de poço, cisterna ou nascente.

va de abastecimento d'água, e 33% com aparelho sanitário privativo) e na Zona Rural (com respectivamente 3,3% e 15%). As demais localidades apresentavam em média condições sanitárias regulares, assinaladas de modo geral pelo predomínio numérico dos domicílios que embora sem canalização interna, dispunham de fonte privativa de abastecimento d'água, bem como de aparelho sanitário.

A iluminação elétrica estava pouco difundida no território da futura Capital Federal. Em conjunto, alcançaria apenas 37% dos domicílios particulares recenseados — concentrando-se, como era de esperar, nas áreas vinculadas, direta ou indiretamente, às obras de construções da cidade. Mais uma vez, a situação da Zona Sul do Plano Pilôto ressalta dentre tôdas as localidades. E como em várias situações analisadas, na extremidade inferior da escala situava-se o Núcleo Bananal, onde sòmente 5% das moradias particulares dispunham de luz elétrica. O último lugar em tal gradação de valores cabia ao Povoado de Braslândia, onde nenhum domicílio era servido de luz elétrica.

Divulgam-se no Quadro 3 os resultados da investigação relativa ao fogão — que assinalam a dominância do tipo de combustível mais rudimentar, a lenha, em quase tôdas as localidades de Brasília. Já é significativa a quota dos domicílios que dispunham de fogão a gás — equivalente a perto de 15% do total de domicílios particulares do território, e a mais de 73% dos registrados na Zona Sul do Plano Pilôto.

Utilidades domésticas existentes nos domicílios particulares — A Tabela III reproduz, em números relativos, as cifras constantes do Quadro 3 referentes às *utilidades* existentes nos domicílios particulares que foram objeto de investigação pelo Censo Experimental. Observe-se que o levantamento consigna simplesmente o número de domicílios em que havia a utilidade pesquisada, e não a quantidade dêsse utensílio. O domicílio que possuísse dois ou mais aparelhos rádio-receptores foi contado apenas uma vez.

III – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES DURÁVEIS E RÚSTICOS, COM DISCRIMINAÇÃO DAS UTILIDADES EXISTENTES, SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	MÁQUINA DE COSTURA	APARELHO DE RÁDIO	GELADEIRA
BRASÍLIA	**34,4**	**26,9**	**6,4**
Acampamentos			
Central da NOVACAP	52,4	55,6	14,5
Candangolândia	52,4	55,1	2,3
Praça dos Três Poderes	39,4	50,3	11,0
Plano Pilôto — Zona Sul	49,0	76,8	30,5
Outros	38,9	42,3	8,6
Núcleos provisórios			
Bandeirante	41,8	30,7	6,8
Bananal	19,4	5,5	1,2
Núcleos estáveis			
Cidade de Planaltina	44,8	19,2	1,6
Povoado de Taguatinga	34,2	12,2	1,1
Povoado de Braslândia	38,1	9,5	—
Zona rural	**21,4**	**6,7**	**0,9**

A pesquisa contribui, juntamente com as informações concernentes às instalações disponíveis, para apreciação do padrão de vida das famílias moradoras no território e em cada uma das localidades consideradas pelo Censo. Confirma, de modo geral, as conclusões derivadas dos resultados referentes ao tipo de abastecimento d'água, das instalações sanitárias e da iluminação.

Quanto a geladeira, sua presença mostrou-se rara nos lares recenseados em Brasília: apenas 1 em 16 domicílios particulares dispunha de aparelho de refrigeração. Na Zona Rural, por exemplo, a relação entre domicílios com e sem geladeira era de 1 para 113; em Taguatinga, de 1 para 89; em Bananal, de 1 para 81; em Planaltina, de 1 para 62; etc. Neste quadro de generalizada carência, realça a situação da Zona Sul do Plano Pilôto, em que a cada domicílio com geladeira contrapunham-se apenas 2 sem geladeira.

Também na Zona Sul do Plano Pilôto verificou-se a freqüência mais elevada de domicílios com aparelhos rádio-receptores — perto de 77%, contra 27%, média territorial. Os aparelhos de rádio tinham, como se vê, bem maior difusão do que as geladeiras, nos domicílios particulares do território. A média de 1 residência com rádio sôbre 4 domicílios recenseados é quatro vèzes superior à correspondente aos domicílios possuidores de refrigerador.

Das três utilidades domésticas selecionadas pelo Censo, a máquina de costura tem uso mais generalizado entre as famílias radicadas no território. Mais de têrça parte dos domicílios particulares recenseados dispunham dêsse utensílio, presente em mais de metade dos lares localizados na Candangolândia e no Acampamento Central da NOVACAP, e quase metade das moradias particulares da Zona Sul do Plano Pilôto. Mesmo no Núcleo Bananal, a proporção de domicílios com máquina de costura não discrepava de forma acentuada da média territorial.

QUADROS

CENSO DA POPULAÇÃO

Características individuais

1. POPULAÇÃO RESIDENTE E POPULAÇÃO PRESENTE, POR SEXO

LOCALIDADES	POPULAÇÃO RESIDENTE							POPULAÇÃO PRESENTE				
	Totais			Moradores presentes		Moradores ausentes		Totais*			Não moradores presentes	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
BRASÍLIA	**64 314**	**42 332**	**21 982**	**41 725**	**21 542**	**607**	**440**	**64 261**	**42 380**	**21 881**	**655**	**339**
Acampamentos												
Central da NOVACAP	1 318	869	449	861	438	8	11	1 360	909	451	48	13
Candangolândia	2 868	1 728	1 140	1 690	1 108	38	32	2 855	1 713	1 142	23	34
Praça dos Três Podêres	7 064	5 987	1 077	5 970	1 065	17	12	7 278	6 181	1 097	211	32
Plano Pilôto — Zona Sul	11 007	9 247	1 760	9 140	1 681	107	79	10 921	9 192	1 729	52	48
Outros	5 763	4 213	1 550	4 178	1 532	35	18	5 761	4 196	1 565	18	33
Núcleos provisórios												
Bandeirante	11 565	6 478	5 087	6 309	4 972	169	115	11 569	6 501	5 068	192	96
Bananal	6 196	3 288	2 908	3 223	2 853	65	55	6 117	3 244	2 873	21	20
Núcleos estáveis												
Cidade de Planaltina	2 245	1 080	1 165	1 025	1 131	55	34	2 221	1 072	1 149	47	18
Povoado de Taguatinga	3 677	1 905	1 772	1 857	1 734	48	38	3 628	1 873	1 755	16	21
Povoado de Brasilândia	355	187	168	180	164	7	4	345	180	165	—	1
Zona rural	**12 256**	**7 350**	**4 906**	**7 292**	**4 864**	**58**	**42**	**12 206**	**7 319**	**4 887**	**27**	**23**

* Inclusive os não moradores presentes.

2. IDADE, POR SEXO

N.º de ordem	IDADE	BRASÍLIA			LOCALIDADES									
					Acampamentos									
					Central da NOVACAP		Candangolândia		Praça dos Três Poderes		Plano Piloto–Zona Sul		Outros	
		Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	*TOTAIS*	64 314	42 332	21 982	863	449	1 728	1 140	5 987	1 077	9 247	1 760	4 213	1 550
2	Menos de 1 ano	1 905	952	953	21	24	58	57	49	58	69	80	87	86
3	1 ano	1 462	747	715	10	7	53	44	33	60	48	61	62	53
4	2 anos	1 699	861	838	10	18	57	43	56	47	68	65	78	71
5	3 anos	1 726	897	829	12	22	42	54	52	54	58	55	78	61
6	4 anos	1 611	808	803	17	13	55	41	43	46	61	51	61	69
7	5 anos	1 421	711	710	12	11	48	40	31	46	58	46	51	53
8	6 anos	1 347	694	653	7	15	44	47	37	27	42	38	58	51
9	7 anos	1 294	633	661	8	10	33	43	32	26	40	36	37	55
10	8 anos	1 173	636	537	8	5	36	48	20	12	43	40	46	26
11	9 anos	1 000	536	464	8	5	30	34	22	25	32	28	25	24
12	10 anos	1 080	563	517	12	11	26	32	23	17	28	42	31	37
13	11 anos	861	430	431	2	7	33	17	19	15	26	29	29	21
14	12 anos	1 055	534	521	8	8	20	33	19	20	29	43	25	31
15	13 anos	786	399	387	7	8	29	20	12	13	22	27	22	27
16	14 anos	851	438	413	4	5	21	20	14	9	34	28	28	26
17	15 anos	773	395	378	3	5	16	11	13	17	36	38	18	24
18	16 anos	941	438	503	7	12	19	19	21	14	40	32	30	35
19	17 anos	996	529	467	13	9	27	20	40	20	66	48	41	33
20	18 anos	2 110	1 530	580	21	12	49	28	286	21	449	51	159	48
21	19 anos	2 313	1 776	537	40	15	78	24	405	32	555	32	215	40
22	20 anos	2 477	1 842	635	43	13	56	26	426	31	575	45	214	43
23	21 anos	2 178	1 774	404	57	10	54	23	424	20	526	35	231	27
24	22 anos	2 609	2 029	580	66	18	89	18	441	21	571	45	260	46
25	23 anos	2 699	2 055	644	59	20	67	30	409	29	646	49	266	57
26	24 anos	1 795	1 315	480	43	13	45	21	266	26	408	49	150	42
27	25 anos	2 065	1 531	534	27	19	47	20	282	32	419	44	183	50
28	26 anos	1 843	1 332	511	34	13	55	28	213	39	386	50	151	39
29	27 anos	1 484	1 078	406	32	7	41	26	184	28	282	40	140	31
30	28 anos	1 870	1 352	518	32	11	38	22	267	33	377	53	123	45
31	29 anos	1 352	1 044	308	22	9	31	15	191	21	319	32	126	24
32	30 anos	1 699	1 198	501	27	8	42	26	165	23	333	60	151	27
33	31 anos	898	677	221	14	1	17	15	115	14	209	25	76	8
34	32 anos	1 235	918	317	24	7	26	15	136	16	234	38	93	11
35	33 anos	1 068	796	272	11	8	27	9	133	15	196	28	89	17
36	34 anos	909	686	223	10	7	17	20	111	5	195	24	55	14
37	35 anos	1 048	737	311	15	3	24	8	102	29	175	21	74	16
38	36 anos	941	664	277	11	6	26	8	108	19	141	22	79	20
39	37 anos	626	459	167	13	2	15	4	72	6	112	16	47	13
40	38 anos	898	625	273	11	5	19	10	97	11	133	19	64	19
41	39 anos	648	465	183	8	2	18	11	57	8	118	12	36	12
42	40 anos	913	632	281	9	3	25	14	76	6	131	22	54	14
43	41 anos	378	283	95	3	3	15	5	34	4	89	12	27	2
44	42 anos	563	407	156	8	4	13	11	58	5	79	13	43	6
45	43 anos	463	343	120	6	5	14	10	37	—	92	11	24	7
46	44 anos	466	346	120	4	2	13	3	41	4	82	13	21	4
47	45 anos	538	377	161	—	2	11	6	41	9	77	13	42	11
48	46 anos	405	294	111	5	2	13	4	30	2	68	4	24	5
49	47 anos	312	228	84	2	4	11	5	27	4	51	4	10	4
50	48 anos	456	316	140	1	4	16	5	35	3	76	11	21	8
51	49 anos	265	188	77	8	—	10	4	21	2	35	6	7	5

2. IDADE, POR SEXO

LOCALIDADES												N.º de ordem
Núcleos provisórios				Núcleos estáveis						Zona rural		
Bandeirante		Banânal		Cidade de Planaltina		Povoado de Taguatinga		Povoado de Brasília				
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
6 478	**5 087**	**3 288**	**2 908**	**1 080**	**1 165**	**1 905**	**1 772**	**187**	**168**	**7 350**	**4 906**	1
189	159	156	152	37	32	81	94	6	3	199	208	2
156	132	116	96	20	21	67	77	9	4	173	160	3
162	161	130	132	37	31	68	74	7	5	188	191	4
188	152	118	121	27	29	90	77	8	2	224	202	5
144	154	107	126	38	34	68	81	9	8	205	180	6
151	123	77	106	32	30	68	65	4	5	179	185	7
134	131	110	83	30	34	52	67	5	7	175	153	8
134	126	96	96	37	31	61	63	10	5	145	170	9
114	97	80	76	45	39	65	48	6	5	173	141	10
126	94	74	62	33	34	52	44	4	7	130	107	11
116	104	75	61	41	28	53	39	5	9	153	137	12
99	99	53	55	33	41	40	46	1	5	95	96	13
107	118	80	62	35	39	46	38	10	10	155	119	14
101	86	35	46	35	33	35	31	1	2	100	94	15
113	100	47	46	28	38	22	34	6	5	121	102	16
104	88	34	46	17	30	24	25	10	1	120	93	17
108	129	40	65	24	35	25	29	2	3	122	130	18
130	126	28	57	30	30	24	34	5	2	125	88	19
149	170	67	52	28	34	29	33	6	4	287	127	20
149	166	73	65	19	30	32	25	2	2	208	106	21
160	192	72	73	18	24	25	37	4	4	249	147	22
186	139	44	51	21	16	25	22	3	—	203	61	23
197	175	78	80	14	29	42	40	—	3	271	105	24
203	170	75	104	22	26	38	38	3	2	267	119	25
130	141	65	68	12	17	26	23	1	4	169	76	26
197	116	101	65	15	19	37	42	1	5	222	122	27
183	104	72	73	18	19	38	48	2	2	180	96	28
149	102	59	58	10	17	27	39	2	—	152	58	29
173	126	84	73	14	17	39	40	5	1	200	97	30
145	85	66	38	8	12	27	20	1	2	108	50	31
171	122	82	61	14	13	43	43	3	4	197	114	32
90	50	36	29	7	12	21	18	1	2	91	47	33
146	78	79	46	8	15	30	27	3	3	139	61	34
119	83	59	27	9	9	46	22	1	1	106	53	35
85	55	68	32	12	7	44	18	2	4	87	37	36
117	85	63	40	14	9	33	21	5	1	115	78	37
88	67	58	32	12	25	32	23	1	1	108	54	38
77	49	34	21	11	14	20	15	—	1	58	26	39
112	68	47	37	14	7	30	28	1	4	97	65	40
84	46	37	30	9	10	26	16	—	—	72	36	41
101	59	58	38	20	22	18	15	1	4	139	84	42
49	25	12	16	8	6	14	6	2	—	30	16	43
82	40	34	17	7	8	14	10	2	1	67	41	44
77	28	30	14	6	12	10	9	1	—	46	24	45
59	34	28	17	14	7	18	8	1	5	65	23	46
66	31	38	25	11	7	20	9	2	1	69	47	47
53	32	29	14	8	10	17	10	1	2	46	26	48
49	16	21	7	8	6	13	11	—	1	36	22	49
51	33	22	15	10	12	18	14	3	2	63	33	50
39	26	17	7	7	2	10	8	3	—	31	17	51

2. IDADE, POR SEXO

N.º de ordem	IDADE	BRASÍLIA			LOCALIDADES									
					Acampamentos									
					Central da NOVACAP		Candangolândia		Praça dos Três Podêres		Plano Piloto-Zona Sul		Outros	
		Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
52	50 anos	382	239	143	5	1	6	10	18	2	45	9	19	5
53	51 anos	152	117	35	3	1	5	1	21	—	30	3	8	4
54	52 anos	267	190	77	3	1	3	3	20	4	40	7	25	3
55	53 anos	171	119	52	2	1	5	3	19	2	23	1	10	2
56	54 anos	185	136	49	2	2	5	2	14	2	26	3	10	1
57	55 anos	196	128	68	5	—	3	2	16	2	21	5	15	5
58	56 anos	160	114	46	1	—	2	2	12	2	22	8	7	6
59	57 anos	88	63	25	1	—	4	1	6	1	12	1	3	2
60	58 anos	167	106	61	—	2	7	3	7	1	14	7	7	5
61	59 anos	109	75	34	2	1	—	3	3	—	17	4	10	4
62	60 anos	146	79	67	—	3	5	—	1	3	6	—	6	1
63	61 anos	38	32	6	1	1	—	1	3	—	6	—	—	—
64	62 anos	75	52	23	—	—	2	2	3	1	8	3	2	2
65	63 anos	55	36	19	—	—	2	3	1	2	5	—	3	3
66	64 anos	42	27	15	2	—	1	—	1	2	4	2	3	—
67	65 anos	62	28	34	—	—	2	1	—	—	4	1	3	2
68	66 anos	32	16	16	—	—	—	1	—	1	—	1	—	—
69	67 anos	21	12	9	—	—	1	—	—	—	1	1	1	—
70	68 anos	34	15	19	1	1	—	—	—	—	—	—	3	1
71	69 anos	13	7	6	—	—	—	—	—	—	2	—	—	2
72	70 anos	60	28	32	—	1	—	1	2	—	1	5	1	1
73	71 anos	12	10	2	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
74	72 anos	19	5	14	—	—	—	—	1	1	—	2	—	1
75	73 anos	14	5	9	—	—	—	1	—	1	—	—	1	—
76	74 anos	8	4	4	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
77	75 anos	18	9	9	1	—	—	—	—	1	1	—	—	—
78	76 anos	8	2	6	—	—	—	1	—	—	—	1	—	—
79	77 anos	5	3	2	—	—	—	—	—	—	1	—	1	—
80	78 anos	12	7	5	1	1	—	—	1	—	—	—	—	—
81	79 anos	6	2	4	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—
82	80 anos	16	8	8	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—
83	81 anos	3	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
84	82 anos	2	—	2	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—
85	83 anos	3	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
86	84 anos	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
87	85 anos	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
88	86 anos	2	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
89	87 anos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
90	88 anos	2	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
91	89 anos	3	2	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
92	90 anos	5	2	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
93	91 anos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
94	92 anos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
95	93 anos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
96	94 anos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
97	95 anos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
98	96 anos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
99	97 anos	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
100	98 anos	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
101	99 anos	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
102	100 anos e mais	3	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
103	Sem declaração	209	146	63	4	—	4	1	12	3	49	9	12	2

2. IDADE, POR SEXO

LOCALIDADES													N.º de ordem
Núcleos provisórios				Núcleos estáveis						Zona rural		
Bandeirante		Bananal		Cidade de Planaltina		Povoado de Taguatinga		Povoado de Brasília				
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
44	29	17	13	12	18	8	5	3	2	62	49	52
24	9	5	2	8	2	3	4	1	—	9	9	53
39	21	18	10	6	4	10	8	1	1	25	15	54
35	10	4	6	4	6	4	7	—	—	13	14	55
32	11	7	7	2	6	8	4	3	1	27	10	56
18	10	7	7	2	5	10	8	—	—	31	24	57
25	13	6	2	8	2	10	2	1	1	19	8	58
15	9	4	1	3	—	1	3	—	1	14	6	59
25	10	8	8	5	7	6	4	2	1	25	13	60
15	9	7	1	1	6	3	1	—	—	17	5	61
12	11	8	4	7	11	5	3	1	1	28	30	62
7	—	5	—	3	—	2	—	1	1	4	3	63
6	4	7	3	3	—	4	—	1	—	16	8	64
8	3	3	2	8	2	1	—	—	—	5	4	65
7	3	1	3	—	—	2	1	—	—	6	4	66
5	5	3	4	1	6	2	4	—	—	8	11	67
4	2	—	—	3	3	2	1	—	1	7	6	68
2	2	—	3	1	1	2	1	—	—	4	1	69
5	2	1	2	1	2	2	1	—	1	2	9	70
—	1	1	—	—	—	2	2	—	—	2	1	71
3	2	1	4	4	4	2	2	—	1	14	11	72
2	—	1	—	1	1	1	—	1	—	4	—	73
2	3	—	1	1	2	—	—	—	—	1	4	74
2	3	—	1	—	—	—	1	—	1	2	1	75
—	2	—	—	—	1	—	1	—	—	3	—	76
2	1	1	2	1	—	1	—	—	—	2	5	77
—	—	—	1	1	—	—	—	—	1	1	2	78
1	1	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	79
2	2	—	—	1	—	—	1	1	—	1	1	80
—	1	—	—	1	—	1	1	—	—	—	1	81
1	—	1	2	—	3	—	—	—	—	6	2	82
—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	1	1	83
—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	84
—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	1	1	85
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	86
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	87
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	88
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	89
—	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	90
—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	1	1	91
—	—	1	—	—	2	—	—	—	—	1	1	92
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	93
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	94
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	95
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	96
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	97
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	98
—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	99
1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	100
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	101
2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	102
20	15	6	5	4	6	10	2	—	—	25	20	103

3. ESTADO CONJUGAL, POR SEXO (Pessoas de 15 anos e mais)

N.º de ordem	LOCALIDADES	TOTAIS			ESTADO CONJUGAL (Pessoas de 15 anos e mais)					
					Solteiro		Casado			
							Total		No civil*	
		Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	*BRASÍLIA*	**45 043**	**32 493**	**12 550**	**17 937**	**3 117**	**13 861**	**8 182**	**10 094**	**5 825**
	Acampamentos									
2	Central da NOVACAP	1 003	723	280	488	127	223	130	197	111
3	Candangolândia	1 710	1 143	567	617	101	507	413	364	289
4	Praça dos Três Podêres	6 127	5 525	602	3 622	114	1 839	452	1 401	381
5	Plano Piloto — Zona Sul	9 680	8 589	1 091	5 368	304	3 082	716	2 283	643
6	Outros	4 354	3 495	859	2 087	175	1 340	625	1 028	443
	Núcleos provisórios									
7	Bandeirante	7 695	4 444	3 251	1 998	976	2 300	1 912	1 810	1 450
8	Bananal	3 522	1 934	1 588	590	227	1 303	1 203	810	734
	Núcleos estáveis									
9	Cidade de Planaltina	1 243	572	671	242	268	304	293	236	225
10	Povoado de Taguatinga	1 931	1 037	894	297	143	707	665	524	485
11	Povoado de Brasilândia	182	96	86	41	19	53	54	28	29
12	*Zona rural*	**7 596**	**4 935**	**2 661**	**2 587**	**663**	**2 203**	**1 719**	**1 413**	**1 035**

* Inclusive civil e religioso.

4. CÔR, POR SEXO

LOCALIDADES	TOTAIS			CÔR									
				Branca		Preta		Amarela		Parda		Sem declaração	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
BRASÍLIA	**64 314**	**42 332**	**21 982**	**22 996**	**12 401**	**4 021**	**1 517**	**351**	**217**	**14 689**	**7 780**	**275**	**67**
Acampamentos													
Central da NOVACAP	1 318	869	449	658	345	67	25	—	—	144	79	—	—
Candangolândia	2 868	1 728	1 140	909	634	151	80	4	1	661	425	3	—
Praça dos Três Podêres	7 064	5 987	1 077	3 054	665	700	68	26	—	2 133	332	74	12
Plano Piloto — Zona Sul	11 007	9 247	1 760	4 936	1 215	1 122	93	31	7	3 113	438	45	7
Outros	5 763	4 213	1 550	2 481	984	339	78	25	4	1 309	477	59	7
Núcleos provisórios													
Bandeirante	11 565	6 478	5 087	4 343	3 232	256	290	131	97	1 715	1 457	33	11
Bananal	6 196	3 288	2 908	1 341	1 214	409	322	13	9	1 521	1 360	4	3
Núcleos estáveis													
Cidade de Planaltina	2 245	1 080	1 165	557	565	50	62	1	2	471	536	1	—
Povoado de Taguatinga	3 677	1 905	1 772	1 103	1 033	181	174	11	9	597	549	13	7
Povoado de Brasilândia	355	187	168	126	117	4	2	—	—	57	49	—	—
Zona rural	12 256	7 350	4 906	3 488	2 397	742	323	109	88	2 968	2 078	43	20

3. ESTADO CONJUGAL, POR SEXO (Pessoas de 15 anos e mais)

ESTADO CONJUGAL (Pessoas de 15 anos e mais)												N.º de ordem
Casado				Desquitado e divorciado		Separado		Viúvo		Sem declaração		
No religioso		União consensual										
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
3 168	**1 850**	**599**	**507**	**33**	**26**	**235**	**366**	**359**	**812**	**68**	**47**	1
19	13	7	6	5	2	1	2	6	19	—	—	2
124	110	19	14	—	2	4	13	14	37	1	1	3
390	56	39	15	3	—	10	7	39	24	12	5	4
734	52	65	21	12	8	54	13	71	48	2	2	5
279	155	33	27	1	—	18	9	27	37	22	13	6
321	294	169	168	10	7	66	176	58	174	12	6	7
406	386	87	83	—	2	18	49	22	106	1	1	8
48	47	20	21	1	3	11	31	13	75	1	3	9
144	140	39	40	—	1	16	19	14	64	3	2	10
21	20	4	5	—	—	1	3	1	10	—	—	11
673	**577**	**117**	**107**	**1**	**1**	**36**	**44**	**94**	**220**	**14**	**14**	12

5. RELIGIÃO, POR SEXO

LOCALIDADES	TOTAIS			RELIGIÃO											
				Católica romana		Protestante		Espírita		Outras religiões		Sem religião		Sem declaração	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
BRASÍLIA	**64 314**	**42 332**	**21 982**	**37 375**	**19 456**	**2 043**	**1 479**	**882**	**578**	**490**	**249**	**1 351**	**183**	**191**	**37**
Acampamentos															
Central da NOVACAP	1 318	869	449	772	399	33	21	23	17	18	9	23	3	—	—
Candangolândia	2 868	1 728	1 140	1 527	1 009	128	99	28	16	21	15	21	—	3	1
Praça dos Três Podêres	7 064	5 987	1 077	5 345	982	149	46	90	21	42	9	346	11	15	8
Plano Piloto — Zona Sul	11 007	9 247	1 760	8 220	1 570	277	79	173	70	79	15	433	19	65	7
Outros	5 763	4 213	1 550	3 789	1 410	148	81	73	27	15	5	143	20	45	7
Núcleos provisórios															
Bandeirante	11 565	6 478	5 087	5 351	4 302	542	455	229	218	170	66	175	43	11	3
Bananal	6 196	3 288	2 908	2 864	2 532	208	218	93	76	28	25	87	54	8	3
Núcleos estáveis															
Cidade de Planaltina	2 245	1 080	1 165	1 015	1 113	23	31	24	16	2	—	13	3	3	2
Povoado de Taguatinga	3 677	1 905	1 772	1 541	1 419	221	228	57	56	52	58	32	11	2	—
Povoado de Brasilândia	355	187	168	180	164	—	—	1	2	—	—	6	2	—	—
Zona rural	**12 256**	**7 350**	**4 906**	**6 771**	**4 556**	**314**	**221**	**91**	**59**	**63**	**47**	**72**	**17**	**39**	**6**

6. LUGAR DE NASCIMENTO

a) *Brasileiros natos*

LUGAR DE NASCIMENTO	BRASÍLIA	LOCALIDADES										
		Acampamentos					Núcleos provisórios		Núcleos estáveis			Zona rural
		Central da NOVACAP	Candangolândia	Praça dos Três Poderes	Plano Piloto-Zona Sul	Outros	Baudeirante	Bananal	Cidade de Planaltina	Povoado de Paguatinga	Povoado de Brasilândia	
TOTAIS	63 098	1 303	2 856	6 911	10 802	5 699	11 048	6 175	2 230	3 629	355	12 090
Rondônia	1	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Acre	24	1	—	2	7	3	8	2	—	1	—	—
Amazonas	51	1	2	13	13	2	10	8	—	—	—	2
Rio Branco	3	1	—	—	1	—	1	—	—	—	—	—
Pará	269	7	32	28	65	34	69	18	—	5	—	11
Amapá	10	—	—	2	3	—	4	—	—	—	—	1
Maranhão	826	16	45	105	195	77	165	107	13	60	—	43
Piauí	2 538	26	91	434	672	104	334	459	6	121	—	291
Ceará	4 119	31	111	924	1 374	500	405	365	18	118	1	272
Rio Grande do Norte	1 548	19	86	293	395	169	150	224	20	48	—	144
Paraíba	3 398	56	166	472	947	564	349	396	26	143	—	279
Pernambuco	3 496	54	115	625	770	449	428	456	41	214	—	344
Alagoas	614	7	23	101	134	84	94	70	6	29	—	66
Fernando de Noronha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Sergipe	440	6	16	73	164	38	55	34	—	21	1	32
Bahia	7 532	114	340	838	1 571	638	1 088	1 193	111	433	22	1 184
Minas Gerais	11 304	317	638	1 419	1 689	1 257	2 403	749	289	679	22	1 842
Serra dos Aimorés *	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Espírito Santo	350	7	22	63	80	39	71	26	6	19	—	17
Rio de Janeiro	650	22	16	76	211	98	105	33	12	42	—	35
Distrito Federal	1 122	58	19	133	538	108	133	45	14	18	—	56
São Paulo	2 959	44	86	365	364	381	955	199	34	156	—	375
Paraná	453	9	19	30	51	40	162	56	6	38	—	42
Santa Catarina	185	2	3	16	48	34	50	7	11	2	—	12
Rio Grande do Sul	245	9	7	29	72	22	64	2	12	11	—	17
Mato Grosso	491	5	28	35	60	59	159	60	1	40	—	44
Goiás	12 968	399	818	701	1 231	794	3 417	1 393	469	1 250	113	2 383
Brasília	7 361	92	173	115	120	191	338	268	1 123	178	196	4 567
Brasil, sem especificação de lugar e nascidos no exterior	140	—	—	19	26	14	31	5	12	3	—	30

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

6. LUGAR DE NASCIMENTO

b) Estrangeiros e brasileiros naturalizados

LUGAR DE NASCIMENTO	BRASÍLIA	LOCALIDADES										
		Acampamentos					Núcleos provisórios		Núcleos estáveis			Zona rural
		Central da NOVACAP	Candangolândia	Praça dos Três Poderes	Plano Piloto-Zona Sul	Outros	Bandeirante	Bananal	Cidade de Planaltina	Povoado de Taguatinga	Povoado de Brasília	
TOTAIS	**1 216**	**15**	**12**	**153**	**235**	**64**	**517**	**21**	**15**	**48**	—	**166**
Espanha	192	2	—	38	43	3	69	3	1	1	—	32
Itália	188	1	—	19	35	13	93	7	4	9	—	7
Portugal	174	6	2	31	51	15	46	5	1	3	—	14
Japão	172	—	—	1	6	6	69	2	—	13	—	75
Grécia	103	—	—	17	3	5	69	2	—	6	—	1
Alemanha	41	—	4	10	4	4	13	—	2	2	—	2
República Árabe Unida	40	4	—	2	1	—	31	—	1	1	—	—
Líbano	36	—	—	1	1	—	30	—	—	1	—	3
Argentina	32	1	—	—	5	—	20	—	1	—	—	5
URSS	30	—	2	4	9	3	9	1	—	1	—	1
Polônia	28	—	2	5	6	5	3	—	3	4	—	—
Outros países	180	1	2	25	41	10	65	1	2	7	—	26

7. ALFABETIZAÇÃO, POR SEXO (Pessoas de 5 anos e mais)

LOCALIDADES	TOTAIS			ALFABETIZAÇÃO (Pessoas de 5 anos e mais)					
				Alfabetizados		Analfabetos		Sem declaração	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
BRASÍLIA	**55 911**	**38 067**	**17 644**	**22 235**	**8 871**	**15 762**	**8 945**	**70**	**28**
Acampamentos									
Central da NOVACAP	1 164	799	365	655	252	144	113	—	—
Candangolândia	2 364	1 463	901	965	485	498	415	—	1
Praça dos Três Poderes	6 566	5 754	812	3 187	472	2 561	335	6	5
Plano Piloto-Zona Sul	10 391	8 943	1 448	5 494	1 101	3 444	343	5	4
Outros	5 057	3 847	1 210	2 303	626	1 534	584	10	—
Núcleos provisórios									
Bandeirante	9 968	5 639	4 329	4 324	2 729	1 300	1 597	15	3
Bananal	4 942	2 661	2 281	1 268	838	1 393	1 442	—	1
Núcleos estáveis									
Cidade de Planaltina	1 939	921	1 018	614	571	306	445	1	2
Povoado de Taguatinga	2 900	1 531	1 369	912	636	617	733	2	—
Povoado de Brasília	294	148	146	79	75	69	71	—	—
Zona rural	**10 326**	**6 361**	**3 965**	**2 434**	**1 086**	**3 896**	**2 867**	**31**	**12**

8. ESCOLARIZAÇÃO, POR IDADE (Pessoas de 5 anos e mais)

N.º de ordem	IDADE	BRASÍLIA			LOCALIDADES					
					Acampamentos					
					Central da NOVACAP		Candangolândia		Praça dos Três Poderes	
		Total	Freqüentam escola	Não freqüentam escola	Freqüentam escola	Não freqüentam escola	Freqüentam escola	Não freqüentam escola	Freqüentam escola	Não freqüentam escola
1	*PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS*	55 911	5 336	50 575	125	1 039	498	1 866	228	6 338
2	*5 a 9 anos*	6 235	1 766	4 469	32	57	183	220	94	184
3	5 anos	1 421	61	1 360	1	22	2	86	7	70
4	6 anos	1 347	180	1 167	4	18	9	82	8	56
5	7 anos	1 294	455	839	8	10	39	37	27	31
6	8 anos	1 173	535	638	9	4	73	11	18	14
7	9 anos	1 000	535	465	10	3	60	4	34	13
8	*10 a 14 anos*	4 633	2 467	2 166	53	19	213	38	105	56
9	10 anos	1 080	594	486	18	5	52	6	26	14
10	11 anos	861	531	330	7	2	47	3	25	9
11	12 anos	1 055	589	466	12	4	46	7	25	14
12	13 anos	786	390	396	11	4	40	9	16	9
13	14 anos	851	363	488	5	4	28	13	13	10
14	*15 a 19 anos*	7 133	722	6 411	25	112	59	232	18	851
15	15 anos	773	240	533	5	3	17	10	7	23
16	16 anos	941	184	757	6	13	14	24	3	32
17	17 anos	996	112	884	6	16	6	41	4	56
18	18 anos	2 110	111	1 999	3	30	14	63	1	306
19	19 anos	2 313	75	2 238	5	50	8	94	3	434
20	*20 anos e mais, inclusive sem declaração*	37 910	381	37 529	15	851	43	1 376	11	5 247

9. RAMO DE ATIVIDADE, POR SEXO (Pessoas de 10 anos e mais)

N.º de ordem	RAMO DE ATIVIDADE	BRASÍLIA			LOCALIDADES					
					Acampamentos					
					Central da NOVACAP		Candangolândia		Praça dos Três Poderes	
		Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	*PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS*	49 676	34 857	14 819	756	319	1 272	689	5 612	676
2	*Econômicamente ativas*	35 201	32 235	2 966	716	147	1 121	77	5 512	130
3	Agricultura e silvicultura	2 025	1 940	85	14	1	1	—	1	—
4	Pecuária e criação de pequenos animais	132	129	3	—	—	—	—	—	—
5	Agropecuária	101	99	2	—	—	—	—	—	—
6	Extração vegetal	33	32	1	1	—	—	—	—	—
7	Extração mineral	1 605	1 589	16	2	—	1	—	1	—
8	Caça e pesca	3	3	—	—	—	—	—	—	—
9	Indústrias de transformação	1 170	1 116	54	3	—	2	—	2	—
10	Indústrias de construção	19 149	19 075	74	95	2	11	—	5 000	16
11	Serviços industriais de utilidade pública	8	8	—	—	—	—	—	—	—
12	Comércio de mercadorias	1 634	1 455	179	13	4	9	2	7	4
13	Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	155	153	2	2	—	1	—	1	—
14	Prestação de serviços	3 579	1 757	1 822	99	47	6	46	211	91
15	Transportes, comunicações e armazenagem	785	772	13	3	3	3	—	12	—
16	Atividades sociais	482	239	243	81	57	9	13	3	8
17	Profissões liberais	113	97	16	1	—	2	—	—	—
18	Serviços administrativos governamentais, Legislativo, Justiça	198	163	35	10	6	—	—	7	1
19	Defesa nacional e Segurança pública	342	341	1	1	—	2	—	182	—
20	Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas *	3 687	3 267	420	391	27	1 074	16	85	10
21	*Não econômicamente ativas*	14 475	2 622	11 853	40	172	151	612	100	546

* Inclusive as pessoas que se declararam empregadas da NOVACAP.

8. ESCOLARIZAÇÃO, POR IDADE (Pessoas de 5 anos e mais)

LOCALIDADES																N.º de ordem
Acampamentos				Núcleos provisórios				Núcleos estáveis						Zona rural		
Plano Piloto — Zona Sul		Outros		Bandeirante		Bananal		Cidade de Planaltina		Povoado de Taguatinga		Povoado de Brasília				
Frequentam escola	Não frequentam escola	Frequentam escola	Não frequentam escola	Frequentam escola	Não frequentam escola	Frequentam escola	Não frequentam escola	Frequentam escola	Não frequentam escola	Frequentam escola	Não frequentam escola	Frequentam escola	Não frequentam escola	Frequentam escola	Não frequentam escola	
711	9 680	318	4 739	1 485	8 483	245	4 697	577	1 362	390	2 510	76	218	683	9 643	1
225	178	123	303	469	781	85	775	187	158	137	448	21	37	210	1 348	2
17	87	1	103	16	258	2	181	8	54	4	129	—	9	3	361	3
34	46	19	90	51	214	7	186	16	48	12	107	1	11	19	309	4
64	12	35	57	128	132	22	170	39	29	42	82	7	8	44	271	5
62	21	33	39	121	90	28	128	70	14	40	73	6	5	75	239	6
48	12	35	14	153	67	26	110	54	13	39	57	7	1	69	168	7
233	75	143	134	684	359	130	422	297	54	210	174	44	10	347	825	8
58	12	37	31	156	64	32	104	64	5	58	34	12	2	81	209	9
46	9	37	13	143	55	32	76	63	11	50	36	5	1	75	115	10
55	19	30	26	161	64	36	106	69	5	49	33	16	4	92	182	11
35	14	25	24	112	75	20	61	50	18	22	44	2	1	57	137	12
41	21	14	40	112	101	18	75	51	15	31	25	9	2	41	182	13
114	1 233	28	615	252	1 067	17	510	79	198	35	245	10	27	85	1 321	14
33	41	9	33	75	117	11	69	27	20	15	34	8	3	33	180	15
22	50	9	56	70	167	4	101	18	41	10	44	—	5	28	224	16
21	93	2	72	43	213	1	84	16	44	5	53	1	6	7	206	17
20	480	3	204	43	276	1	118	10	52	3	59	—	10	13	301	18
18	569	5	250	21	294	—	138	8	41	2	55	1	3	4	316	19
139	8 194	24	3 687	80	6 296	5	2 990	14	952	8	1 643	1	144	41	6 149	20

9. RAMO DE ATIVIDADE, POR SEXO (Pessoas de 10 anos e mais)

LOCALIDADES																N.º de ordem
Acampamentos				Núcleos provisórios				Núcleos estáveis						Zona rural		
Plano Piloto — Zona Sul		Outros		Bandeirante		Bananal		Cidade de Planaltina		Povoado de Taguatinga		Povoado de Brasília				
Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	
8 728	1 260	3 630	1 001	4 980	3 758	2 224	1 858	744	850	1 233	1 082	119	117	5 559	3 209	1
8 562	361	3 489	137	4 336	1 201	1 898	297	511	195	1 013	131	89	29	4 989	261	2
12	—	12	—	69	1	18	—	97	2	20	—	44	6	1 652	75	3
—	1	—	—	3	—	1	—	17	—	1	—	7	—	100	2	4
1	—	—	—	3	1	—	—	3	—	—	—	—	—	92	1	5
—	—	—	—	1	—	1	—	4	—	1	1	—	—	24	—	6
5	—	278	3	65	—	17	—	4	—	6	—	—	—	1 210	13	7
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3	—	8
12	—	30	—	332	17	24	2	41	1	54	—	3	9	613	25	9
7 805	14	2 510	7	801	13	1 354	13	126	1	551	5	4	—	815	2	10
—	—	—	—	3	—	2	—	1	—	—	—	—	—	2	—	11
40	8	26	2	1 067	112	130	33	38	3	96	11	14	—	15	—	12
12	1	5	—	126	1	2	—	1	—	3	—	—	—	—	—	13
95	223	59	110	921	706	154	242	59	112	82	106	6	12	65	117	14
30	4	60	1	467	5	32	—	38	—	62	—	1	—	64	—	15
82	39	2	3	32	71	5	3	5	29	8	5	1	2	11	13	16
9	—	—	—	48	12	7	1	7	1	1	2	1	—	21	—	17
34	8	2	2	43	11	3	1	32	4	15	—	—	1	16	2	18
58	1	74	—	12	—	1	—	7	—	2	—	—	—	2	—	19
367	52	431	9	340	251	147	2	31	42	111	1	7	—	283	10	20
166	899	141	864	644	2 557	326	1 561	233	655	220	951	30	83	571	2 948	21

10. ESCOLARIZAÇÃO, SEGUNDO A ÚLTIMA SÉRIE DE ENSINO CONCLUÍDA E IDADE (Pessoas de 5 anos e mais)

N.º de ordem	ÚLTIMA SÉRIE CONCLUÍDA	TOTAL	IDADE					
			5 anos	6 anos	7 anos	8 anos	9 anos	10 anos
1	*PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS*	55 911	1 421	1 347	1 294	1 173	1 000	1 080
2	*Que freqüentam escola*	5 336	61	180	455	535	535	594
	Grau elementar							
3	Alunos novos (1)	2 099	61	166	385	380	291	236
4	1.ª série	791	—	13	61	112	133	134
5	2.ª série	794	—	1	7	34	81	120
6	3.ª série	366	—	—	1	7	25	76
7	4.ª série	415	—	—	—	—	3	24
8	5.ª série	76	—	—	—	—	—	3
9	Sem declaração de série	21	—	—	1	2	2	1
	Grau médio							
	Primeiro ciclo							
10	1.ª série	192	—	—	—	—	—	—
11	2.ª série	136	—	—	—	—	—	—
12	3.ª série	113	—	—	—	—	—	—
13	4.ª série	50	—	—	—	—	—	—
14	Sem declaração de série	2	—	—	—	—	—	—
	Segundo ciclo							
15	1.ª série	19	—	—	—	—	—	—
16	2.ª série	13	—	—	—	—	—	—
17	3.ª série	15	—	—	—	—	—	—
18	Sem declaração de série	4	—	—	—	—	—	—
	Grau superior							
19	1.ª série	4	—	—	—	—	—	—
20	2.ª série	6	—	—	—	—	—	—
21	3.ª série	5	—	—	—	—	—	—
22	4.ª série	10	—	—	—	—	—	—
23	5.ª série	5	—	—	—	—	—	—
24	Sem declaração de série	—	—	—	—	—	—	—
25	*Sem declaração de grau*	—	—	—	—	—	—	—
26	*Que não freqüentam escola*	50 575	1 360	1 187	839	638	465	486

(1) Pessoas que freqüentam a 1.ª série do grau elementar.

10. ESCOLARIZAÇÃO, SEGUNDO A ÚLTIMA SÉRIE DE ENSINO CONCLUÍDA E IDADE (Pessoas de 5 anos e mais)

IDADE										N.º de ordem
11 anos	12 anos	13 anos	14 anos	15 anos	16 anos	17 anos	18 anos	19 anos	20 anos e mais (2)	
861	1 055	786	851	773	941	996	2 110	2 313	37 910	1
531	589	390	363	240	184	112	111	75	381	2
154	134	55	49	24	17	11	17	12	107	3
92	93	49	40	10	12	5	9	3	25	4
141	132	94	61	30	22	7	8	12	44	5
85	115	78	67	32	21	13	8	7	31	6
47	66	51	57	52	32	14	12	9	48	7
2	16	14	9	13	3	2	1	1	12	8
2	2	1	4	2	—	1	1	1	1	9
8	25	26	39	32	22	12	10	5	13	10
—	6	16	22	23	20	17	11	10	11	11
—	—	6	12	19	23	18	13	6	16	12
—	—	—	3	3	9	7	8	3	17	13
—	—	—	—	—	—	—	1	—	1	14
—	—	—	—	—	3	3	5	3	5	15
—	—	—	—	—	—	2	4	1	6	16
—	—	—	—	—	—	—	3	2	10	17
—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	18
—	—	—	—	—	—	—	—	—	4	19
—	—	—	—	—	—	—	—	—	6	20
—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	21
—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	22
—	—	—	—	—	—	—	—	—	5	23
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	24
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	25
330	466	396	488	533	757	884	1 999	2 238	37 529	26

(2) Inclusive as pessoas sem declaração de idade.

11. NÍVEL DE INSTRUÇÃO, POR IDADE (Pessoas de 5 anos e mais)

NÍVEL DE INSTRUÇÃO (Anos de estudo concluídos)	TOTAL	IDADE			
		5 a 9 anos	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 anos e mais (1)
PESSOAS DE 5 ANOS E MAIS	55 911	6 235	4 633	7 133	37 910
Que freqüentaram ou freqüentam escola	30 175	1 839	3 137	4 541	20 658
Grau elementar					
Alunos novos (2)	2 099	1 283	628	81	107
Com 1 ano de estudo	3 902	368	562	861	2 111
Com 2 anos de estudo	5 387	140	750	768	3 729
Com 3 anos de estudo	5 160	38	563	815	3 744
Com 4 anos de estudo	7 443	4	379	1 149	5 911
Com 5 anos de estudo	914	—	62	146	706
Grau médio					
Primeiro ciclo					
Com 6 anos de estudo	694	—	106	199	389
Com 7 anos de estudo	810	—	48	176	586
Com 8 anos de estudo	629	—	21	148	460
Com 9 anos de estudo	1 314	—	6	122	1 186
Segundo ciclo					
Com 10 anos de estudo	192	—	—	23	169
Com 11 anos de estudo	148	—	—	15	133
Com 12 anos de estudo	706	—	—	18	688
Grau superior					
Com 13 anos de estudo	18	—	—	—	18
Com 14 anos de estudo	41	—	—	—	41
Com 15 anos de estudo	116	—	—	—	116
Com 16 anos de estudo	115	—	—	—	115
Com 17 anos e mais de estudo	306	—	—	—	306
Sem declaração de anos de estudo	181	6	12	20	143
Que não freqüentaram nem freqüentam escola (3)	25 736	4 396	1 496	2 592	17 252

(1) Inclusive sem declaração de idade. — (2) Pessoas que freqüentam a 1.ª série do grau elementar. — (3) Inclusive sem declaração de nível de instrução.

12. RAMO DE ATIVIDADE, POR POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO E SEXO
(Pessoas econômicamente ativas)

RAMO DE ATIVIDADE	TOTAIS			POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO									
				Empregados		Trabalhando por própria conta		Empregadores		Membros da família e de outras posições		Sem declaração	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
PESSOAS ECONÔMICAMENTE ATIVAS	35 201	32 235	2 966	28 129	1 763	2 852	1 012	697	27	531	144	26	20
Agricultura e silvicultura	2 025	1 940	85	743	24	817	15	56	2	323	44	1	—
Pecuária e criação de pequenos animais	132	129	3	65	2	6	—	45	1	13	—	—	—
Agropecuária	101	99	2	47	1	13	—	24	—	15	1	—	—
Extração vegetal	33	32	1	21	1	5	—	2	—	4	—	—	—
Extração mineral	1 605	1 589	16	1 406	15	94	—	75	—	14	1	—	—
Caça e pesca	3	3	—	—	—	3	—	—	—	—	—	—	—
Indústrias de transformação	1 170	1 116	54	905	20	94	25	97	1	20	8	—	—
Indústrias de construção	19 149	19 075	74	18 768	70	245	2	46	1	16	1	—	—
Serviços industriais de utilidade pública	8	8	—	8	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Comércio de mercadorias	1 634	1 455	179	549	108	698	43	148	3	60	24	—	1
Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	155	153	2	134	1	15	1	4	—	—	—	—	—
Prestação de serviços	3 579	1 757	1 822	1 078	1 132	493	636	156	19	30	34	—	1
Transportes, comunicações e armazenagem	785	772	13	459	10	259	3	38	—	15	—	1	—
Atividades sociais	482	239	243	214	204	6	10	—	—	18	29	1	—
Profissões liberais	113	97	16	35	10	59	6	2	—	1	—	—	—
Serviços administrativos governamentais, Legislativo, Justiça	198	163	35	161	34	1	—	1	—	—	1	—	—
Defesa nacional e segurança pública	342	341	1	341	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas *	3 687	3 267	420	3 195	130	44	271	3	—	2	1	23	18

NOTA — Pessoas não econômicamente ativas: total 29 113, homens 10 097, mulheres 19 016; de 10 anos e mais: total 14 475, homens 2 622, mulheres 11 853.
* Inclusive as pessoas que se declararam empregadas da NOVACAP.

13. OCUPAÇÃO, PELO RAMO DE ATIVIDADE (Pessoas econômicamente ativas)

N.º de ordem	OCUPAÇÃO	TOTAL	RAMO DE ATIVIDADE						
			Agricultura e silvicultura	Pecuária e criação de pequenos animais	Agropecuária	Extração vegetal	Extração mineral	Caça e pesca	Indústrias de transformação
1	*PESSOAS ECONÔMICAMENTE ATIVAS*	35 201	2 025	132	101	33	1 605	3	1 170
2	Administradores, diretores e gerentes	409	2	2	3	—	33	—	27
3	Agrimensores e topógrafos	107	—	—	—	—	1	—	—
4	Alfaiates e costureiras	393	—	—	—	—	—	—	—
5	Almoxarifes e armazenistas	181	1	—	—	—	2	—	—
6	Apontadores e capatazes	563	1	5	1	—	14	—	5
7	Armadores de concreto	1 053	—	—	—	—	—	—	—
8	Auxiliares de escritório	963	1	1	3	—	2	—	4
9	Balconistas e entregadores	651	—	—	—	—	—	—	12
10	Canteiros e marroeiros	142	—	—	—	—	132	—	—
11	Carpinteiros e marceneiros	3 694	2	—	1	—	7	—	100
12	Chacareiros e hortelãos	156	143	—	—	—	—	—	—
13	Comerciantes	951	—	—	—	—	—	—	—
14	Contadores e guarda-livros	101	—	—	1	—	1	—	3
15	Cozinheiros	935	—	—	—	—	13	—	2
16	Eletricistas	563	1	—	—	—	—	—	2
17	Encanadores	495	—	—	—	—	—	—	—
18	Engenheiros	179	—	—	—	—	—	—	2
19	Fazendeiros	131	58	47	26	—	—	—	—
20	Garções, amas e copeiras	743	—	—	—	—	—	—	—
21	Industriais	93	—	—	—	—	—	—	80
22	Inspetores e fiscais	129	—	—	—	—	1	—	1
23	Lavadeiras e engomadeiras	476	—	—	—	—	—	—	2
24	Mecânicos	712	3	—	—	—	7	—	8
25	Mestres-de-obras	230	—	—	—	—	—	—	—
26	Motoristas	1 377	4	—	1	1	34	—	40
27	Oficiais e praças das fôrças armadas	320	—	—	—	—	—	—	—
28	Oleiros	335	—	—	—	—	—	—	324
29	Operadores de máquinas na construção civil	330	—	—	—	—	—	—	—
30	Padeiros	100	—	—	—	—	—	—	94
31	Pedreiros	2 462	3	—	2	—	12	—	17
32	Pintores e caiadores	268	—	—	—	—	—	—	—
33	Porteiros e faxineiros	136	—	—	—	—	—	—	—
34	Professôres	158	—	—	—	—	—	—	—
35	Serventes de pedreiro	7 539	14	—	—	—	26	—	5
36	Soldadores, ferreiros e serralheiros	136	—	—	—	—	1	—	1
37	Trabalhadores agrícolas e de enxada	1 890	1 742	73	52	—	2	—	4
38	Trabalhadores braçais, sem especificação	2 064	25	—	2	10	1 186	—	218
39	Tratoristas	265	8	—	1	—	1	—	—
40	Vendedores ambulantes	148	—	—	—	—	—	—	—
41	Vigias, contínuos e serventes	529	2	3	1	—	2	—	5
42	Outras ocupações, ocupações mal definidas ou não declaradas	3 094	15	1	7	22	128	3	214

13. OCUPAÇÃO, PELO RAMO DE ATIVIDADE (Pessoas econômicamente ativas)

RAMO DE ATIVIDADE											
Indústrias de construção	Serviços industriais de utilidade pública	Comércio de mercadorias	Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitalização	Prestação de serviços	Transportes, comunicações e armazenagem	Atividades sociais	Profissões liberais	Serviços administrativos governamentais, Legislativo, Justiça	Defesa nacional e Segurança pública	Atividades não compreendidas nos demais ramos, etc.*	N.º de ordem
19 149	8	1 634	155	3 579	785	482	113	198	342	3 687	1
106	—	39	11	50	18	16	—	25	—	77	2
30	—	—	1	—	—	—	14	—	—	61	3
—	—	—	—	393	—	—	—	—	—	—	4
140	—	1	—	2	—	13	—	3	—	19	5
381	—	—	—	—	—	3	—	3	—	150	6
1 042	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11	7
309	—	28	59	38	38	56	4	35	2	382	8
12	—	498	1	107	—	—	—	—	—	21	9
10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10
3 253	—	—	—	35	5	—	—	2	—	289	11
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	13	12
—	—	724	—	227	—	—	—	—	—	—	13
25	—	8	11	1	2	5	9	7	—	28	14
309	—	—	—	575	2	5	—	3	—	26	15
451	5	—	—	43	2	4	—	1	1	53	16
427	—	—	—	1	—	1	—	—	—	66	17
105	—	—	2	—	—	4	6	5	—	55	18
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	19
68	—	—	—	656	—	12	—	—	—	7	20
13	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	21
23	—	—	3	3	3	8	—	17	1	69	22
5	—	—	—	465	—	1	—	—	—	3	23
334	1	7	—	269	15	1	—	1	—	66	24
216	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14	25
571	—	16	1	16	479	8	—	6	1	199	26
—	—	—	—	—	—	—	—	—	320	—	27
2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	9	28
314	—	—	—	—	—	—	—	—	—	16	29
6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	30
2 274	—	—	1	5	1	1	—	4	—	142	31
220	—	—	—	8	—	1	—	1	—	38	32
22	—	4	—	65	1	6	—	4	—	34	33
—	—	—	—	—	—	158	—	—	—	—	34
7 066	—	—	—	—	—	4	—	1	—	423	35
103	—	—	—	22	—	—	—	—	—	9	36
3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	14	37
275	1	11	—	11	47	2	—	6	—	270	38
227	—	—	—	—	1	—	—	1	—	26	39
—	—	148	—	—	—	—	—	—	—	—	40
303	—	17	19	52	4	23	3	6	2	87	41
504	1	133	46	535	167	150	77	66	15	1 010	42

* Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas. Inclusive as pessoas que se declararam empregadas da NOVACAP.

14. LUGAR DO DOMICÍLIO ANTERIOR, PELO LUGAR DE NASCIMENTO
(Pessoas não naturais de Brasília)

N.º de ordem	LUGAR DO DOMICÍLIO ANTERIOR	TOTAL	LUGAR DE NASCIMENTO										
			Rondônia	Acre	Amazonas	Rio Branco	Pará	Amapá	Maranhão	Piauí	Ceará	Rio Grande do Norte	Paraíba
1	*TOTAIS*	56 953	1	24	51	3	269	10	826	2 538	4 119	1 548	3 398
2	Rondônia	6	—	1	—	—	—	—	—	—	—	3	1
3	Acre	6	—	3	—	—	—	—	—	1	—	—	—
4	Amazonas	30	—	—	12	—	1	—	—	3	2	3	1
5	Rio Branco	3	—	—	—	2	—	—	—	—	1	—	—
6	Pará	219	—	1	4	—	138	—	18	6	18	3	6
7	Amapá	33	—	2	—	—	6	7	2	—	3	6	—
8	Maranhão	444	—	—	—	—	4	—	324	50	39	2	11
9	Piauí	2 041	—	1	2	—	1	—	44	1 697	111	2	4
10	Ceará	3 150	—	2	1	—	5	—	4	16	3 023	15	34
11	Rio Grande do Norte	995	—	—	—	—	1	—	—	—	18	887	66
12	Paraíba	2 216	—	—	—	—	—	—	1	6	26	38	2 060
13	Pernambuco	2 288	—	—	2	—	1	—	4	13	22	9	125
14	Alagoas	224	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	5
15	Fernando de Noronha	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
16	Sergipe	214	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2
17	Bahia	3 916	—	1	—	—	7	—	6	36	28	11	46
18	Minas Gerais	8 971	—	1	—	—	7	—	13	16	53	113	133
19	Serra dos Aimorés *	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
20	Espírito Santo	250	—	—	—	—	—	—	—	—	17	2	3
21	Rio de Janeiro	740	—	1	2	—	2	—	3	3	30	26	48
22	Distrito Federal	3 199	—	5	10	1	38	1	28	24	141	97	362
23	São Paulo	4 680	—	—	3	—	10	—	16	97	120	55	126
24	Paraná	764	—	2	1	—	—	—	2	4	20	2	32
25	Santa Catarina	108	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
26	Rio Grande do Sul	115	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—
27	Mato Grosso	571	1	2	4	—	10	—	23	15	26	8	9
28	Goiás	21 408	—	2	10	—	38	1	337	545	408	258	316
29	Brasil, sem especificação de lugar	280	—	—	—	—	—	1	1	5	12	7	8
30	País estrangeiro	78	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

* Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

14. LUGAR DO DOMICÍLIO ANTERIOR, PELO LUGAR DE NASCIMENTO

(Pessoas não naturais de Brasília)

LUGAR DE NASCIMENTO																		N.º de ordem
Pernambuco	Alagoas	Fernando de Noronha	Sergipe	Bahia	Minas Gerais	Serra dos Aimorés	Espírito Santo	Rio de Janeiro	Distrito Federal	São Paulo	Paraná	Santa Catarina	Rio Grande do Sul	Mato Grosso	Goiás	Brasil, sem especificação de lugar	País estrangeiro	
3 496	614	—	440	7 532	11 304	1	350	650	1 122	2 959	453	185	245	491	12 968	140	1 216	1
—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	3
—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	5	4
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	5
2	—	—	—	3	1	—	1	—	—	—	—	—	—	2	10	—	6	6
1	—	—	—	—	—	—	—	1	—	2	—	—	—	—	1	—	2	7
5	—	—	—	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	2	4	—	—	8
21	—	—	—	136	2	—	1	—	—	6	1	—	1	—	11	—	—	9
17	6	—	3	8	1	—	—	—	1	4	2	—	2	—	6	—	—	10
2	2	—	1	5	1	—	—	—	—	—	—	—	—	1	11	—	—	11
48	8	—	—	8	5	—	—	—	1	8	1	—	—	—	5	1	—	12
2 024	26	—	6	15	9	—	1	1	10	14	—	1	2	2	—	—	1	13
15	190	—	5	3	2	—	—	—	1	1	—	—	—	—	1	—	—	14
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	15
4	7	—	194	3	—	—	—	—	—	2	—	—	—	—	—	—	1	16
103	17	—	18	3 516	42	—	—	3	2	9	6	—	1	5	52	3	4	17
153	41	—	21	337	7 531	1	49	44	29	140	14	12	3	6	183	3	68	18
—	—	—	—	—	2	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	19
13	2	—	1	31	16	—	146	5	—	4	—	—	1	—	2	1	6	20
34	12	—	7	23	98	—	18	308	45	19	2	4	12	—	7	2	34	21
228	60	—	48	152	310	—	69	209	937	92	17	30	61	19	46	5	209	22
307	159	—	73	471	393	—	23	38	31	1 969	52	24	23	45	101	2	542	23
33	8	—	16	56	63	—	5	10	4	103	298	19	22	6	23	—	35	24
2	—	—	—	3	3	—	—	—	1	5	2	76	13	—	—	—	3	25
—	—	—	—	—	2	—	1	—	1	5	2	3	84	—	5	—	11	26
28	7	—	7	49	21	—	1	2	5	37	1	—	2	229	73	—	11	27
446	64	—	40	2 672	2 773	—	32	28	44	535	52	16	15	173	12 383	22	198	28
9	5	—	—	40	24	—	1	1	10	4	3	—	1	1	44	101	2	29
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	78	30

15. LUGAR E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR, PELO TEMPO DE RESIDÊNCIA

(Pessoas não naturais de Brasília)

LUGAR E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR	TOTAL	TEMPO DE RESIDÊNCIA							
		Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 9 meses	De 10 a 12 meses	De 13 a 18 meses	De 19 a 24 meses	De 25 meses e mais	Sem declaração
*TOTAIS**	56 953	13 858	10 535	5 776	8 847	6 781	7 033	3 638	485
Zona urbana	44 753	10 724	7 638	4 549	7 207	5 762	6 071	2 610	192
Zona rural	11 189	2 913	2 701	1 121	1 538	952	899	988	77
Rondônia	6	2	1	—	—	2	1	—	—
Zona urbana	6	2	1	—	—	2	1	—	—
Zona rural	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Acre	6	4	1	—	—	1	—	—	—
Zona urbana	6	4	1	—	—	1	—	—	—
Zona rural	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas *	30	14	5	—	6	—	1	4	—
Zona urbana	28	12	5	—	6	—	1	4	—
Zona rural	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Branco	3	—	1	—	1	—	1	—	—
Zona urbana	2	—	—	—	1	—	1	—	—
Zona rural	1	—	1	—	—	—	—	—	—
Pará *	219	52	35	30	30	39	24	7	2
Zona urbana	206	46	34	29	30	35	23	7	2
Zona rural	10	6	—	1	—	2	1	—	—
Amapá	33	5	5	5	2	7	6	3	—
Zona urbana	27	5	4	4	2	4	5	3	—
Zona rural	6	—	1	1	—	3	1	—	—
Maranhão *	444	143	102	51	60	48	34	6	—
Zona urbana	369	120	86	40	49	38	31	5	—
Zona rural	69	23	12	11	10	9	3	1	—
Piauí *	2 041	604	630	229	250	188	104	31	5
Zona urbana	1 499	446	444	168	178	147	88	25	3
Zona rural	505	143	172	59	69	41	14	6	1
Ceará *	3 150	777	1 403	291	441	156	49	23	10
Zona urbana	1 592	418	660	150	211	96	40	13	4
Zona rural	1 501	343	721	136	223	60	6	10	2
Rio Grande do Norte *	995	247	337	103	186	64	37	16	5
Zona urbana	683	188	213	81	102	50	31	16	2
Zona rural	288	54	121	19	76	13	5	—	—
Paraíba *	2 216	450	769	237	419	173	137	27	4
Zona urbana	1 464	281	462	153	322	120	101	23	2
Zona rural	731	166	301	81	91	53	35	4	—
Pernambuco *	2 288	832	525	257	285	207	134	44	4
Zona urbana	1 467	447	315	192	203	166	108	35	1
Zona rural	780	373	202	59	74	36	24	9	3
Alagoas *	224	49	48	50	45	17	12	1	2
Zona urbana	183	39	42	37	37	17	10	—	1
Zona rural	38	10	6	12	8	—	1	1	—
Fernando de Noronha	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Zona urbana	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Zona rural	—	—	—	—	—	—	—	—	—

* Inclusive as pessoas que não declararam a Situação (urbana ou rural) do domicílio anterior.

15. LUGAR E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR, PELO TEMPO DE RESIDÊNCIA
(Pessoas não naturais de Brasília)

LUGAR E SITUAÇÃO DO DOMICÍLIO ANTERIOR	TOTAL	TEMPO DE RESIDÊNCIA							
		Até 3 meses	De 4 a 6 meses	De 7 a 9 meses	De 10 a 12 meses	De 13 a 18 meses	De 19 a 24 meses	De 25 meses e mais	Sem declaração
Sergipe *	214	81	34	20	34	30	10	1	4
Zona urbana	170	61	21	14	34	26	9	1	4
Zona rural	39	19	11	5	—	3	1	—	—
Bahia *	3 916	1 267	772	415	485	400	325	232	20
Zona urbana	2 484	708	493	282	352	263	251	126	9
Zona rural	1 355	540	254	125	125	127	72	106	6
Minas Gerais *	8 971	2 147	1 548	925	1 331	1 060	1 119	802	39
Zona urbana	7 373	1 791	1 250	789	1 141	910	930	535	27
Zona rural	1 438	322	247	126	164	145	177	253	4
Serra dos Aimorés	4	4	—	—	—	—	—	—	—
Zona urbana	4	4	—	—	—	—	—	—	—
Zona rural	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Espírito Santo *	250	63	36	32	61	34	19	4	1
Zona urbana	213	38	34	30	57	32	17	4	1
Zona rural	31	23	1	1	3	2	1	—	—
Rio de Janeiro *	740	193	105	102	82	119	93	41	5
Zona urbana	697	192	92	95	80	107	89	41	1
Zona rural	36	—	12	7	2	12	3	—	—
Distrito Federal *	3 199	1 000	485	368	493	453	272	95	33
Zona urbana	3 159	979	483	361	491	451	270	95	29
Zona rural	23	12	1	6	2	2	—	—	—
São Paulo *	4 680	1 042	613	571	759	701	731	239	24
Zona urbana	4 251	939	588	491	640	661	681	230	21
Zona rural	367	85	13	75	110	32	43	6	3
Paraná *	764	142	137	72	120	109	135	45	4
Zona urbana	644	121	110	69	99	91	109	41	4
Zona rural	114	17	26	3	21	17	26	4	—
Santa Catarina *	108	17	20	25	11	8	18	9	—
Zona urbana	89	17	20	8	11	7	17	9	—
Zona rural	19	—	—	17	—	1	1	—	—
Rio Grande do Sul *	115	30	21	22	32	7	2	1	—
Zona urbana	97	26	21	21	20	6	2	1	—
Zona rural	14	2	—	1	10	1	—	—	—
Mato Grosso *	571	184	70	63	94	79	61	18	2
Zona urbana	460	158	56	49	71	63	45	16	2
Zona rural	103	23	12	14	23	13	16	2	—
Goiás *	21 408	4 461	2 812	1 893	3 603	2 868	3 680	1 962	129
Zona urbana	17 447	3 647	2 189	1 471	3 054	2 460	3 189	1 365	72
Zona rural	3 690	750	584	362	526	379	464	575	50
Brasil, sem especificação de lugar *	280	29	9	1	8	7	12	25	189
Zona urbana	59	16	5	1	8	6	6	13	4
Zona rural	28	2	2	—	—	—	5	11	8
País estrangeiro *	78	19	11	14	9	4	16	2	3
Zona urbana	74	19	9	14	8	3	16	2	3
Zona rural	3	—	1	—	1	1	—	—	—

* Inclusive as pessoas que não declararam a Situação (urbana ou rural) do domicílio anterior.

16. RENDIMENTO MENSAL, SEGUNDO RAMO DE ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

(Pessoas econômicamente ativas com rendimentos)

RAMO DE ATIVIDADE E POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	RENDIMENTOS (Cr$)												RENDIMENTO MEDIANO (Cr$)
	Total	Menos de 1 500	De 1 500 a menos de 3 500	De 3 500 a menos de 5 500	De 5 500 a menos de 7 500	De 7 500 a menos de 9 500	De 9 500 a menos de 14 500	De 14 500 a menos de 19 500	De 19 500 a menos de 29 500	De 29 500 a menos de 49 500	De 49 500 e mais	Sem declaração	
PESSOAS ECONÔMICAMENTE ATIVAS	**34 526**	**945**	**3 221**	**9 341**	**7 155**	**5 021**	**4 341**	**1 329**	**910**	**548**	**352**	**1 363**	**6 200**
Empregados	29 892	706	2 396	8 677	6 691	4 705	3 798	953	594	290	100	982	6 100
Trabalhando por própria conta	3 864	239	807	625	434	282	426	283	208	143	120	297	5 900
Empregadores	724	—	18	39	25	34	117	88	108	115	132	48	19 700
Atividades agropecuárias (1)	**1 894**	**188**	**748**	**423**	**173**	**68**	**96**	**22**	**26**	**18**	**29**	**103**	**3 400**
Empregados	904	109	400	237	77	14	32	4	3	—	—	28	3 100
Trabalhando por própria conta	859	77	330	169	77	42	58	15	12	4	—	75	3 400
Extração mineral	**1 590**	**8**	**225**	**716**	**358**	**54**	**54**	**17**	**46**	**21**	**12**	**79**	**5 000**
Empregados	1 421	8	195	685	342	49	41	12	16	12	4	57	5 000
Indústrias de transformação	**1 142**	**20**	**80**	**476**	**201**	**84**	**72**	**36**	**24**	**28**	**16**	**105**	**5 300**
Empregados	925	8	67	433	188	79	46	17	4	8	—	75	5 200
Indústrias de construção	**19 132**	**24**	**479**	**5 565**	**4 764**	**3 742**	**2 943**	**598**	**352**	**143**	**51**	**471**	**6 600**
Empregados	18 838	24	465	5 511	4 709	3 700	2 910	572	320	130	40	457	6 600
Trabalhando por própria conta	247	—	13	54	55	42	29	19	16	3	3	13	5 600
Comércio de mercadorias	**1 550**	**48**	**195**	**266**	**139**	**120**	**259**	**147**	**108**	**84**	**76**	**108**	**8 300**
Empregados	657	44	137	148	86	75	72	24	8	10	5	48	5 100
Trabalhando por própria conta	741	4	58	112	50	42	149	89	85	59	42	51	10 200
Empregadores	151	—	—	6	3	3	38	34	15	15	28	9	15 500
Prestação de serviços	**3 515**	**516**	**1 055**	**558**	**262**	**235**	**223**	**173**	**89**	**69**	**50**	**285**	**3 600**
Empregados	2 210	372	753	388	184	123	96	53	50	15	—	176	2 700
Trabalhando por própria conta	1 129	144	294	170	73	100	95	88	23	23	22	97	4 400
Empregadores	175	—	8	—	4	12	32	32	16	31	28	12	18 100
Transportes, comunicações e armazenagem	**770**	**8**	**66**	**98**	**148**	**98**	**113**	**51**	**51**	**51**	**47**	**39**	**8 200**
Empregados	469	8	49	75	123	53	82	22	19	11	8	19	6 800
Trabalhando por própria conta	262	—	17	21	21	44	31	29	26	21	39	13	11 000
Atividades sociais (2)	**547**	**8**	**39**	**99**	**67**	**95**	**55**	**47**	**39**	**35**	**28**	**35**	**8 100**
Empregados	463	8	35	94	63	95	51	39	23	24	4	27	7 800
Serviços administrativos governamentais, Legislativo, Justiça (3)	**539**	**117**	**29**	**104**	**54**	**21**	**96**	**50**	**38**	**21**	**4**	**5**	**6 200**
Empregados	537	117	29	104	54	21	96	50	37	21	4	4	6 200
Outras atividades	**3 847**	**8**	**305**	**1 036**	**989**	**504**	**430**	**188**	**137**	**78**	**39**	**133**	**6 500**
Empregados	3 468	8	266	1 002	865	496	372	160	114	59	35	91	6 400
Trabalhando por própria conta	331	—	38	34	118	8	53	23	23	15	4	15	9 000

NOTA — Estimativa baseada numa amostra de 25% dos domicílios particulares e 25% das pessoas recenseadas em domicílios coletivos (vêde INTRODUÇÃO). Discriminam-se as posições na ocupação, para as quais o número de declarantes, na amostra, foi igual ou superior a 40. Deixa-se de apresentar a distribuição das pessoas não econômicamente ativas pelo fato de sòmente 5, incluídas na amostra, haverem declarado auferir rendimentos.

(1) Inclusive **Extração vegetal e Caça e pesca.** — (2) Inclusive **Profissões liberais.** — (3) Inclusive **Defesa nacional e Segurança pública.**

CENSO DA POPULAÇÃO

Características das famílias censitárias

17. GRUPOS FAMILIARES (NÚMERO E COMPONENTES) E GRUPOS CONVIVENTES (COMPONENTES), SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	GRUPOS FAMILIARES								GRUPOS CONVIVENTES (Componentes)
	Totais		Únicos		Coabitantes				
					Em domicílios particulares		Em domicílios coletivos		
	Número	Componentes	Número	Componentes	Número	Componentes	Número	Componentes	
BRASÍLIA	**9 442**	**45 178**	**8 948**	**42 984**	**177**	**756**	**317**	**1 438**	**19 136**
Acampamentos									
Central da NOVACAP	142	724	130	689	—	—	12	35	594
Candangolândia	414	2 338	376	2 173	37	156	1	9	530
Praça dos Três Podêres	491	2 119	479	2 077	7	20	5	22	4 945
Plano Piloto-Zona Sul	789	3 497	750	3 316	16	56	23	125	7 510
Outros	663	3 262	652	3 213	4	17	7	32	2 501
Núcleos provisórios									
Bandeirante	2 306	10 284	2 069	9 244	30	134	207	906	1 281
Bananal	1 382	6 150	1 318	5 864	62	277	2	9	46
Núcleos estáveis									
Cidade de Planaltina	388	2 169	375	2 101	2	8	11	60	76
Povoado de Taguatinga	767	3 654	751	3 587	8	34	8	33	23
Povoado de Braslândia	67	355	66	348	—	—	1	7	—
Zona rural	**2 033**	**10 626**	**1 982**	**10 372**	**11**	**54**	**40**	**200**	**1 630**

18. RELAÇÃO DE PARENTESCO DOS COMPONENTES, SEGUNDO O TAMANHO DOS GRUPOS FAMILIARES

TAMANHO	GRUPOS FAMILIARES	COMPONENTES										
		TOTAL	Relação de parentesco									
			Parentes						Não parentes			Sem declaração
			Chefes	Cônjuges	Filhos e enteados	Netos	Pais e sogros	Outros parentes	Agregados	Pensionistas	Empregados domésticos	
TOTAIS	**9 442**	**45 178**	**9 442**	**7 630**	**21 227**	**538**	**533**	**2 428**	**770**	**1 936**	**658**	**16**
1 pessoa	514	514	514	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2 pessoas	1 495	2 990	1 495	1 058	140	9	18	60	35	164	9	2
3 pessoas	1 556	4 668	1 556	1 280	1 245	27	48	156	71	233	46	6
4 pessoas	1 504	6 016	1 504	1 292	2 439	24	67	228	95	280	86	1
5 pessoas	1 238	6 190	1 238	1 097	2 920	34	86	313	107	292	103	—
6 pessoas	977	5 862	977	891	3 129	53	75	350	119	162	106	—
7 pessoas	696	4 872	696	644	2 780	68	67	282	92	156	85	2
8 pessoas	540	4 320	540	505	2 605	48	57	271	63	155	72	4
9 pessoas	319	2 871	319	292	1 773	52	30	187	48	127	42	1
10 pessoas	240	2 400	240	224	1 517	52	27	161	45	93	41	—
11 pessoas	149	1 639	149	140	1 063	47	13	112	27	67	21	—
12 pessoas	97	1 164	97	93	742	22	25	88	22	56	19	—
13 pessoas	56	728	56	52	390	37	8	69	21	82	13	—
14 pessoas	27	378	27	28	184	19	5	55	12	41	7	—
15 pessoas	19	285	19	19	165	10	5	38	5	20	4	—
16 pessoas	5	80	5	5	51	5	—	9	3	—	2	—
17 pessoas	6	102	6	6	55	4	—	18	5	7	1	—
18 pessoas	2	36	2	2	15	1	—	14	—	1	1	—
20 pessoas	1	20	1	1	2	—	2	14	—	—	—	—
43 pessoas	1	43	1	1	12	26	—	3	—	—	—	—

CENSO DA HABITAÇÃO

Características dos domicílios particulares

1. TIPO DA CONSTRUÇÃO DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES (NÚMERO E PESSOAS RESIDENTES), SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES	DOMICÍLIOS PARTICULARES							
	Totais		Tipo da construção					
			Duráveis		Rústicos		Outros	
	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas
BRASÍLIA	**9 032**	**43 740**	**4 153**	**20 359**	**4 019**	**19 662**	**860**	**3 719**
Acampamentos								
Central da NOVACAP	130	689	84	467	40	203	6	19
Candangolândia	393	2 329	87	452	216	1 340	90	537
Praça dos Três Podêres	482	2 097	156	685	309	1 367	17	45
Plano Pilôto — Zona Sul	758	3 372	699	3 185	46	155	13	32
Outros	654	3 230	414	2 065	144	720	96	445
Núcleos provisórios								
Bandeirante	2 084	9 378	1 422	6 646	446	1 901	216	831
Bananal	1 347	6 141	132	535	1 102	5 156	113	450
Núcleos estáveis								
Cidade de Planaltina	376	2 109	292	1 674	83	429	1	6
Povoado de Taguatinga	755	3 621	268	1 258	452	2 210	35	153
Povoado de Braslândia	66	348	41	234	22	101	3	13
Zona rural	**1 987**	**10 426**	**558**	**3 158**	**1 159**	**6 080**	**270**	**1 188**

2. CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO E ALUGUEL MENSAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES DURÁVEIS E RÚSTICOS (NÚMERO E PESSOAS RESIDENTES), SEGUNDO AS LOCALIDADES

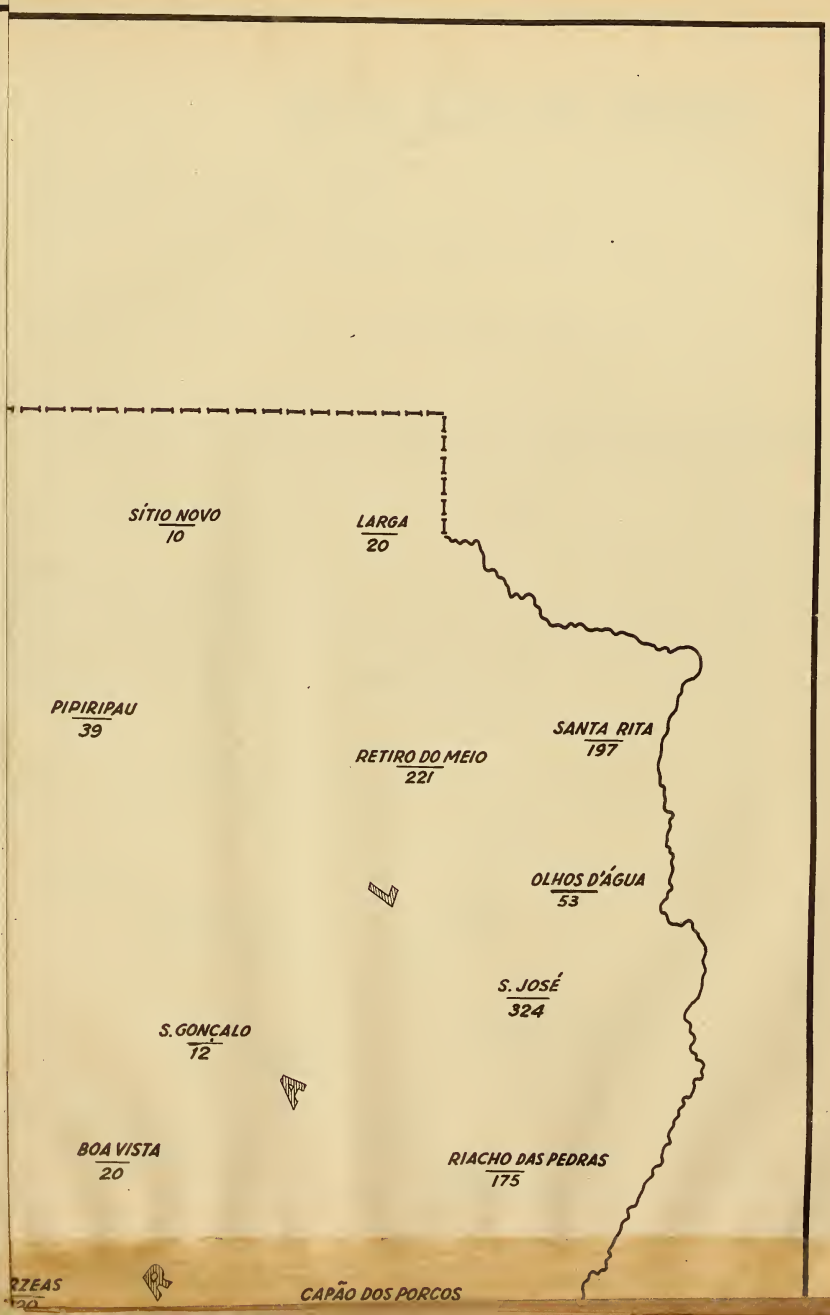
LOCALIDADES	DOMICÍLIOS PARTICULARES (Duráveis e rústicos)																			
	Totais		Condição de ocupação																	
			Próprios		Alugados (Cr$)														Outras	
					Totais		Menos de 2 500		De 2 500 a menos de 5 000		De 5 000 a menos de 7 500		De 7 500 a menos de 10 000		De 10 000 e mais		Sem declaração			
	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas
BRASÍLIA	**8 172**	**40 021**	**3 438**	**17 864**	**1 677**	**7 332**	**1 212**	**5 255**	**225**	**1 060**	**88**	**373**	**24**	**113**	**85**	**393**	**43**	**138**	**3 057**	**14 825**
Acampamentos																				
Central da NOVACAP	124	670	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	124	670
Candangolândia	303	1 792	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	303	1 792
Praça dos Três Podêres	465	2 052	56	236	2	7	2	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	407	1 809
Plano Pilôto — Zona Sul	745	3 340	26	99	398	1 885	391	1 857	1	6		—	—	—	—	—	6	22	321	1 356
Outros	558	2 785	90	469	12	54	8	34	1	6	—	—	—	—	—	—	3	14	456	2 262
Núcleos provisórios																				
Bandeirante	1 868	8 547	672	3 724	958	3 842	555	2 031	191	898	87	362	24	113	85	393	16	45	238	981
Bananal	1 234	5 691	1 089	5 081	33	129	24	106	5	16	—	—	—	—	—	—	4	7	112	481
Núcleos estáveis																				
Cidade de Planaltina	375	2 103	233	1 374	106	573	85	459	15	83	1	11	—	—	—	—	5	20	36	156
Povoado de Taguatinga	720	3 468	476	2 330	160	795	142	730	10	40	—	—	—	—	—	—	8	25	84	343
Povoado de Braslândia	63	335	51	289	2	10	2	10	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	10	36
Zona rural	**1 717**	**9 238**	**745**	**4 262**	**6**	**37**	**3**	**21**	**2**	**11**	—	—	—	—	—	—	**1**	**5**	**966**	**4 939**

3. INSTALAÇÕES E UTILIDADES DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES DURÁVEIS E RÚSTICOS (NÚMERO E PESSOAS RESIDENTES), SEGUNDO AS LOCALIDADES

N.º de ordem	INSTALAÇÕES E UTILIDADES	BRASÍLIA		LOCALIDADES									
				Acampamentos									
				Central da NOVACAP		Candangolândia		Praça dos Três Poderes		Plano Piloto-Zona Sul		Outros	
		Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas
1													
	TOTAIS	8 172	40 021	124	670	303	1 792	465	2 052	745	3 340	558	2 785
	Abastecimento d'água												
	Rêde geral												
2	Com canalização interna	1 598	7 593	58	342	59	316	272	1 255	664	2 996	159	789
3	Com canalização externa	840	4 214	24	124	201	1 249	38	154	34	150	138	721
	Poço, cisterna ou nascente												
4	Com canalização	219	1 119	1	4	2	18	36	162	36	158	42	231
5	Sem canalização	1 910	9 720	11	53	4	26	30	134	10	34	40	212
6	Outra forma	3 605	17 375	30	147	37	183	89	347	1	2	179	832
	Instalação sanitária												
7	Ligado a rêde de esgôto	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
8	Ligado a fossa asséptica	1 811	8 536	54	306	48	256	324	1 485	695	3 151	137	694
9	Ligado a fossa rudimentar	2 776	14 212	32	187	214	1 344	44	198	27	119	218	1 140
10	Ligado a outro escoadouro	114	627	1	5	1	7	4	10	—	—	7	37
11	Não tem	3 471	16 646	37	172	40	185	93	359	23	70	196	914
	Iluminação elétrica												
12	Tem	3 020	14 666	89	498	266	1 590	356	1 606	725	3 295	381	1 909
13	Não tem	5 152	25 355	35	172	37	202	109	446	20	45	177	876
	Fogão												
14	Lenha	5 535	29 362	63	383	253	1 569	299	1 407	91	434	433	2 239
15	Carvão	94	417	1	3	—	—	1	6	6	29	1	2
16	Gás	1 202	5 693	41	218	34	160	110	489	546	2 553	71	342
17	Óleo ou querosene	331	1 267	7	32	8	28	14	57	46	208	12	60
18	Elétrico	4	20	—	—	—	—	—	—	3	13	—	—
19	Não tem	1 006	3 262	12	34	8	35	41	93	53	103	41	142
	Máquina de costura												
20	Tem	2 814	16 676	65	414	159	1 036	183	941	365	1 950	217	1 261
21	Não tem	5 358	23 345	59	256	144	756	282	1 111	380	1 390	341	1 524
	Rádio												
22	Tem	2 199	11 278	69	418	167	991	234	1 055	570	2 650	236	1 264
23	Não tem	5 973	28 743	55	252	136	801	231	997	175	690	322	1 521
	Geladeira												
24	Tem	522	2 599	18	126	7	39	51	214	227	1 067	48	251
25	Não tem	7 650	37 422	106	544	296	1 753	414	1 838	518	2 273	510	2 534

3. INSTALAÇÕES E UTILIDADES DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES DURÁVEIS E RÚSTICOS (NÚMERO E PESSOAS RESIDENTES), SEGUNDO AS LOCALIDADES

LOCALIDADES												N.º de ordem
Núcleos provisórios				Núcleos estáveis						Zona rural		
Bandeirante		Bananal		Cidade de Planaltina		Povoado de Taguatinga		Povoado de Brasilândia				
Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	Número	Pessoas	
1 868	8 547	1 234	5 691	375	2 103	720	3 468	63	335	1 717	9 238	1
333	1 630	—	—	—	—	14	66	—	—	39	199	2
532	1 438	14	53	—	—	23	109	—	—	36	216	3
66	339	1	2	12	94	6	33	—	—	17	78	4
499	2 416	333	1 616	242	1 403	419	2 052	26	143	296	1 631	5
638	2 724	886	4 020	121	606	258	1 208	37	192	1 329	7 114	6
—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7
478	2 253	8	40	3	21	24	117	—	—	40	213	8
864	4 109	359	1 721	257	1 491	524	2 597	26	147	211	1 159	9
30	168	40	194	3	25	8	55	13	75	7	51	10
496	2 017	827	3 736	112	566	164	699	24	113	1 459	7 815	11
854	3 956	62	246	53	373	80	384	—	—	154	809	12
1 014	4 591	1 172	5 445	322	1 730	640	3 084	63	335	1 563	8 429	13
884	4 795	944	4 613	357	2 032	585	3 027	62	334	1 564	8 529	14
79	347	3	23	—	—	3	7	—	—	—	—	15
336	1 614	14	60	5	37	25	120	—	—	20	100	16
164	616	38	121	—	—	37	134	—	—	5	11	17
1	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18
404	1 168	235	874	13	34	70	180	1	1	128	598	19
780	4 612	240	1 360	168	1 141	246	1 402	24	162	367	2 397	20
1 088	3 935	994	4 331	207	962	474	2 066	39	173	1 350	6 841	21
574	3 012	68	316	72	482	88	408	6	34	115	648	22
1 294	5 535	1 166	5 375	303	1 621	632	3 060	57	301	1 602	8 590	23
127	700	15	58	6	36	8	28	—	—	15	80	24
1 741	7 847	1 219	5 633	369	2 067	712	3 440	63	335	1 702	9 158	25

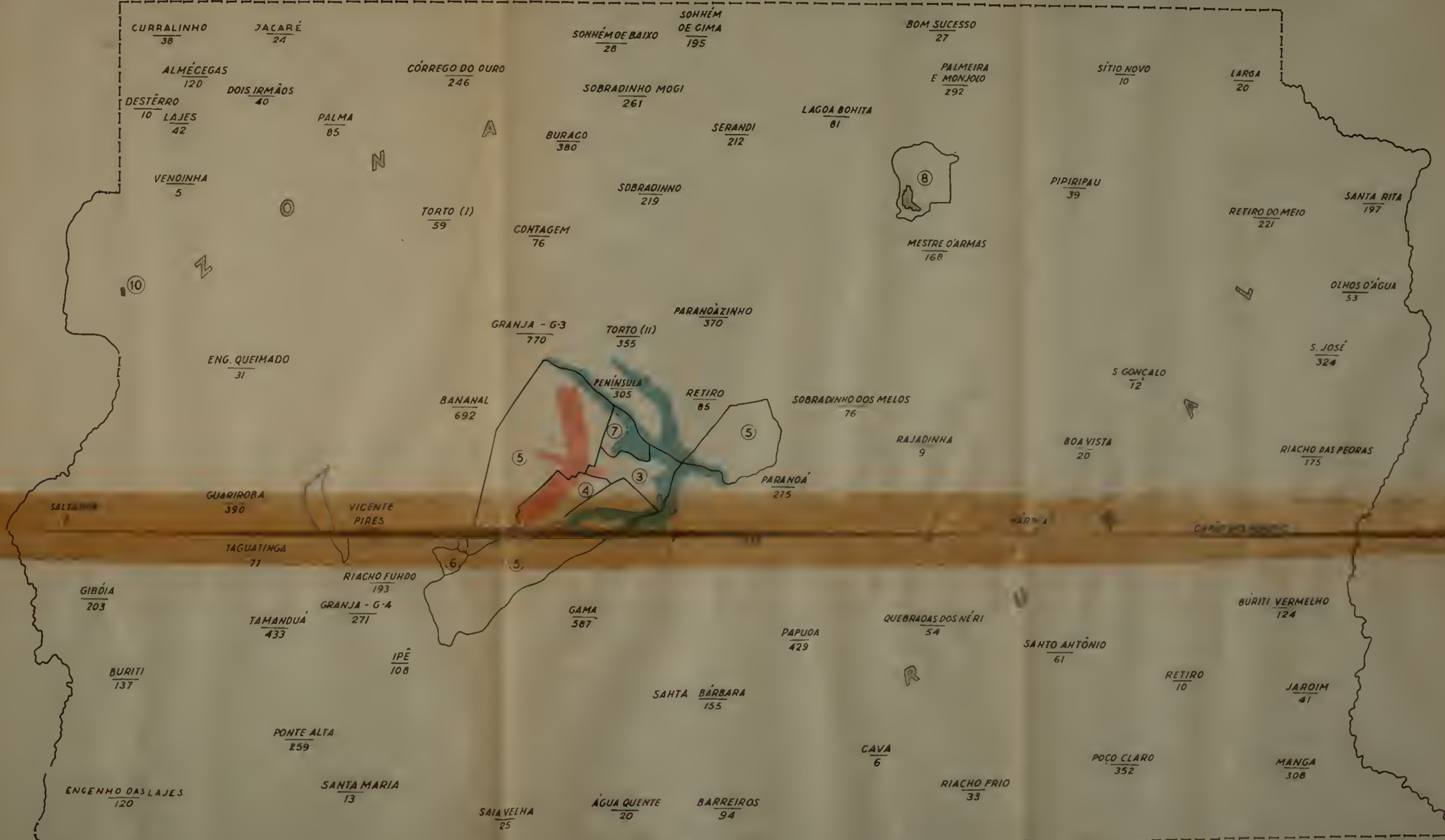

SÍTIO NOVO
10
LARGA
20
PIPIRIPAU
39
SANTA RITA
197
RETIRO DO MEIO
221
OLHOS D'ÁGUA
53
S. JOSÉ
324
S. GONÇALO
12
BOA VISTA
20
RIACHO DAS PEDRAS
175
RZEAS
20
CAPÃO DOS PORCOS

BRASÍLIA

POPULAÇÃO RESIDENTE, POR LOCALIDADE

17 DE MAIO DE 1959

ESCALA 1:100 000



LEGENDA

ACAMPAMENTOS:

① Central da Novacap	1 318
② Candangolândia	2 868
③ Praça dos Três Poderes	7 064
④ Plano Pilôto - Zona Sul	11 007
⑤ Outras	5 763

NÚCLEOS PROVISÓRIOS:

⑥ Bandeirante	11 565
⑦ Bananal	6 196

NÚCLEOS ESTÁVEIS:

⑧ Cidade de Planaltina	2 245
⑨ Povoada de Taguatinga	3 677
⑩ Povoada de Brazlândia	355
11 Zona Rural *	12 256

* Para a localidade da Zona Rural indica-se a população residente

IBGE
SERVIÇO GRÁFICO

M. [illegible]
B.A. [illegible]
-40598
COM. [illegible]

Biblioteca do Ministério da Fazenda

60-78

318.1712
B823

Brasil. Comissão Censitária
AUTOR Nacioanl

Censo experimental de Brasí-
TÍTULO lia.

60-78

318.1712
B823

Brasil. Comissão Censitária Naci-
onal.

Censo experimental de Brasí-
lia.

Bolso de Livros - D.M.F. - 1.369

VLGC